

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

UM SUJEITO SHAKESPEARIANO – SHYLOCK EM *O MERCADOR DE VENEZA*

Uberlândia

2012

FERNANDO LIMA COSTA

UM SUJEITO SHAKESPEARIANO – SHYLOCK EM *O MERCADOR DE VENEZA*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Curso de Mestrado, da Universidade Federal de Uberlândia.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Linha de pesquisa: Linguagem, texto e discurso.

Tema: Análise do discurso: formação e funcionamentos de discursos político institucional, artístico, literário, midiático e pedagógico.

Orientador: Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos

Uberlândia

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C837s
2012

Costa, Fernando Lima, 1984-
Um sujeito Shakespeariano – Shylock em O Mercador de Veneza/
Fernando Lima Costa. -- Uberlândia, 2012.
146 f. : il.


Orientador: João Bôsko Cabral dos Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.

1. Linguística - Teses. 2. Análise do discurso - Teses. 3. Subjetividade na
literatura - Teses. I. Santos, João Bôsko Cabral dos. II. Universidade
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos. III.
Título.

CDU: 801

Fernando Lima Costa

Dissertação defendida e aprovada em 03 de dezembro 2012, pela banca examinadora
composta pelos professores:


Prof. Dr. João Bôscio Cabral dos Santos – UFU
(Orientador)


Profa. Dra. Maria de Fátima Fonseca Guilherme – UFU


Profa. Dra. Dylia Lysardo-Dias – UFSJ

DEDICATÓRIA

À minha mãe (Isbela Lima Costa), pessoa incomparável que me conduziu nos caminhos da humildade, dignidade e perseverança.

À Josiane, minha companheira para toda a vida.

Ao Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos que me conduziu no oceano epistemológico da Análise do Discurso.

Ao LEP (Laboratório de Estudos Polifônicos), pelas interlocuções e pela polifonia que evanesceram do acontecimento que se instaurou na minha constituição sujeitidual.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos, meu orientador, amigo e responsável pela interpelação que me constituiu sujeito-pesquisador;

Aos professores do Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia pela formação que me proporcionaram;

Ao laboratório de Estudos Polifônicos (LEP), em especial o Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos, a Profa. Dra. Grênissa Bonvino Stafuzza, a Profa. Dra. Maria de Fátima Fonseca Guilherme, a Ms. Lílian Márcia Ferreira da Silva, Lidiany Caixeta pela fraternidade acadêmica construída;

À banca examinadora composta pela Profa. Dra. Maria de Fátima Guilherme; Profa. Dra. Maria Aparecida Ottoni e pelo Dndo. Gilber Martins Duarte, pelas contribuições em meu exame de qualificação.

À CAPES, pelo subsídio financeiro que permitiu dedicar-me, durante vinte e quatro meses, à realização do trabalho como pesquisador;

Aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, interlocutores e amigos valorosos;

A meus familiares, pelo carinho e pelo apoio incondicional.

A todos, meu muito obrigado!

O analista do discurso vem, dessa forma, trazer sua contribuição às hermenêuticas contemporâneas. Como todo hermeneuta, ele supõe que um sentido oculto deve ser captado, o qual, sem uma técnica apropriada, permanece inacessível (MAINGUENEAU, 1997, p. 11).

RESUMO

Esta pesquisa, intitulada “Um sujeito shakespeariano – Shylock em *O Mercador de Veneza*” tem por objetivo investigar o processo de constituição sujeitudinal no interior da ação dramática shakespeariana. A reflexão teórica, que se inscreve a partir dos estudos da Análise do Discurso de Michael Pêcheux em diálogo com o discurso literário de Dominique Maingueneau e com as noções preconizadas por Mikhail Bakhtin, é constituída por meio do exame do *corpus* constituído dos enunciados do personagem Shylock da obra literária shakespeariana – *O Mercador de Veneza*. No interior da ação dramática o sujeito se inscreve em diferentes formações discursivas, que o colocam em diferentes lugares discursivos no interior do acontecimento. Dessa forma, o sujeito ao fazer uma tomada de posição no interior da ação dramática se circunscreve em uma dada formação discursiva. Essa tomada de posição faz com que ele se insira no fio interdiscursivo e intradiscursivo, em que temos o engendramento de seu processo de constituição enquanto sujeito no, pelo e do discurso. Esse processo, por sua vez, se dá a partir das práticas languageiras instauradas no acontecimento enunciativo. Para a realização da pesquisa, desenvolvemos um estudo, em duas instâncias: uma macro-análise e uma micro-análise. Na primeira, explicitamos as condições de produção da materialidade linguística do acontecimento enunciativo instaurado na obra em análise. Na segunda, por sua vez, buscamos pontuar as regularidades que emergem do acontecimento, por meio dos dispositivos metodológicos matriciais e correlacionais. Nesse sentido, observamos que o processo de constituição sujeitudinal se dá por meio dos atravessamentos de discursos-outros (o discurso religioso, o discurso renascentista, o discurso político, o discurso econômico), subjacentes nos dizeres da instância sujeito em análise, assim como, por meio da instauração dos efeitos sentidurais que emergem a partir da tomada de posição dessa instância no interior da ação dramática. Assim sendo, observamos que a IESP se constitui enquanto sujeito discursivo no interior do universo shakespeariano pelo desejo de se inscrever no lugar do outro e pelo outro, assim sendo, notamos que a IESP assume uma posição sujeito por meio do olhar do outro sobre si e pelo olhar de si via o outro.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Discurso Literário. Sentido. Sujeito. Processo de Subjetivação.

ABSTRACT

This research, entitled “A shakespearean subject – Shylock in Shakespeare’s *The Merchant of Venice* aims at investigating subject constitution process in shakespearean dramatic action. Theoretical reflection is inscribed in Michel Pêcheux’s Discourse Analysis studies, dialoguing with Literary Discourse from Dominique Maingueneau’s framework and some bakhtinean notions. *Corpus* will be constituted by Shylock’s sayings in the analyzed play. In Dramatic Action, Shylock, as a subjective instance, is inscribed in several discursive formations, what makes his constitution takes a diversity of discursive places in the dramatic action as an enunciative event. Such position takings are inserted in intra and interdiscursive clues, where subjective processes take place. Analysis will be taken considering macro and micro perspectives. In the first one, production conditions will be explicitated. In the second, regularities from subjective condition will be punctuated, considering correlational matrixes. Thus, it was realized subjective constitution is constructed by discursive crossings, producing singular senses which emerge from subject position takings in dramatic action.

Keywords: Discourse Analysis; Literary Discourse; Sense; Subject; Subjective Processes;

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

FIGURA 1: A porosidade e a Movência da FD.....	43
FIGURA 2: Interpelação do indivíduo em sujeito.....	56
FIGURA 3: Processo de Constituição do Sujeito Discursivo.....	64
FIGURA 4: Circunscrição da IESP no gênero discursivo.....	75
FIGURA 5: Instauração da discursividade literária.....	76
FIGURA 6: Oscilação das formas-sujeitos que constituem a IESP.....	87
FIGURA 7: Circuito do Processo de Constituição da IESP.....	91
QUADRO 1: Instauração da dialogia religiosa no interior do universo shakespeariano.....	102
QUADRO 2: Atravessamento dialógico.....	104
QUADRO 3: Funcionamento da discursividade literária.....	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
Shakespeare, Centro do Cânone?.....	23
Por que Shakespeare?.....	25
O Mercador de Veneza.....	27
Proposta de Investigação.....	29
CAPÍTULO I – APONTAMENTOS PARA UM ESTUDO DO DISCURSO LITERÁRIO.....	33
1.1. Lugar Teórico.....	33
1.2. Afinal, o que é literatura?.....	34
1.3. Linguagem Literária.....	36
1.4. Ideologia, forma-sujeito e instância enunciativa subjetudinal.....	38
1.5. Formação discursiva e interdiscurso.....	40
1.6. Sujeito e sentido.....	44
1.7. Polifonia e discurso literário.....	46
CAPÍTULO II – APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLOGICOS: ecos que emergem no interior do discurso literário.....	51
2.1. Apontamentos iniciais.....	52
2.2. O Sujeito soberano.....	52
2.3. O sujeito discursivo.....	54
2.4. A IESP circunscrita no gênero discursivo.....	69
2.5. Discurso religioso.....	78
2.6. A incidência da mentalidade sócio-ideológica no processo de subjetivação da IESP.....	81
2.7. O universo shakespeariano.....	85
2.8. Dispositivo teórico-metodológico de análise do <i>corpus</i>	88
CAPÍTULO III – UM SUJEITO SHAKESPEARIANO – SHYLOCK EM O MERCADOR DE VENEZA.....	95
3.1. Apontamentos iniciais.....	95
3.2. Olhar-leitor macrodiscursivo.....	97
3.3. Olhar-leitor microdiscursivo.....	108
APONTAMENTOS FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS.....	143

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui a pesquisa intitulada “Um sujeito shakespeariano – Shylock em *O Mercador de Veneza*”, realizada no Programa de Pós-graduação – Curso de Mestrado em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação do Prof. Dr. João Bôsco Cabral dos Santos.

Para realizarmos esta pesquisa, procuramos compreender como se dão os processos de subjetivação de uma instância-sujeito circunscrita numa obra literária, tomando como fundamentos de base os construtos epistemológicos da Análise do Discurso (doravante AD), a partir dos conceitos-chaves de sujeito e discurso concebidos por Pêcheux (1988, 2002, 2007), em constante diálogo com a teoria Dialógica do Discurso, a partir das obras atribuídas a Bakhtin (1998, 2003 e 2010; BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004) e dos conceitos foucaultianos de literatura e enunciado em Foucault (2000 e 2010) como fundamentos referenciais. Por fim, as noções de Discurso Religioso desenvolvidas por Althusser (1985) e Orlandi (1987), a mentalidade socioideológica a partir dos postulados desenvolvidos por Le-Goff (2007), as noções de universo discursivo e Discurso Literário desenvolvidas por Maingueneau (1997, 2008, 2009), o dispositivo teórico-metodológico produzido por Santos (2004) e a noção de *instância enunciativa sujeitucional* também preconizada por Santos (2009), entre outras são mobilizadas nesta pesquisa enquanto fundamentos complementares que endossam esse trabalho. Dessa forma, construiremos uma reflexão acerca dos processos de subjetivação, de maneira a instaurar uma prática discursiva sob a “[...] perspectiva de uma teoria não subjetiva da leitura” (PÊCHEUX, 1988, p. 83) numa obra literária.

Tais postulados teóricos preconizam que a linguagem possui uma relação com a exterioridade, compreendida não como algo fora dela, mas como condições de produção de uma historicidade que intervém em manifestações enunciativas de materialidades linguísticas. É com esse foco que recorreremos à AD, que situa sua reflexão sobre a analogia entre a Linguística e Teoria do Discurso.

Ao se basear na relação da linguagem com a exterioridade, a AD recusa as concepções de linguagem que a reduzem, ora como forma de expressão do pensamento, ora como instrumento de comunicação. Ela é compreendida como ação, transformação – um trabalho simbólico em que “[...] tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações, conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidade, etc.” (ORLANDI, 1998, p. 17).

Na perspectiva da AD, o sujeito é atravessado pela ideologia, sendo constituído a partir da formação discursiva em que se inscreve. Dessa forma, para um estudo da discursividade, a voz do sujeito é sempre determinada por outras vozes, isto é, o discurso se instaura por meio dos atravessamentos discursivos presentes no discurso do sujeito – o interdiscurso. Assim, no campo epistemológico da AD, compreender o discurso significa entender os processos de produção dos sentidos de um enunciado, bem como sua articulação com a história e a sociedade que o produziu.

Ao tomarmos a tessitura enunciativa da obra *O Mercador de Veneza* como *corpus*, hipotetizamos a existência de uma memória de dizer sobre o processo discursivo de constituição da instância-sujeito-personagem, Shylock. Isso se deve ao fato de entendemos o Discurso Literário enquanto uma materialidade linguística que comporta, em sua égide, diferentes vozes configuradas na enunciatividade literária e que denotam os deslocamentos sujeitudinais instaurados por meio do processo de interpelação sócio-histórico-ideológica, corroborando, assim, no processo de discursivização do sujeito.

Entendemos que é por meio da interpelação que o processo de subjetivação ocorre, na qual há outricidades incidindo sobre o sujeito no interior da ação dramática. Isso nos possibilita depreender os deslocamentos sujeitudinais nos quais se inscreve o sujeito, depreendendo o lugar sócio-histórico-ideológico ocupado pelo sujeito no interior da enunciação. Esse processo é compreendido de modo descontínuo, movente, heterogêneo, que abrange um universo discursivo.

Essa interpelação, por sua vez, circunscreve a instância-sujeito em uma alteridade descontínua que se materializa na discursividade. É com esse foco que lançamos um olhar outro sobre o *corpus* desta pesquisa, que consiste nos enunciados da personagem Shylock presentes na obra shakespeariana¹.

Escolhemos realizar esta pesquisa sob o viés discursivo, uma vez que no interior do escopo da teoria não subjetiva da subjetividade proposta por Pêcheux (1988) o discurso, enquanto objeto de investigação, é um objeto, ao mesmo tempo, linguístico e histórico; logo, propomo-nos a investigar as práticas de subjetivação da instância-sujeito-personagem Shylock na ação dramática da peça *O Mercador de Veneza* de William Shakespeare. Portanto, desenvolveremos a percepção desse processo no campo da Análise do Discurso.

¹ Ressaltamos que tomamos a ação dramática shakespeariana – *O Mercador de Veneza* –, enquanto tessitura literária e não como concretude linguística (texto) teatral com suas especificidades.

Nesse contexto de formação identitária, enquanto sujeito discursivo, a relevância de fazermos um levantamento acerca dos dizeres do (e sobre o) personagem no interior da obra se justifica pelo fato de acreditamos que haverá uma contribuição no estudo do Discurso Literário por meio da ação dramática shakespeariana. Propomos, portanto, olhar a constituição sujeitudinal a partir da apresentação dos elementos imbricados nesse processo, bem como a sua configuração no interior de um campo de investigação no qual as discussões se emergem.

Investigaremos, também, as condições ideológicas (PÊCHEUX, 1988) em que o personagem se inscreve na obra para, assim, esboçarmos sua constituição discursiva. Na sequência, apresentaremos as formas de analisar os enunciados da instância-sujeito a partir do aporte teórico-metodológico da AD de linha francesa, com a finalidade de apreendermos:

- a) a constituição discursiva do personagem Shylock, enquanto instância-sujeito no interior da obra *O Mercador de Veneza*, de William Shakespeare; e
- b) os deslocamentos realizados por essa instância-sujeito para se constituir enquanto sujeito social, político e ideológico na ação dramática na peça.

Destarte, acreditamos que esta investigação, realizada sob a ótica da Análise do Discurso Francesa, permite-nos debruçar sobre o *corpus*, propiciando um olhar outro. Levaremos em consideração a causalidade estética² da manifestação linguageira que se instaura no interior de uma obra literária, além de compreendermos como se dá o processo de constituição sujeitudinal no interior dela.

Shakespeare, centro do cânone?

Observamos que durante muitos anos há o questionamento sobre os aspectos que fazem que uma obra literária seja canonizada em detrimento de outra; logo, fazemos a seguinte pergunta: O que faz de Shakespeare um cânone? Procuraremos respondê-la nesta seção.

De acordo com Bloom (2010), “[...] a resposta, na maioria das vezes, provou ser estranha, um tipo de *originalidade* que ou não pode ser *assimilada* ou nos assimila de tal modo que deixamos de vê-la como estranha” (*op. cit.*, p. 13 – grifos nossos).

² Utilizamos o termo *causalidade estética* para designar a heterogeneidade das vozes que constituem e são constituídas no interior de uma obra literária. Ela é apreendida por meio da prática linguageira instaurada no interior do processo interpelativo e na inserção do sujeito em um dado discurso.

Desse modo, para que uma obra seja definida enquanto canônica, faz-se necessária a originalidade de assimilar a realidade que circunda uma criação literária. Nesse sentido, notamos que Shakespeare assimila e solidifica em suas obras a complexidade do ser humano, ou seja, “[...] se o bom teatro nos ajuda a melhor compreender o ser humano, William Shakespeare o faz como ninguém” (HELIODORA, 2008, p. 8). Portanto, a originalidade de Shakespeare reside em nos apresentar a profundidade do ser humano no seio de uma sociedade, uma vez que ele inaugura a conjuntura de *personas* que o constituem.

No entanto, apenas o caráter de originalidade não instaura a canonicidade de uma obra literária. É necessário que ela influencie uma tradição literária, isto é, “[...] não pode haver literatura forte, canônica, sem o processo de influência literária, um processo aflitivo de sofrer e difícil de entender” (BLOOM, 2010, p. 19); por consequência, deve ser atingida para que ela exerça um papel vivaz na tradição literária.

Em outros termos, “[...] a tradição não é apenas um passar adiante ou processo de transmissão benigna; é também um conflito entre gênio passado e aspiração presente, em que o prêmio é a sobrevivência literária ou a inclusão canônica” (*op. cit.*, p. 20).

Observamos que o cânone, segundo Bloom (2010), é compreendido enquanto a junção de elementos – domínio da linguagem literária, a originalidade e a estranheza – que corroboram para a inserção de uma obra literária na canonicidade, além da capacidade de influenciar outras obras literárias num constante conflito sócio-histórico. Nelas, apenas “[...] os escritores fortes” (*idem*, p. 24) se inscrevem no cânone; logo, “[...] o Cânone literário ocidental manifesta-se basicamente como ansiedade de influenciar que forma e deforma cada novo texto que aspira à permanência” (*ibidem*, p. 24).

Por conseguinte, ainda segundo Bloom (2010), o “[...] cânone é um ato ideológico *em si*” (BLOOM, 2010, p. 36 – grifos do autor), sendo “[...] a verdadeira arte da memória” (*op. cit.*, p. 53). Assim, ele afirma que Shakespeare ocupa o centro do cânone: “[...] de qualquer modo, não podemos livrar-nos de Shakespeare, nem do Cânone do qual ele é o centro” (*idem*, p. 59) – nas palavras dele, “Shakespeare é único” (*ibidem*, p. 59), pois “[...] sem Shakespeare, não há cânone” (*ibidem*, p. 60).

Dessa forma, Shakespeare ocupa o centro do cânone ocidental, uma vez que ele consegue captar, com maestria, as múltiplas facetas do comportamento humano. Então,

[...] vir depois de Shakespeare, que escreveu a melhor prosa a melhor poesia na tradição ocidental, é destino complexo, uma vez que a originalidade se torna singularmente difícil em tudo que mais importa: a representação de seres humanos, o papel da memória no conhecimento, o alcance da metáfora na sugestão de novas possibilidades para a linguagem (BLOOM, 2010, p. 22).

Diante disso, notamos que Shakespeare “[...] está sempre a nossa frente, conceitual e imagisticamente, sejamos nós quem sejamos e em que época estejamos” (BLOOM, 2010, p. 39).

Por que Shakespeare?

William Shakespeare foi o terceiro filho do casal John Shakespeare e Mary Arden. O pai dedicava-se ao comércio de lãs e a mãe era filha de um grande proprietário de terras. Ele era o filho homem mais velho do casal dentre oito irmãos, e fora educado com uma coleção denominada *grammar schools* da época, que correspondia a um curso preparatório para o ingresso à universidade – isso contribuiu para o grande conhecimento dele, conforme menciona Heliodora (2008):

[...] nenhum dos autores cuja influência é sentida nas obras dramáticas ou nos poemas shakespearianos exige além do *grammar school*, e o conhecimento ali adquirido era suficiente para deixar um talento como William Shakespeare preparado para captar e assimilar tudo mais que a vida lhe foi oferecido como informação ou experiência (HELIODORA, 2008, p. 19).

Dessa forma, ao mudar-se para Londres por volta de 1592, Shakespeare começou a se destacar como ator dramaturgo. Naquele período ele escrevia poemas que eram declamados, fato este devido aos teatros londrinos terem sido obrigados a fecharem suas portas, em virtude da peste que assolava a cidade por volta de 1592 e 1594.

Nesse período ele publica dois poemas – *Vênus e Adônis* (1592) e *O rapto de Lucreia* (1594), – ambos “[...] poemas de temas clássicos com doses de erotismo tão em voga na época” (HELIODORA, 2008, p 24) que foram dedicados ao conde de Southampton. Os teatros reabrem e a família Burbage funda a companhia de teatro *Lord Chamberlain’s Men*; com a criação dessa companhia, Shakespeare adquire uma cota e ingressa no teatro em Londres.

Desde então, ele escreveu aproximadamente 37 peças, divididas em trágico-cômico-históricas, em que ele usa diferentes temas: “[...] a aparência e realidade, justiça e misericórdia, bom e mau governo, verdade do amor e valor da amizade, covardia e traição, egoísmo e generosidade – como componentes do universo que seus personagens habitam”

(HELIODORA, 2008, p. 27). Logo, corroboramos com a afirmação de Heliadora (2008), de que ele “[...] o tenha feito da forma que o fez, *é sorte nossa* e do público elisabetano para o qual ele escreveu” (*op. cit.*, p. 27 – grifos nossos).

É por isso que empreendemos esta pesquisa, para que possamos responder os “porquês” de Shakespeare e não outro, assim como esclarecermos o que nos motivou à leitura desta obra e não outra. Isso se dá devido a Shakespeare no permitir “[...] investigar e compreender a fundo os processos do ser humano” (HELIODORA, 2008, p. 8).

Sendo assim, notamos que os processos que incidem sobre o ser humano são de suma importância para compreendermos como ele se constitui no seio de uma sociedade, ou melhor, como ele se constitui enquanto sujeito discursivo. Logo, observamos que esse indivíduo é interpelado/atravessado por diversas manifestações discursivas com o intuito de se constituir por meio de vários fatores que entram em jogo.

Essa dinâmica evidencia que o sujeito ocupa lugar no interior de uma manifestação discursiva, em que se circunscreve ou não. Então, isso ocorre a partir do posicionamento do sujeito no interior do discurso, onde ele se inscreverá num dado lugar sócio-histórico-ideológico. Então, qual a importância de pesquisarmos a constituição sujeitodal a partir da obra de Shakespeare? Podemos dizer que ele nos possibilita analisar o sujeito inscrito em diferentes instituições/aparelhos ideológicos que legitimam as ações desempenhadas pelos sujeitos circunscritos em um dado *ethos*³ social, haja vista que ele capta as diferentes classes sociais por meio da ação dramática que se instaura na obra *O Mercador de Veneza* numa época de ascensão econômica e social – Shakespeare captava e assimilava tudo que a vida lhe oferecia.

A partir dessa articulação entre língua, história e ideologia que a linguagem entra em cena. Ela pode ser analisada como sendo um “[...] lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais” (BRANDÃO, 2004, p. 11).

A partir desse caráter da linguagem, iremos discorrer sobre os elementos que constituem e são constituintes da ação dramática shakespeariana, no intuito de evidenciarmos o processo de subjetivação do sujeito-personagem (Shylock) pelo viés da AD preconizada por Michael Pêcheux. Com isso, serão constatados os lugares discursivos nos quais o sujeito-personagem se inscreve.

³ O termo *ethos* social foi utilizado para nos referirmos às imagens construídas em (e por) diferentes contextos sociais em que os sujeitos se inserem como para designarmos as inscrições sujeitodais no interior das relações sócio-histórico-ideológicas de uma sociedade.

Portanto, a leitura de Shakespeare, ao nosso olhar, vem ao encontro do objetivo proposto, uma vez que ele consegue “[...] captar o modo de falar de indivíduos das mais variadas regiões e classes sociais” (HELIODORA, 2008, p. 25). Por conseguinte, ele projeta a alma humana em seus personagens com maestria, denotando, assim, a complexidade do comportamento humano.

O Mercador de Veneza

Num contexto sócio-histórico favorável ao desenvolvimento cultural e artístico, uma vez que a Inglaterra estava vivenciando a glória do reinado da rainha Elizabeth I, Shakespeare insere-se no cenário do “teatro elisabetano” – é nesse contexto que suas obras ganham notoriedade, em que ele tece suas peças levando em conta o cotidiano da sociedade da época.

A peça *O Mercador de Veneza*, escrita entre 1596-1597, desenvolve a trama de Bassânio e Pórcia. O primeiro, com o intuito de conquistar sua amada (Pórcia), recorre a seu amigo Antônio e lhe solicita dinheiro emprestado. Este, por sua vez, havia perdido sua herança e não tinha condições financeiras de cortejá-la.

Quando recorre ao seu amigo, percebe-se que ele não tinha a quantia solicitada por Bassânio no momento – três mil ducados. Antônio é um mercador, sua fortuna estava investida em frotas de navios mercantes que se encontravam em alto-mar. Ao analisar suas economias, ele nota que tinha apenas parte do dinheiro, então recorre a um judeu rico (Shylock), para solicitar um empréstimo.

Logo, ele faz um empréstimo com Shylock sem juros, contanto que ele aceitasse em assinar um contrato no qual era exigida uma libra da carne dele, de qualquer parte do corpo, como garantia do pagamento do empréstimo. Antônio concorda com os termos do contrato e o assina.

Por conseguinte, Antônio toma o dinheiro emprestado de Shylock e entrega-o a Bassânio que, por sua vez, se dirige até Belmonte, com o objetivo de cortejar Pórcia. No entanto, os candidatos eram submetidos à prova dos três escrínios – o primeiro era de ouro, o segundo de prata e o terceiro, de chumbo. Ele submete-se à prova e escolhe o escrínio de chumbo, no qual encontra o retrato de sua amada e invoca o direito de cortejá-la. Concomitantemente, Graciano ganha o amor de Nerissa, camareira de Pórcia, assim como Lourenço, o de Jessica.

Em Veneza, chegam notícias de que os navios de Antônio estavam perdidos em alto-mar e, dessa forma, não possuía dinheiro para cumprir o compromisso de efetuar o pagamento

do empréstimo a Shylock. Enquanto isso, em Belmonte, Pórcia decide casar-se com Bassânio no intuito de ajudá-lo, então, ela disfarça-se de advogado e se dirige à Veneza para defendê-lo.

Em seguida, inicia-se o julgamento e o jovem advogado se apresenta perante o tribunal com o nome de Baltasar, juntamente com um assessor, que na verdade era Nerissa. Ele a princípio tenta comover Shylock para que aceite uma quantia maior do que estimulava no contrato, no entanto ele mantém-se firme aos termos contratuais. Prontamente, o juiz diz que em consonância com a lei não poderia ser derramado sangue cristão, pois se isso ocorresse, Shylock teria seus bens confiscados. Diante dessa situação, Shylock aceita a quantia oferecida anteriormente, mas o juiz declara que, por ter negado a primeira oferta, ele não obteria nada como pagamento, sendo que a metade dos bens entregues seria entregue a Antônio e a outra, ao Estado.

Frente a essa situação, Shylock se converte ao cristianismo, e após a decisão e absolvição de Antônio, os dois advogados se retiram. Por fim, chegam notícias de que os navios de Antônio tinham acabado de chegar ao porto – tudo acaba bem, menos para Shylock.

Dessa forma, a obra

[...] entrelaça duas tramas que se desenvolvem em universos separados, e parece querer aumentar o número de dificuldades em seus caminhos: de um lado, cria o prático e duro mundo dos negócios, o mundo do Rialto⁴, com a história do empréstimo do dinheiro e a multa da libra de carne; do outro, envereda, mais do que pelo romance, pelo conto de fadas, com a história das três arcas que determinam o casamento de Pórcia (HELIODORA, 2004, p. 84-85).

No livro em questão, observamos que Shakespeare apresenta um profundo “[...] interesse por determinada situação humana e a criação de uma ficção, uma fantasia antirrealista, por meio da qual o autor irá conseguir transmitir algo que observou a respeito da realidade” (HELIODORA, 2004, p. 84), uma vez que lida com a ideologia antissemita que envolvia a realidade da época; assim ele focaliza a situação vivenciada pelos judeus na Europa na Idade Média. Dito de outra maneira, Shakespeare reúne as relações sociais da época em seu universo dramático, retratando a representação ideológica que perpassava a Idade Média a fim de torná-la visível e relacioná-la às práticas cotidianas da sociedade europeia.

⁴ Rialto corresponde a uma região de Veneza que se destaca pelas transações comerciais da época.

Portanto, observamos que “[...] Shylock, o judeu de Shakespeare, é uma figura rica e ambígua, que tem graves defeitos, mas que é injustiçado, a ponto de sua opinião final deixar, de certo modo, retratado um cristianismo preconceituoso e cruel” (HELIODORA, 2004, p. 85).

Nota-se que Shakespeare confere ao sujeito personagem um caráter representativo das múltiplas “[...] facetas e comportamento diversos” (*op. cit.*, p. 84) que envolve o homem na sua relação com o mundo, além de explicitar que nessa relação não há um “[...] *happy endings*⁵ em estado puro” (*idem*, p. 86). Nela encontramos barreiras, obstáculos e conflitos que, por sua vez, são alcançados “[...] ao preço da priorização de valores e interesses” (*ibidem*, p. 86).

É a partir dessa conjuntura de ações que propomos desenvolver esta pesquisa, sob o crivo da AD, visando compreender o processo de subjetivação de Shylock no interior da ação dramática da obra *O Mercador de Veneza*, de William Shakespeare. Nesse viés, analisaremos as tomadas de posições sócio-histórico-ideológicas do sujeito-personagem, a fim de apreender os atravessamentos discursivos que são constituintes e constitutivos desse processo.

Proposta de investigação

Nesta seção apresentaremos a proposta de investigação da pesquisa, com o intuito de esclarecermos os apontamentos teórico-metodológicos mobilizados.

Ao realizarmos uma pesquisa bibliográfica, observamos diferentes estudos realizados que tomam enquanto *corpus* a obra de William Shakespeare, *O Mercador de Veneza*, sob a perspectiva dos Estudos Literários, da Filosofia, do Direito e da Linguística. No entanto, nenhuma delas debruça sobre a obra num viés discursivo. Sendo assim, compreendemos que há uma fissura a ser preenchida, e é por essa questão que há o interesse em desenvolver tal investigação, a fim de promovermos um gesto de leitura acerca do processo de constituição sujeitudinal de Shylock enquanto sujeito inserido na ordem do discurso.

Ressaltamos que nosso estudo visa analisar os elementos que são constituintes e constitutivos do Discurso Literário (DL) no interior da ação dramática shakespeariana, sendo que o DL é compreendido, neste trabalho, enquanto um amálgama polifônico de discursos

⁵ Em português, “final feliz”.

sócio-histórico-ideológicos que estão, concomitantemente, em funcionamento no interior de uma prática enunciativa literária.

De acordo com Santos (2003),

[...] a enunciatividade no Discurso Literário se funda na instauração de um conjunto de situações projetadas, englobando interações entre personagens socialmente circunscritos em uma ambiência singular, concebida sob a égide de tensões, tramas e contextos referenciais, dotados de realidade, ficção e visões de mundo. (SANTOS, 2003, p. 47).

Propomos a partir da enunciatividade do Discurso Literário, conforme Santos (2003), analisar o processo de constituição subjetudinal de Shylock na singularidade de seu processo de subjetivação, no interior da ação dramática da obra *O Mercador de Veneza* de William Shakespeare, a partir dos postulados teóricos da AD. Estes, por sua vez, são tomados enquanto conceitos basilares em diálogo com o Discurso Literário de Dominique Maingueneau (2009) e com a perspectiva dialógica do discurso a partir de uma releitura das obras de Mikhail Bakhtin (1998, 2003 e 2010) e Bakhtin/Volochinov (2004).

Por isso, compreendemos o DL como uma materialidade linguística que comporta diferentes vozes configuradas na enunciatividade literária em sua égide. Com isso, ela denota os deslocamentos subjetudiniais que se instauram por meio do processo de interpelação sócio-histórico-ideológica, corroborando, assim, no processo de discursivização do sujeito.

É, então, a partir desta hipótese que a pesquisa é desenvolvida, a fim de apresentarmos uma reflexão sobre o processo de constituição do sujeito-personagem no interior do acontecimento enunciativo. Desse modo, apresentaremos no Capítulo I os apontamentos constitutivos e constituintes para o estudo do Discurso Literário, em que descrevemos as condições de produção do DL a partir dos atravessamentos interdiscursivos subjacentes aos enunciados do sujeito-personagem (Shylock), no intuito de mapearmos os elementos que constituem os processos de subjetivação no personagem tomado para estudo.

Para realizarmos a descrição das condições de produção do Discurso Literário, optamos por apresentar as “evidências” que estão imbricadas na materialidade literária a partir de macro e microanálises: [...] uma macroinstância, em que se situaria o discurso em sua conjuntura enunciativa e uma microinstância, na qual se focaliza os potenciais de significação dos sentidos no interior de uma manifestação discursiva (SANTOS, 2004, p. 113).

Para tanto propomos, a partir das análises, identificar, observar, apreender a heterogeneidade do Discurso Literário, assim como as várias vozes que corroboram para a constitutividade e à constituição do sujeito-personagem circunscrito nesse discurso.

Das análises emergem dois questionamentos que conduzem o desenvolvimento desta pesquisa: i) Como se dá a constituição discursiva do personagem Shylock, enquanto instância-sujeito no interior da obra *O Mercador de Veneza*, de William Shakespeare? ii) Como esse personagem se desloca para se constituir enquanto sujeito social, político e ideológico na ação dramática na peça?

No exame desses questionamentos, utilizaremos como metodologia de análise o dispositivo matricial que, segundo Santos (2004, p. 114), diz respeito a “[...] um mapeamento de ocorrências das regularidades no todo do *corpus*, com vistas a uma organização distintiva da conjuntura discursiva da enunciação em análise”. É, então, a partir desse dispositivo que analisaremos o processo de subjetivação de Shylock em *O Mercador de Veneza*, de William Shakespeare, sob um enfoque discursivo.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, apoiar-nos-emos nos pressupostos teóricos da AD que serão apresentados no Capítulo I nos itens 1.4, 1.5 e 1.6, respectivamente, e no Capítulo II, tais como: *ideologia, forma-sujeito, instância enunciativa sujeitucional, formação discursiva, interdiscurso, sujeito, sentido, polifonia, Discurso Literário, sujeito discursivo, gênero discursivo, Discurso Religioso, universo shakespeariano e o dispositivo teórico-metodológico de análise do corpus*.

No Capítulo II apresentamos, ainda, algumas considerações teóricas abordadas nesta pesquisa, juntamente com o dispositivo matricial de análise, com a finalidade de explicitarmos a rede conceitual adotada na discussão aqui pretendida, assim como na apreensão dos atravessamentos discursivos que perpassam a constituição sujeitucional de uma instância-sujeito inserida em uma obra literária. Em consonância com Barthes (2007), a literatura “[...] engrena o saber no rolamento da flexibilidade infinita: através da escritura, o saber reflete incessantemente sobre o saber, segundo um discurso que não é mais epistemológico, mas dramático” (BARTHES, 2007, p. 19).

Em seguida, no Capítulo III apresentamos o exame dos enunciados, tomados como *corpus*, da instância-sujeito-personagem (Shylock) a partir do dispositivo metodológico matricial (SANTOS, 2004). Essa é uma ferramenta teórico-metodológica de análise de *corpora* que permite apreender as regularidades da conjuntura discursiva de um dado

fenômeno enunciativo (SANTOS, 2004, p. 114), denotando, assim, o processo de constituição sujeitucional no interior da enunciatividade literária.

Por fim, apresentamos nos apontamentos finais uma reflexão sobre a pesquisa realizada e os questionamentos levantados nos objetivos e nas hipóteses que balizaram a realização do estudo sobre o processo de subjetivação da instância-sujeito-personagem (Shylock) no interior da ação dramática shakespeariana. Iniciaremos, a seguir, com alguns apontamentos no que tange aos atravessamentos sócio-histórico-discursivos que perpassam a causalidade estético-literária, procurando depreender os fenômenos que estão imbricados no efeito ideológico de interpelação do indivíduo inserido num acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 2002, p. 17), compreendido como lugar sócio-histórico-ideológico da realização de um enunciado perpassado por uma memória que (re)atualiza os processos incidentes de sua constituição sujeitucional.

CAPÍTULO I

APONTAMENTOS PARA UM ESTUDO DO DISCURSO LITERÁRIO

Ao se constituir na atmosfera do “já-dito”, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado (BAKHTIN, 1998, p. 89).

Neste capítulo, apresentamos as bases teóricas mobilizadas nesta pesquisa. Para isso, o organizamos em sete seções. Na primeira (seção 1.1), pontuamos o escopo da Análise do Discurso e a noção de constituição sujeitudinal.

Na seção 1.2 dialogamos com Michel Foucault (2000) no que diz respeito à concepção de Literatura que norteia esta pesquisa. Em seguida, na seção 1.3 discorremos sobre a linguagem literária na dialogia instaurada com Mikhail Bakhtin (1998) e Bakhtin e Volochinov (2004). Nas seções 1.4, 1.5 e 1.6 tratamos dos conceitos de *ideologia*, *forma-sujeito*, *instância enunciativa sujeitudinal*, *formação discursiva*, *interdiscurso*, *sujeito e sentido* sob a égide da Análise do Discurso Francesa, preconizada por Michel Pêcheux (1988, 2002), assim como dos desdobramentos dessa perspectiva com os estudos realizados na contemporaneidade por Santos (2009), Maingueneau (1997, 2008) e Cazarin (2007). Por último, na seção 1.7 discorremos sobre a noção de polifonia em Mikhail Bakhtin (2010) e Discurso Literário para Maingueneau (2009).

1.1 Lugar teórico

Para o desenvolvimento da pesquisa, circunscrevemo-nos teoricamente no campo da AD. Endentemos a teoria do discurso postulada por Pêcheux enquanto lugar de tomada de posição do sujeito em que língua, história e ideologia coexistem concomitantemente. Isso nos permite depreender a conjuntura que envolve a constituição de um sujeito afetado por eles e que cabe ao analista do discurso pontuar as singularidades da linguagem em que os sujeitos estão inscritos socialmente. Por sua vez, isso justifica tomá-la enquanto suporte teórico para a análise do processo de constituição do sujeito no interior da discursividade literária, uma vez que ele se constitui a partir da interpelação ideológica que, por sua vez, o circunscreve em uma dada formação discursiva. Logo, “[...] não se trata de examinar um *corpus* como se

tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como correlato de uma *posição* sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam” (MAINGUENEAU, 1997, p. 15).

Compreendemos o processo de subjetivação de Shylock em *O Mercador de Veneza*, de William Shakespeare, enquanto entrecruzamentos de discursos-outros indissociáveis da enunciatividade literária, uma vez que “[...] a discursividade define ‘uma ordem própria da materialidade da língua’ e, por outro lado, esta ordem ‘se realiza na língua’” (*op. cit.*, p. 17).

Inscrevemo-nos na AD por se “[...] levar em conta a singularidade do objeto, a complexidade dos fatos discursivos e a incidência dos métodos de análise que permite produzir os estudos mais interessantes” (*idem*, p. 19), configurando, assim, o lugar sócio-histórico-ideológico da emergência do discurso.

Entendemos que o processo de constituição sujeitudinal, numa perspectiva discursiva, “[...] se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa” (BAKHTIN, 1998, p. 88), em que a conjuntura sócio-histórico-ideológica corrobora na discursivização do sujeito circunscrito na enunciatividade literária. Nesse sentido, a AD e sua rede conceitual nos fornecem subsídios para compreendermos o processo de subjetivação em Shylock no interior da ação dramática shakespeariana.

1.2 Afinal, o que é literatura?

Desde a antiguidade greco-romana, a problemática do conceito sobre o que seria (ou não) literatura é instaurada, uma vez que essa questão torna-se relevante nas manifestações artístico-estético-linguísticas. Logo, nota-se a constante procura em definir o conceito de literatura. Nesse sentido, percebemos que tal pergunta está relacionada ao processo de (trans)formação da escrita, conforme apresentaremos no item 1.3 deste capítulo.

Em *Linguagem e Literatura*, Michel Foucault (2000) apresenta-nos que “[...] a literatura não é o fato de uma linguagem transformar-se em obra, nem o fato da obra ser fabricada com a linguagem” (*op. cit.*, p. 141), mas ela diz respeito a “[...] um terceiro ponto, diferente da linguagem e da obra” (*idem*, p. 141).

Para Foucault (2000), a literatura se funda nas relações histórico-sociais entre a linguagem e a obra, e vice-versa. Ressaltamos que, na ótica foucaultiana, “[...] a linguagem literária é linguagem pura, que só fala de si mesma, que não expressa nenhuma realidade preexistente” (*op. cit.*, p. 113), porque ela é compreendida enquanto reduplicação. Esta se dá

devido à dispersão acontecimental da qual se funda a linguagem, assim como da descontinuidade de sua manifestação no tempo e no espaço.

Nessa perspectiva, a reflexão em torno da questão “o que é literatura?” repousa na maneira em que compreendemos por literatura. De acordo com Foucault (2000), é relevante “[...] pensar a literatura como experiência e a experiência literária como experiência anônima e autônoma da linguagem” (*op. cit.*, p. 113).

Nota-se, portanto, que a instauração do conceito de literatura se funda na forma com a qual nos relacionamos com a linguagem. Dessa maneira, na acepção foucaultiana, a linguagem deve ser pensada enquanto conjuntura circunscrita na história. Esta, por sua vez, corresponde às experiências vivenciadas pelo ser inserido na linguagem que (re)duplica suas vivências no espaço neutro e anônimo que é a linguagem literária.

Ainda segundo Foucault (2000), “[...] a linguagem literária é a reduplicação, repetição indefinida, linguagem *à l’infini*, que permite falar dela mesma indefinidamente” (*op. cit.*, p. 114 – grifos do autor). Ela agrega as experiências vivenciadas pelo homem na historicidade de sua sujeição, como também na reduplicação refletida no tempo de sua aparição.

Logo, a “[...] a literatura nunca é dada é totalmente realizada, ela está sempre no livro por vir e nenhum livro coincide com ela” (FOUCAULT, 2000, p. 115), e

[...] a palavra literária se desenvolve, se desdobra, se reduplica a partir de si própria, não como interiorização, psicologização, mas como exteriorização, passagem para fora, afastamento, distanciamento, diferenciação, fratura, dispersão com relação ao sujeito, que ela apaga, anula, exclui, despossui, fazendo aparecer um espaço vazio: o espaço de uma linguagem neutra, anônima (FOUCAULT, 2000, p. 115).

Nesse sentido, percebemos que a literatura, conforme o pensamento foucaultiano, é, ou dever ser, compreendida como *um espaço vazio* em que ocorre a dispersão do sujeito e a descontinuidade de sua constituição enquanto tal no interior desse espaço a ser ocupado por ele, assim como na sua inserção.

Em outras palavras, a literatura, de acordo com o pensamento foucaultiano, se define enquanto tal devido à (des)continuidade da manifestação da língua(gem), pois ela se distancia da concepção estruturalista de língua(gem) e literatura. Por conseguinte, a literatura é “[...] uma distância aberta no interior da linguagem, uma distância incessantemente percorrida e jamais coberta; uma espécie de linguagem que oscila sobre si mesma, uma espécie de vibração móvel” (FOUCAULT, 2000, p. 142).

Salientamos que o caráter visível e real da literatura se dá devido ao desenvolvimento da escrita, pois em consonância com Barthes (2007), a “[...] literatura não [é] um corpo ou

uma sequência de obras, nem mesmo um setor de comércio ou de ensino, mas o grafo complexo das pegadas de uma prática: a prática de escrever” (BARTHES, 2007, p. 16 – grifo nosso), porque ela “[...] detém a essência da literatura” (FOUCAULT, 2000, p. 146), assim como por meio dela tem o “[...] dizer que toda obra diz o que ela diz, o que ela conta, sua história, sua fábula, mas além disso, diz o que é literatura” (*op. cit.*, p. 146).

Ainda segundo o pensamento foucaultiano, a literatura “[...] é uma linguagem transgressiva, mortal, repetitiva, reduplicada” (FOUCAULT, p.154). Ela não se reduz “[...] ao uso de uma única realidade semântica, da superfície dos signos verbais” (*op. cit.*, p. 166), mas “[...] se mantém através de várias camadas de signos. Ela é, se quiserem, polissemântica” (*idem*, p. 166).

Entendemos por literatura a conjuntura enunciativa que torna possível a inserção do sujeito na *ordem do discurso*, assim como de sua sujeição nos espaços vazios que ela abriga, lugar em que ele exerce uma tomada de posição.

Podemos dizer que a “[...] literatura, na realidade, só existe na medida em que não se deixou de falar, de fazer circular signos” (FOUCAULT, 2000, p. 167), assim como sua existência real e visível se dá na dispersão temporal e na descontinuidade espacial de sua manifestação via linguagem. Compreendê-la significa, portanto, “[...] entender todo o processo social [*e histórico*] do qual ela faz parte” (EAGLETON, 2011, p. 19 – grifo nosso).

Destacamos que a definição de literatura neste trabalho foi apresentada para que possamos compreendê-la não como algo estático e que possa ser categorizado, mas ela é compreendida enquanto conjuntura móvel, descontínua, dispersa e não transparente.

1.3 Linguagem literária

Na tradição literária, a linguagem, por muito tempo, era compreendida como a arte da palavra, ou seja, arte verbal que estava intimamente ligada à criação estética (PROENÇA FILHO, 2007).

Muitos teóricos da literatura compreendem, ainda hoje, a obra literária como representação do mundo, uma vez que privilegia a intenção do criador. Nesse sentido, a *linguagem literária* é vista enquanto elemento que reproduz e representa a realidade – um veículo de comunicação, conforme a teoria clássica da literatura.

Ainda segundo essa perspectiva,

[...] no século XIX, os românticos acrescentam algo a esse conceito: à luz da ideologia que os norteia, entendem que ao artista cabe a visão das coisas como ainda

não foram vistas e como são profundas e autenticamente em si mesmas. Associa-se ao texto literário, desse modo, a valorização da subjetividade (PROENÇA FILHO, 2007, p. 9).

No viés bakhtiniano, “[...] a linguagem realiza-se como algo indubitável, indiscutível, englobante” (BAKHTIN, 1998, p. 94), sendo vista enquanto conjuntura ideologicamente (de)marcada em que se “[...] satisfaz a uma única linguagem e a uma única consciência linguística” (*op. cit.*, p. 94).

Segundo Proença Filho (2007), a linguagem literária é compreendida de maneiras diferentes a partir de uma dada época. O autor apresenta três conceitos de linguagem: i) a compreendida enquanto forma de apreensão do real; ii) vista como faculdade humana de representar o pensamento; e iii) entendida como processo complexo psíquico-social.

Nessa mesma perspectiva, notamos que a linguagem é reduzida apenas ao sistema linguístico concebido por Saussure (2006), em que a linguagem é a soma entre língua e fala. Todavia, ela é vista enquanto fenômeno linguístico em devir como “linguagem pluridiscursiva” (BAKHTIN, 1998, p. 98), em que comporta diferentes discursos; a linguagem “[...] não é um meio neutro que se torne fácil e livremente a propriedade intencional do falante, ela está povoada ou superpovoada de intenções de outrem” (*op. cit.*, p. 100).

Em consonância com a perspectiva bakhtiniana, a “[...] linguagem literária não é um sistema linguístico uno e fechado, mas sim uma unidade profundamente peculiar das ‘linguagens’ que entram em contato e que se reconhecem umas às outras” (*idem*, p. 101). Logo, ela é concebida enquanto lugar onde residem diferentes vozes sócio-históricas-ideológicas funcionando concomitantemente – o discurso.

Para Bakhtin e Volochinov (2004), o discurso é entendido como um amálgama de signos ideológicos, uma vez que

[...] um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também *reflete e refrata* uma outra [...]. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2004, p. 32 – grifo nosso).

É, portanto, a partir dessa concepção de discurso e da noção pecheutiana que encaminhamos o olhar sobre a obra literária de William Shakespeare e o processo de discursivização⁶ de um indivíduo em sujeito inserido no universo literário.

1.4 Ideologia, forma-sujeito e instância enunciativa sujeitodal

Ao partir da perspectiva althusseriana acerca da *ideologia*, em especial sobre as relações sociais de existência dos homens no seio de uma sociedade por meio da luta de classes, Pêcheux a caracteriza enquanto “[...] estrutura-subordinação do ‘todo complexo com o dominante’ das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes” (PÊCHEUX, 1988, p. 147).

Nesse sentido, observamos que ideologia desempenha papel primordial no processo de constituição do *sujeito discursivo*, pois o “[...] sujeito é interpelado pela Ideologia” (*op. cit.*, 154), promovendo, assim, a constituição do sujeito no interior de um *discurso*. Conforme Pêcheux (2002), “[...] todo discurso é índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho de deslocamento no seu espaço” (PÊCHEUX, 2002, p. 56).

Com isso, “[...] o indivíduo é interpelado em sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 156), sendo que essa interpelação se dá historicamente revestida de uma *forma-sujeito*, isto é, o indivíduo circunscrito na história. Segundo Pêcheux (1988), “[...] a ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (PÊCHEUX, 1988, p. 183). Dessa forma, a forma-sujeito é interpelada pela ideologia e se constitui enquanto sujeito circunscrito historicamente numa *formação discursiva*. Esse autor destaca que “[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)” (*idem*, p. 163).

Para Pêcheux, a ideologia promove o processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos e os circunscribe discursivamente – por meio dela é que o *sentido* emerge, ou seja, há a significação:

⁶ Entendemos por discursivização o processo em que os sentidos e os discursos são produzidos. Nele, instaura-se o funcionamento discursivo que, por sua vez, promove a produção enunciativa no interior de um dado fenômeno linguageiro.

[...] é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1988, p. 160 – grifos do autor).

Assim sendo, a forma-sujeito corresponde à circunscrição ideológica do sujeito socialmente. Então, é a partir dela que o sujeito realiza uma tomada de posição no interior do acontecimento discursivo, denotando, assim, sua inscrição num dado lugar sócio-histórico-ideológico.

Por conseguinte, ao afirmarmos que o sujeito exerce uma tomada de posição no interior do acontecimento, observamos que ele se encontra em (des)contínuo processo de interpelação ideológica e que os sentidos decorrem desse processo.

A partir dessa tomada de posição do sujeito, nota-se que ele exerce diferentes papéis sociais, denominados por Santos (2009) como posições do sujeito de *instâncias enunciativas sujeitacionais*. Ele parte da noção de sujeito pecheutiana que corresponde à “[...] alteridade de instâncias sujeito no interior de um processo enunciativo” (SANTOS, 2009, p. 83), em que o sujeito é visto na confluência de lugares e papéis discursivamente instaurados em um acontecimento enunciativo. Nesse sentido, ele se constitui pela heterogeneidade enunciativa e pelos diferentes papéis sociais desempenhados por ele.

Segundo Santos (2009, p. 83),

[...] a realização linguageira, enquanto ato interpelativo e interenunciativo, traça o perfil de sujeitos heterogêneos pertencentes a um grupo social, e actantes em sua constitutividade discursiva. A nosso ver, trata-se de sujeitos circunscritos em processos identitários, inseridos em práticas sociais, e em ações contextuais, do e no processo enunciativo. Essa heterogeneidade estabelece uma relação de reciprocidade, quanto ao lugar discursivo que esses sujeitos ocupam na interpelação.

Nesse viés, tomar o sujeito enquanto *instância enunciativa* como propõe Santos (2009), é compreendê-lo na dinâmica discursiva, ou seja, em alteridade descontínua na qual está em constante processo interpelativo: “[...] a partir de suas inscrições discursivas, atravessadas pelo interdiscurso e transpassadas pela memória discursiva e pelas condições históricas que a constituem” (SANTOS, 2009, p. 84). Dessa maneira, o sujeito, segundo Santos (2009), “[...] oscila entre as facetas de um lugar social e de um lugar discursivo na alteridade de formas-sujeito que se movem pela interpelação e pelo atravessamento de discursos outros em seu enunciar” (SANTOS, 2009, p. 84).

Assim sendo, essa noção promove a emergência da singularidade e individuação do sujeito circunscrito no acontecimento, uma vez que possibilita compreendê-lo na movência enunciativa e nas diversas tomadas de posições numa dada prática linguageira. Isso nos permite vislumbrar o sujeito em constante movência de lugares discursivos e no processo de interpelação, além de evidenciar várias formas-sujeito, concomitantemente, numa discursividade.

1.5 Formação discursiva e interdiscurso

Ao evidenciarmos que o sujeito se encontra em constante processo de (re)constituição no interior de uma prática discursiva, compreendemos que, ao se inscrever num dado lugar, ele se coloca em uma dada *Formação Discursiva* (FD).

Para Foucault (2010, p. 43), a FD é compreendida enquanto conjunto de enunciados dispersos; é a diversidade de enunciados que constituem um *discurso*. Assim, tomamos a FD como lugar móvel da tomada de posição da instância-sujeito no interior de uma prática discursiva.

Ainda segundo esse autor,

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* [...] (FOUCAULT, 2010, p. 43 – grifo do autor).

Na acepção pecheutiana, a FD corresponde àquilo “[...] que pode e deve ver dito” (PÊCHEUX, 1988, p. 160), configurando-se enquanto “[...] um conjunto de enunciados produzidos” (MAINGUENEAU, 2008, p. 20) em uma dada conjuntura sócio-histórico-ideológica.

Nesse sentido,

[...] uma formação discursiva não desempenha, pois, o papel de uma figura que pára o tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais: coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. Não se trata de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais (FOUCAULT, 2010, p. 83).

Em outros termos, “[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesma’” (PÊCHEUX, 1988, p. 160), mas a partir da tomada de posição de uma instância-sujeito. Dito de outra maneira, o sentido “[...] é determinado pelas posições ideológicas” (*op. cit.*, p. 160) em que circunscreve a instância-sujeito. Assim sendo,

[...] o sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. De modo correlato, se se admite que as *mesmas* palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra [...] (PÊCHEUX, 1988, p. 161 – grifo do autor).

Sendo, pois, a partir da circunscrição da instância-sujeito em uma dada formação discursiva que temos a emergência da significação, apreende-se que “[...] os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas (FDs) que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, p. 161 – grifo do autor). Logo, “[...] a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido” (*op. cit.*, p. 162).

Na acepção foucaultiana, o discurso é compreendido enquanto um conjunto de enunciados que “pertencem” a uma mesma formação discursiva, conforme propõe Foucault (2010):

[...] o discurso, assim concebido, não é manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. *É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos* (FOUCAULT, 2010, p. 61 – grifo nosso).

Para esse autor, o *espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos* se trata dos lugares onde uma instância-sujeito pode se circunscrever no interior de uma dada formação discursiva; é, portanto, a tomada de posição da instância-sujeito no interior de um acontecimento discursivo.

Circunscrita num dado acontecimento discursivo, a instância-sujeito se insere em uma dada FD em detrimento de outra(s) – ela ocupa um lugar no “[...] ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas” (PÊCHEUX, 1988, p. 162), o *interdiscurso*.

Assim, o interdiscurso é compreendido como uma conjuntura *heterogênea* de discursos-outros que constituem uma dada formação discursiva. Nesse sentido, essa heterogeneidade se manifesta de duas maneiras: mostrada e constitutiva, conforme propõe Authier-Revuz (2004). A primeira diz respeito às marcas linguísticas presentes num dado discurso, enquanto a segunda corresponde aos elementos que constituem intimamente um discurso; trata-se do “[...] discurso em interação com outros discursos” (BAKHTIN, 2010, p. XV). Dessa forma, notamos a presença de discursos-outros no discurso numa relação de dialogia tensiva entre as palavras de vozes-outras presentes em um discurso, coexistindo simultaneamente.

Convém mencionarmos que “[...] o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica” (PÊCHEUX, 1988, p. 215). Portanto, “*o interdiscurso continua a determinar a identificação ou a contraidentificação do sujeito com uma formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que se ligue a ela ou a rejeite*” (*op. cit.*, p. 216 – grifos do autor).

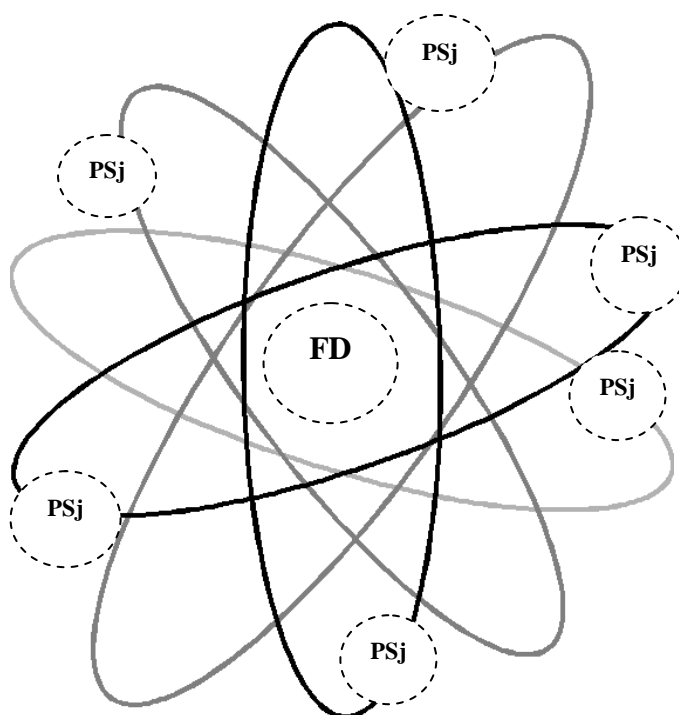
Na acepção de Maingueneau (1997), o interdiscurso se constitui enquanto “[...] ‘conjunto de enunciados que constitui o arquivo de uma época’” (*op. cit.*, p. 116). No entanto, de acordo com Maingueneau (2008), essa definição é reducionista, propondo que o termo seja tomado pela tríade *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*, chamada de primado do interdiscurso. O universo discursivo corresponde ao “[...] conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (MAINGUENEAU, 2008, p. 33), ao passo que o campo discursivo corresponde ao “[...] conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (*op. cit.*, p. 34).

Por fim, o espaço discursivo diz respeito aos “[...] subconjuntos de formações discursivas” (*idem*, p. 35). Logo, esses elementos possibilitam “*apreender, de imediato, não uma formação discursiva, mas a interação entre formações discursivas*” (MAINGUENEAU, 1997, p. 119 – grifos do autor). Salientamos que a FD é tratada como unidade interdiscursiva, pois se configura pelo amálgama de posições-sujeito. Estas são apreendidas na (e pela) manifestação linguageira dos sujeitos inseridos em um dado acontecimento discursivo.

Entendemos o interdiscurso como um amálgama conflitante e heterogêneo de formações discursivas que se constitui (e é constituído) na enunciatividade de uma instância-sujeito. Tal instância se caracteriza pela tensão instaurada entre diferentes posições-sujeito (PSj) no interior de uma formação discursiva. Esta, por sua vez, é

[...] entendida como ‘uma unidade divisível, uma heterogeneidade em relação a si mesma com fronteiras instáveis que não consistem em um limite traçado de uma vez por todas, separando um interior de um exterior do saber porque ele se inscreve entre diferentes FDs e porque suas fronteiras se deslocam em função dos jogos da luta ideológica’ (CAZARIN, 2007, p. 120 – grifos da autora).

Em outras palavras, no interior de uma FD coexistem diferentes posições-sujeito que são reveladas a partir do momento que o sujeito realiza uma tomada de posição no interior do acontecimento discursivo, sendo essa posição-sujeito evidenciada sob a faceta da forma-sujeito na relação com os saberes de uma dada FD em que ela se encontra inscrita. Conforme a Figura 1, a formação discursiva ocupa a posição central da figura porque ela é considerada como unidade interdiscursiva – e é a partir dessa unidade interdiscursiva que temos acesso às posições-sujeito.



LEGENDA

FD= FORMAÇÃO DISCURSIVA

PSj= POSIÇÃO-SUJEITO

Figura 1. A porosidade e a movência da FD. **Fonte:** Autoria própria.

Ressaltamos que a FD é heterogênea, em consonância com Cazarin (2007), uma vez que ela agrega um núcleo poroso onde (co)habitam, (co)existem diferentes posições-sujeito ocupadas por diferentes formas-sujeitos, quando interpeladas pela ideologia no interior de um

fenômeno enunciativo. Essa característica é constitutiva e constituinte de uma FD, assim como a diversidade de apreendê-las; por conseguinte, ela nos permite apreender a movência sujeitucional que emerge no interior de uma discursividade. Destacamos, também, que Foucault (2010), Pêcheux (1988), Maingueneau (1997) e Cazarin (2007) foram mobilizados nesta seção pelo fato de considerarem a inserção do sujeito na história e que fora perpassado por uma ideologia; esta, por sua vez, é apreendida na (e pelas) práticas sociodiscursivas desempenhadas pelos sujeitos. Todavia, pautar-nos-emos na definição pecheutiana de FD por compreendermos que ela engloba a história e a ideologia concomitantemente.

1.6 Sujeito e sentido

Ao se basear na relação da linguagem com a exterioridade, a AD recusa as concepções de linguagem que a reduzem, ora como forma de expressão do pensamento, ora como instrumento de comunicação. Ela é compreendida como ação, transformação e trabalho simbólico, em que “[...] tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações, conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidade etc.” (ORLANDI, 1998, p. 17).

No escopo da AD, o sujeito é atravessado pela ideologia e é constituído a partir da formação discursiva na qual a instância-sujeito está inscrita. Dessa forma, para um estudo da discursividade, a voz do sujeito é sempre determinada por outras vozes: o discurso se instaura por meio dos atravessamentos discursivos presentes no discurso do sujeito – o interdiscurso. No campo epistemológico da AD, compreender o discurso significa entender os processos de produção dos sentidos de um enunciado, assim como sua articulação com a história e a sociedade que o produziu.

Para a AD, o sentido emerge no momento em que o sujeito do (e no) discurso se circunscreve numa posição no interior de uma formação discursiva. Ou seja, “[...] diremos que o caráter material do sentido é mascarado por sua evidência transparente para o sujeito – consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos ‘o todo complexo das formações discursivas’” (PÊCHEUX, 1988, p. 162).

Em outros termos,

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, não existe ‘em si mesma’ (isto é, em sua relação transparente com a literariedade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Ainda segundo a teoria discursiva, diremos, então, que o sentido emerge no interior de um discurso a partir do momento em que o sujeito faz uma tomada de posição dentro de uma FD, sendo que o sujeito se encontra circunscrito no acontecimento discursivo. Isso ocorre quando há o assujeitamento do indivíduo em sujeito, isto é, no momento em que o indivíduo é interpelado pela ideologia em sujeito. Sendo assim, “[...] o sujeito é chamado à existência” (PÊCHEUX, 1988, p. 154), que corresponde à forma-sujeito do discurso.

Essa forma-sujeito, ao se assujeitar à língua via ideologia, insere-se o sujeito na *ordem do discurso* (FOUCAULT, 2009), porque “[...] é a ordem do discurso que controla o dizer e produz o sentido” (PÊCHEUX, 2011, p. 15).

Entendemos que o sujeito, inserido na ordem do discurso, reconhece a FD enquanto lugar em que ocorre a constituição do sentido (PÊCHEUX, 1988, p. 162). Logo, o sentido que é atribuído às palavras, expressões e proposições se dá devido ao caráter poroso e movente de uma FD. Dessa forma, a “[...] constituição do sentido junta-se à da constituição do sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 153-154), na medida em que ocorre a interpelação ideológica.

Enfim, “[...] as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva a qual são produzidas” (PÊCHEUX, 1988, p. 160-161); portanto, “[...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria ‘próprio’” (*op. cit.*, p. 161). Entretanto, ela adquire “seu” sentido da FD em que é encontrado inscrito, pois “[...] as mesmas palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra” (*idem*, p. 161). Sendo assim, a significação se instaura no momento em que sujeito e sentido são produzidos na sua relação com uma dada FD.

Pode-se afirmar que a significação emerge na relação lógico-discursiva que se estabelece entre a constituição do sujeito no (e pelo) discurso com a instauração do sentido que uma palavra, expressão ou proposição adquire no interior de uma FD. Nesse sentido, construímos uma equação no intuito de exemplificarmos tal processo:

$$\text{Sujeito} \subset \text{Sentido} \longleftrightarrow \text{Sujeito} \supset \text{Sentido}$$

$$\text{Significação} = \text{Sujeito} \subset \text{Sentido} \longleftrightarrow \text{Sujeito} \supset \text{Sentido}$$

A relação lógico-discursiva ilustrada pela equação acima nos permite compreender a analogia existente entre a constituição do sujeito e do sentido, o qual está contido no sujeito tanto quanto o sujeito contém o sentido (Sujeito \subset Sentido \longleftrightarrow Sujeito \supset Sentido). Ao realizar uma tomada de posição no interior do acontecimento discursivo, o sujeito é chamado à existência sob a faceta da forma-sujeito. Essa emergência do sujeito no interior do acontecimento o circunscribe na ordem discursiva, em que há uma instauração do sentido.

Nesse entremeio, o sentido corresponde ao efeito de sentido produzido pela inserção do sujeito na lógica do discurso que, por sua vez, se dá por meio das inscrições sócio-histórico-discursivas dele. Já a significação torna-se “evidente” quando o sujeito ocupa um lugar e uma posição no interior de uma dada FD porque, ao nosso olhar, a significação é a resultante do processo de constituição do sujeito no interior do discurso na relação desse processo com a instauração do sentido (Significação = Sujeito \subset Sentido \longleftrightarrow Sujeito \supset Sentido).

Cabe, então, ressaltar que na ótica da AD os processos discursivos são explicitados a partir dos atravessamentos (inter)discursivos que se inserem em um espaço histórico-social e num tempo em constante devir, porque a AD não procura atribuir *um* sentido aos usos da língua(gem), todavia ela se propõe “fornecer evidências” pelas quais podemos compreender os processos que se instauram no interior dela.

1.7 Polifonia e Discurso Literário

O conceito de polifonia foi amplamente estudado e (re)formulado por diferentes autores. No entanto, ele foi cunhado por Bakhtin (2010) ao problematizar o romance dostoievskiano, em que o termo se refere à multiplicidade de vozes que se entrecruzam de maneira *plenivalente e equipolente*. O primeiro vocábulo diz respeito às “[...] outras vozes do discurso numa relação de absoluta igualdade como participantes do grande diálogo [*do romance*]” (BAKHTIN, 2010, p. 4 – grifo nosso), e o segundo concerne às “[...] vozes que participam do diálogo com as outras vozes em pé de absoluta igualdade; não se *objetivam*, isto é, não perdem o seu ser como vozes e consciências autônomas” (*op. cit.*, p. 5 – grifo do autor).

Ainda nessa perspectiva, observamos que ao estudar a obra de Dostoievski, Bakhtin (2010) instaura a problemática da constitutividade dialógico-polifônica do romance. Na perspectiva desse autor, as vozes que se manifestam no romance se dão por meio do diálogo –

a *plurivocidade* sócio-histórico-ideológica constitui o estilo romanesco de Dostoievski. Endentemos por plurivocidade o entrecruzamento de vozes em consonância e dissonância, que constituem uma materialidade linguística em alteridade descontínua no interior de uma discursividade.

Nessa perspectiva, nota-se que a linguagem, para Bakhtin, se funda pela conjuntura sócio-ideológica por meio das relações comunicativas desenvolvidas no interior das relações sociais, assim como pela multiplicidade de vozes que se entrecruzam numa relação dialógico-polifônica. Assim sendo, observamos que a dialogia e a polifonia são elementos constitutivos e constituintes de uma enunciatividade literária, porque “[...] a enunciatividade no Discurso Literário se funda na instauração de um conjunto de situações” (SANTOS, 2003, p. 47), e “[...]a polifonia no *Discurso Literário* contempla discursos outros que tecem o discurso ficcional” (SANTOS, 2003, p. 47 – grifo nosso). Vale ressaltar que a polifonia do Discurso Literário promove diferentes efeitos de sentido decorrentes das vozes que constituem uma obra literária.

Segundo o viés bakhtiniano, o discurso é visto enquanto uma heterogeneidade de vozes conflituosas e simultâneas que se entrecruzam numa relação dialógica no interior de uma prática discursiva. É desse imbricamento de vozes que Bakhtin (2010) instaura o *discurso bivocal*, compreendido a partir do seu caráter dialógico-polifônico no interior da linguagem.

Para o autor,

[...] a linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo de *vida* da linguagem. Toda a vida da linguagem, seja qual for o seu campo de emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc.), está impregnada de relações dialógicas (BAKHTIN, 2010, p. 209 – grifo do autor).

Como podemos notar, a linguagem é engendrada na (e pela) interação verbal entre os sujeitos, manifestando-se por meio das relações dialógicas que perpassam a atividade comunicativa dos sujeitos inseridos nas diversas relações sociais.

Para o autor, “[...] o *discurso bivocal* [...] surge inevitavelmente sob as condições da comunicação dialógica” (BAKHTIN, 2010, p. 211 – grifos do autor). Todavia, ao retomarmos a noção de polifonia e discurso bivocal, notamos que a dialogia se manifesta por meio da dinâmica enunciativa que, por sua vez, se instaura no seio de uma sociedade. Além de se mostrar por meio das relações dialógicas, conforme Bakhtin (2010), ela manifesta a(s)

consciência(s) de uma dada comunidade linguística, sendo o princípio do dialogismo polifônico do romance dostoiévskiano, “[...] como forma de interação e intercomplementação” (BAKHTIN, 2010, p. VI) entre “*a multiplicidade de vozes e consciências*” (*idem*, p. 4 – grifos do autor) presentes no romance dostoiévskiano.

Por conseguinte, nota-se que o discurso é dotado de uma *memória* que permite às múltiplas vozes e consciências coexistem “harmoniosamente”, operando socialmente por meio das práticas sócio-histórico-ideológicas instauradas na coletividade. Em outros termos, a memória se constitui a partir da diversidade de consciências que permeia uma comunidade linguística, ou seja, ela se (re)configura enquanto “[...] um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e retomadas, de conflitos, de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos” (PÊCHEUX, 2007, p. 56).

A memória discursiva, por sua vez, instaura um lugar em alteridade descontínua em que o discurso se constitui pelos atravessamentos das diferentes vozes que ecoam no interior de uma prática languageira, isto é,

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2007, p. 52 – grifos do autor).

Dessa forma, a polifonia no interior de uma enunciatividade literária se dá a partir da “[...] tessitura de vozes e sentidos que perpassam elementos do real para a ficção” (SANTOS, 2003, p. 49).

Nesse sentido, tomamos o *Discurso Literário* (DL) enquanto *discurso constituinte*, de acordo com Maingueneau (2009), o qual corresponde a uma conjuntura de discursos-outros que se justapõem com ele (exemplos: discurso político, religioso, científico, entre outros) formando, assim, um emaranhado de discursos que ocupam interdiscursivamente um lugar numa relação dialógico-polifônica no interior de uma enunciatividade literária, em que se “[...] dá sentido aos atos da coletividade” (MAINGUENEAU, 2008, p. 38).

Sob a ótica da AD, tomamos o DL enquanto o entrecruzamento de vozes e consciências que transpassam uma enunciatividade, numa relação de simultaneidade e coexistência coletiva (BAKHTIN, 2010).

Na abordagem adotada neste estudo, o DL se (re)configura na (e pela) inter/intradiscursividade, em que “[...] cada discurso constituinte aparece ao mesmo tempo

como interior e exterior aos outros, outros que ele atravessa e pelos quais é atravessado” (MAINGUENEAU, 2008, p. 40). Então, passaremos a explicitar, no capítulo seguinte, os atravessamentos discursivos e os fenômenos que perpassam o processo de constituição sujeitudinal circunscrita na *enunciatividade literária* (SANTOS, 2003) em análise.

Em suma, neste capítulo procuramos, de forma sucinta, apresentar as bases teórico-metodológicas que endossam esta pesquisa, com vistas a:

- i) Pontuar o lugar teórico em que o leitor possa circunscrever seu gesto de leitura a partir do olhar epistemológico, tendo em vista os conceitos mobilizados e o *corpus* escolhido para análise;
- ii) Problematizar, por meio de diferentes vozes, a complexidade sentidural que envolve e é envolvida na análise de uma tessitura literária; e
- iii) Mostrar o processo de subjetivação na personagem Shylock em *O Mercador de Veneza*, de William Shakespeare.

CAPÍTULO II

APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: ecos que emergem no interior do Discurso Literário

Na verdade, todo “ponto de vista” é o ponto de vista de um sujeito; uma ciência não poderia, pois, ser um ponto de vista sobre o real, uma visão ou uma construção que representasse o real (um “modelo” do real): uma ciência é o real sob a modalidade de sua necessidade-pensada, de modo que o real de que tratam as ciências *não é senão* o real que produz o concreto-figurado que impõe ao sujeito na necessidade “cega” da ideologia (PÊCHEUX, 1988, p. 179 – grifos do autor).

Neste capítulo, apresentamos as bases teórico-metodológicas que endossam esta pesquisa. Para isso, o organizamos em oito seções. Na primeira (seção 2.1), pontuamos a rede conceitual que será mobilizada em torno da noção de sujeito a fim de apreendermos as marcas linguístico-enunciativo-discursivas do processo de subjetivação da instância enunciativa sujeitudinal do personagem Shylock.

Nas seções 2.2 e 2.3 explicitamos a noção de sujeito a partir de um recorte teórico em Hall (2006) e Pêcheux (1988). Essas escolhas não são neutras, mas frutos de interlocuções estabelecidas no Laboratório de Estudos Polifônicos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e as interlocuções constituíram-me sujeito pesquisador. Em seguida, na seção 2.4 discorreremos sobre a circunscrição da Instância Enunciativa Sujeitudinal do Personagem (IESP) no interior do gênero discursivo, com vistas a compreender essa inserção num gênero secundário, de acordo com Bakhtin (1998) e Bakhtin e Volochinov (2004). Na seção 2.5 tratamos do conceito de Discurso Religioso, sendo que, a partir desse atravessamento, poderemos apreender o processo subjetivo da constituição da IESP, assim como dos desdobramentos dessa definição na emergência da IESP no interior da *enunciatividade literária* (SANTOS, 2003).

Já na seção 2.6 apresentamos a incidência da mentalidade socioideológica no processo de subjetivo da constituição da IESP, com o intuito de compreendermos as crenças, as ideias, as ideologias, as representações e os conceitos subjacentes à materialidade linguística em análise. Na seção, 2.7 explicitamos o universo (re)construído por Shakespeare, partindo das contribuições de Bakhtin e Volochinov (2004), Bakhtin (2010) e Maingueneau (2008). Por último, na seção 2.8 discorreremos de forma sintética sobre o dispositivo teórico-metodológico

matricial (SANTOS, 2004), visto que ele é mobilizado enquanto ferramenta organizacional da apreensão das manifestações enunciativo-discursivas de uma materialidade linguística.

2.1 Apontamentos iniciais

No intuito de compreendermos o processo de constituição do sujeito no interior de uma discursividade, propomos, nesta seção, refletir sobre a noção de sujeito dentro da rede conceitual da AD, segundo o escopo proposto por Pêcheux (1988). A partir disso, desenvolveremos a análise do *corpus* deste trabalho, uma vez que é por meio das relações inter/intradiscursivas que iremos apreender o processo de subjetivação da Instância Enunciativa Sujeitucional do Personagem (doravante IESP) – Shylock – circunscrito na *enunciatividade literária* (SANTOS, 2003) shakespeariana.

Dessa maneira, a noção de sujeito no interior da AD não diz respeito ao indivíduo empírico, biológico, mas é compreendida enquanto efeito sócio-histórico-ideológico inserido numa dada conjuntura enunciativa. O sujeito, no interior da AD, é uma instância “[...] ‘interpelada’ a ocupar um lugar determinado no sistema de produção” (HENRY, 2010, p. 31).

Portanto, é nesse viés que nos debruçamos sobre tal noção, uma vez que objetivamos compreender o mecanismo inter/intradiscursivo que corrobora no engendramento da IESP e os elementos que participam desse processo.

2.2 O Sujeito soberano

Diversas áreas do conhecimento discutem a noção de sujeito. No entanto, nosso objetivo nesta seção é discutir sobre ela, em consonância com os estudos linguísticos, para compreendermos *a posteriori* como essa noção contribuiu para a teoria do discurso cunhada por Michel Pêcheux (1988) no que tange ao entendimento dessa noção para os estudos linguísticos e, principalmente, ao desenvolvimento de pesquisas que tomam como *corpus* o discurso.

Segundo Hall (2006), a discussão em torno da noção de sujeito é dividida em três momentos: i) sujeito do iluminismo; ii) sujeito sociológico; e iii) sujeito pós-moderno.

Arrolar-mos-emos a reflexão em torno do sujeito do iluminismo, uma vez que ele se encontra fundamentado na concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, sendo,

portanto, uma entidade empírica e essencialista, em que há um “eu” enquanto centro das práticas sócio-histórico-culturais.

Essa concepção de sujeito surge com as transformações associadas às mudanças sociais, culturais, econômicas, políticas, entre outras, as quais contribuíram para o nascimento do indivíduo soberano. Além disso, ela nasce com o humanismo renascentista dos séculos XV e XVI e com o iluminismo dos séculos XVII e XVIII, os quais foram impulsionados pela

Reforma e o Protestantismo, que libertaram a consciência individual das instituições religiosas da Igreja e a expuseram aos olhos de Deus; o Humanismo Renascentista, que colocou o Homem (*sic*) no centro do universo; as revoluções científicas, que conferiram ao Homem a faculdade e as capacidades para inquirir, investigar e decifrar os mistérios da Natureza; e o Iluminismo, centrado na imagem do Homem racional, científico, libertado do dogma e da intolerância, e diante do qual se estendia a totalidade da história humana, para ser compreendida e dominada. (HALL, 2006, p. 26).

Dessa forma, nota-se que tais movimentos contribuíram para compreendermos a noção de sujeito como indivíduo uno, estável, inerte, estanque, assim como as reflexões propostas por René Descartes (1596-1650), em que ele institui a faculdade humana do pensamento e do raciocínio (HALL, 2006, p. 26). Sendo assim, “[...] colocou o sujeito individual, constituído por sua capacidade para raciocinar e pensar” (HALL, 2006, p. 27).

Logo, essa noção é entendida, na perspectiva cartesiana, pelo “[...] ‘*Cogito, ergo sum* [Penso, logo existo]’” (HALL, 2006, p. 27). Tal viés consiste em pensar o sujeito indivíduo enquanto centro organizador de ideias, crenças, representações, discursos etc., além de vê-lo como ser pensante e consciente.

A língua(gem) é entendida como mero instrumento de comunicação e de expressão do pensamento desse ser soberano e dono de si, sem qualquer interferência de outros dizeres e de outras experiências sócio-históricas – ela representa fielmente os enunciados realizados pelo indivíduo. Notamos, então, que a língua(gem) é estruturalmente organizada por essa entidade mecânica, isto é, o sujeito cartesiano verbaliza o sistema linguístico que possui em seu mecanismo psicobiológico.

Sendo assim, o sujeito possui existência em si mesmo, pois ele é visto como um núcleo rígido, indivisível, estático, concreto do qual emanam as ações desempenhadas por ele. Em outras palavras, temos um sujeito que é dono do seu dizer, pois ele possui o controle absoluto do mecanismo psicobiológico e do sentido relacionado ao que é dito por ele.

A seguir apresentaremos a noção de sujeito segundo a perspectiva da AD tomada enquanto aspecto basilar para a reflexão imbricada nesta dissertação.

2.3 O sujeito discursivo

Para AD, a noção de sujeito requer a compreensão do processo subjetivo, que diz respeito ao imbricamento da língua(gem), da história e do inconsciente, em que a linguagem “[...] (ou jogo, ou ordem do signo, ou o discurso) não é entendida como uma origem, ou como algo que encobre uma verdade existente independentemente dela própria, mas sim como exterior a qualquer falante” (HENRY, 2010, p. 30).

É, portanto, nessa perspectiva que nos pautamos, uma vez que visamos analisar a conjuntura sociodiscursiva que opera no interior da ação dramática shakespeariana. Ela possibilita-nos a compreensão do processo de discursivização da IESP circunscrita em uma movência e numa alteridade sujeitudinal.

Dessa forma, é por meio da (e na) linguagem que podemos compreender o processo de constituição do sujeito da AD, pois ela nos permite apreender o processo de interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos, como propõe Louis Althusser (1970/1985) em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (AIE). Logo, é na (e por essa) interpelação que temos acesso à materialidade dos processos ideológicos que incidem sobre o sujeito, visto que depreendê-la só é possível pela língua(gem). Em suma, é a partir da língua(gem) que podemos vislumbrar o processo de subjetivação, uma vez que ela nos possibilita identificar a circunscrição de um sujeito numa dada conjuntura espaço-temporal na enunciação.

Para Pêcheux (1988), a ideologia se materializa na língua(gem) e é materializada pela prática discursiva por meio da “[...]reprodução/transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, 1988, p. 143). Essas relações nos permitem entender os atravessamentos que constituem o sujeito inserido em dados momentos histórico e enunciativo nos quais são reproduzidas suas práticas ideológicas no interior de uma classe que, por sua vez, são transformadas/materializadas na tensão instaurada no interior dessa classe.

Assim sendo, a ideologia se materializa nas práticas realizadas pelos indivíduos por meio dos AIE (ALTHUSSER, 1970/1985), em que o sujeito se inscreve numa determinada formação social e ideológica, ocupando, assim, um dado lugar sócio-histórico. Logo, a ideologia se realiza a partir das diversas práticas do(s) sujeito(s), efetivando-se nele e por ele; conseqüentemente, temos a tese central dos estudos discursivos desenvolvida por Pêcheux (1988), na qual “[...] a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (PÊCHEUX, *op. cit.*, p.

181). Percebemos que é por meio dela que o sujeito é chamado à existência a partir da interpelação que se dá via linguagem. Esta, por sua vez, corresponde ao lugar onde se pode captar o sujeito que diz e o sujeito que é dito. Nesse sentido, isso nos possibilita a dizer que ele é visto, no viés discursivo, enquanto “[...] efeito ideológico elementar” (HENRY, 2010, p. 31), pois “[...] nada se torna um sujeito, mas aquele que é ‘chamado’ é sempre já-sujeito” (HENRY, *op. cit.*, p. 91).

Por conseguinte, por ser sempre já-sujeito, o indivíduo se subjetiva via linguagem por meio da interpelação ideológica, em que promove a subjetivação dele à língua(gem). Nas palavras de Althusser (1970/1985), “[...] a ideologia não existe senão por e para os sujeitos” (ALTHUSSER, *op. cit.*, p. 21), sendo realizada nas práticas de um sujeito circunscrito num dado aparelho ideológico. Althusser acrescenta que “[...] estas práticas são reguladas por *rituais* em que elas se inscrevem, no seio da *existência* material de *um aparelho ideológico*” (ALTHUSSER, *op.cit.*, p. 87 – grifos do autor). Em outros termos, “[...] todo sujeito humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática social enquanto sujeito” (HENRY, 2010, p.31).

Desse modo, o sujeito se constitui enquanto tal a partir da interpelação ideológica que o coloca numa dada posição no interior do fenômeno enunciativo e o insere em uma diversidade de lugares discursivos. Assim, só existe sujeito do discurso porque há interpelação, em que a ideologia evoca a existência dele na (e pela) língua(gem): “[...] é enquanto sujeito que qualquer pessoa é ‘interpelada’ a ocupar um lugar determinado no sistema de produção” (HENRY, *op. cit.*, p. 31). Isso nos permite afirmar que o discurso corresponde ao lugar onde se materializa a interpelação ideológica do indivíduo em sujeito, em que há o assujeitamento dele à língua(gem) por meio das práticas sócio-históricas instauradas num dado acontecimento enunciativo que, por sua vez, o circunscreve num determinado lugar sociodiscursivo no interior de uma formação discursiva.

Diremos, então, que o sujeito discursivo, conforme Pêcheux (1988), ocupa um lugar socialmente determinado pelos aparelhos ideológicos de Estado via ideologia. Este, por sua vez, opera enquanto força sociodiscursiva que impulsiona os indivíduos a se submeterem às práticas materiais de tais aparelhos, os quais se realizam nos atos dos indivíduos circunscritos numa classe social. Os indivíduos, ao ocuparem um lugar no interior dessa classe, constituem-se em sujeitos, uma vez que “[...] suas ideias são atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais que são também definidos pelo aparelho ideológico material de que revelam as ideias desse sujeito” (ALTHUSSER, *op. cit.*, p. 88-89). Ao enunciar, o sujeito o faz de um lugar definido pela sua posição ocupada na classe, revelando,

assim, os atravessamentos interdiscursivos que operam na sua inserção numa dada prática linguageira ao se submeter à língua(gem) pela interpelação ideológica.

Conforme Pêcheux (1988), “[...] o sujeito é desde sempre ‘um indivíduo interpelado em sujeito’” (PÊCHEUX, 1988, p. 155). Nota-se que, ao se tornar sujeito, o indivíduo é inscrito num lugar determinado, sendo que essa inscrição se dá sob a faceta da forma-sujeito que corresponde ao acobertamento do sujeito pela ideologia via língua(gem), conforme a Figura 2.

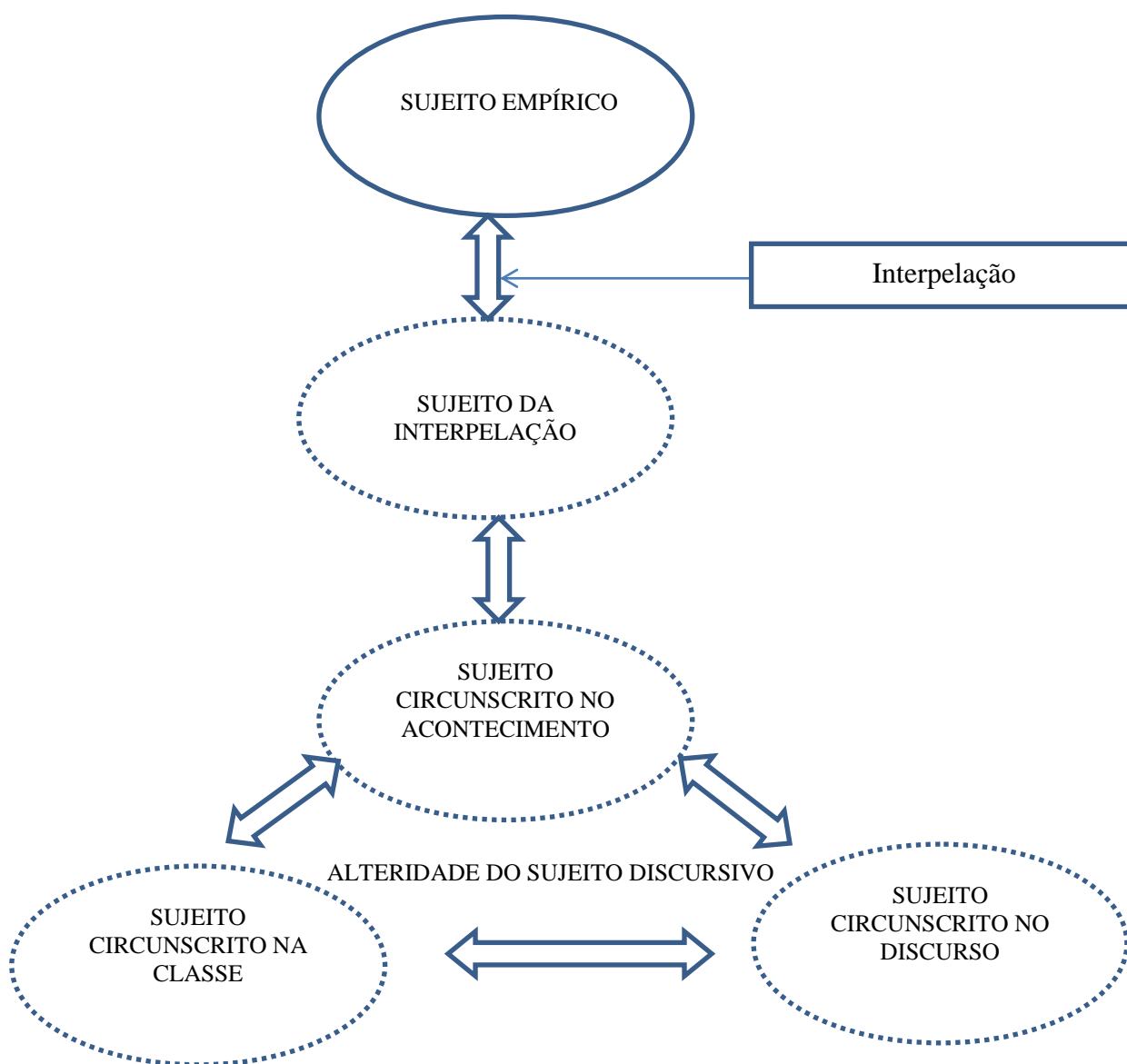


Figura 2. Interpelação do indivíduo em sujeito. **Fonte:** Autoria própria.

Observamos que o indivíduo, ao ser interpelado em sujeito, se manifesta sob três facetas: a forma-sujeito, que corresponde ao sujeito circunscrito no acontecimento; a do lugar

social, que diz respeito ao sujeito circunscrito na classe, pois é a partir dela que diz e é dito; e a do lugar discursivo, que está relacionada ao sujeito circunscrito no discurso, uma vez que é por meio dele que temos a evidência do sujeito discursivo. Para a AD o sujeito discursivo se dá na alteridade dessas três facetas em coexistência no interior de uma dada conjuntura enunciativa.

Nessa perspectiva, é a partir do processo de interpelação do indivíduo em sujeito, desse sempre-já sujeito e por meio dos atravessamentos interdiscursivos que evidenciamos os pré-construídos que perpassam a constituição do sujeito do (e no) discurso. Para Pêcheux (1988), o efeito de pré-construído é de suma importância para compreendermos “[...] a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito [...] ao mesmo tempo em que é ‘sempre-já sujeito’” (*op. cit.*, p. 156). Para ele, essa noção nos traz a evidência do Outro (inconsciente) – constitutivo do sujeito – e das diferentes posições-sujeitos coexistentes na prática languageira.

Desse modo, o sujeito é assujeitado ao Outro pela interpelação, sendo que, ao se assujeitar, ele se submete à ordem do discurso, tornando-se “[...] agente das práticas sociais” (PÊCHEUX, 1988, p. 183). Essa ordem corresponde ao “[...] todo complexo com dominante das formações discursivas” (*op. cit.*, p. 162), que o coloca em “[...] uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (*idem.*, p. 160 – grifos do autor). Notamos, ainda, a materialidade do sujeito que corresponde ao processo de interpelação do indivíduo em sujeito no interior de uma dada formação discursiva, colocando-o num dado lugar representado na língua(gem) e constituído sócio-histórico-ideologicamente. Dito de outra forma, “[...] os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (*ibidem.*, p. 161 – grifos do autor).

Para compreendermos o devir sujeitudo, apresentamos a noção de formação discursiva advinda de Foucault (2010) e resignificada por Pêcheux (1988), no intuito de apreendermos a movência do processo de constituição do sujeito discursivo.

Para Pêcheux e Fuchs (2010), uma manifestação discursiva

[...] deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a *espécie* discursiva pertence, assim pensamos, ao *gênero* ideológico, que é o mesmo que dizer que as formações

ideológicas⁷ de que acabamos de falar ‘comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 163-164 – grifos dos autores).

Já em Pêcheux (1988), a FD é definida como:

Aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) (PÊCHEUX, 1988, p. 160 – grifos do autor).

Nota-se que a FD, na acepção pecheutiana, encontra-se entrelaçada pela ideologia e pela luta de classes. Tal entrelaçamento nos permite depreender o processo interpelativo do indivíduo em sujeito de seu discurso, assim como os lugares e posições-sujeito assumidas por ele no interior do processo discursivo e na

[...] modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas) (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 162-164 – grifos dos autores).

Portanto, afirmamos que a FD no escopo da AD é compreendida enquanto os enunciados que são articulados pelos sujeitos em uma dada conjuntura sócio-histórico-discursiva no interior de uma prática discursiva, que explicitam as posições-sujeito e os lugares que estão inscritos, que, por sua vez, legitimam seus dizeres.

Dito de outra forma, ao nosso olhar, a FD corresponde o “lugar” em que o sujeito de seu discurso se constitui e, por sua vez, ocupa um lugar no interior do processo discursivo, que se dá por meio das relações interdiscursivas que incidem sobre a forma-sujeito. Logo, é por meio da forma-sujeito, circunscrita em uma dada FD, que depreendemos os lugares e as posições-sujeitos do sujeito discursivo na alteridade constitutiva e constituinte do seu dizer.

⁷ As formações ideológicas “[...] constituem um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito uma com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 163 – grifos dos autores).

Ou seja, a FD faz emergir a relação intradiscursiva do sujeito – sob a faceta da forma-sujeito – com o Sujeito, uma vez que explicita a tomada de posição do sujeito na alteridade identitária (ou não) com o Sujeito (Outro) e com o outro no interior de uma mesma FD.

Para Pêcheux (1988), o processo de identificação corresponde na inserção do sujeito na FD em que se encontra inscrito, já a contraidentificação se dá quando o sujeito, sob a faceta da forma-sujeito, se desidentifica com a FD com a qual e na qual se encontra inscrita. E acrescenta que

[...] é nesse reconhecimento [*ou não*] que o sujeito se ‘esquece’ das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa – entendemos que, sendo ‘sempre-já’ sujeito, ele ‘sempre-já’ se esqueceu das determinações que o constituem como tal (PÊCHEUX, 1988, p. 170 – grifo nosso).

Vemos, então, que esta identificação ou desidentificação permite-nos evidenciar a presença do Outro, e que esta presença faz com que o sujeito tome uma posição no interior do discurso, isto é,

[...] a marca do inconsciente como ‘discurso do Outro’ designa no sujeito a presença eficaz do ‘Sujeito’, que faz com que todo sujeito ‘funcione’, isto é, tome posição, ‘em total consciência e em total liberdade’, tome iniciativas pelas quais se torna ‘responsável’ como autor de seus atos, etc. (PÊCHEUX, 1988, p. 171).

Portanto, para Pêcheux (1988),

[...] a *tomada de posição* não é, de modo algum, concebível como um ‘ato imaginário’ do sujeito-falante; ela deve, ao contrário, ser compreendida como efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isto é, o efeito da ‘exterioridade’ [*do outro*] do real ideológico-discursivo (PÊCHEUX, 1988, p. 171-172 – grifos nossos).

Em outras palavras, a FD corresponde ao “lugar” onde ocorre o processo de identificação e desidentificação do sujeito, à tomada de posição dele no interior de um acontecimento enunciativo e à sua circunscrição em determinadas formações ideológica e social⁸. Enfim, notamos que é no interior de uma FD – e sob a faceta da forma-sujeito – que o sujeito do discurso tem a “[...] necessária referência do que *eu* digo àquilo que *um outro* pode pensar, na medida em que aquilo eu digo *não está fora do campo daquilo que eu estou*

⁸ Neste trabalho, as *formações sociais* são concebidas enquanto os lugares e posições sócio-históricos ocupados pelos sujeitos no interior de uma determinada classe social.

determinado a não dizer” (PÊCHEUX, 1988, p. 173 – grifos do autor), ou seja, ele é afetado pelo Outro, que está inserido no domínio de uma dada formação discursiva evidenciada pelos esquecimentos⁹ n.º 1 e n.º 2.

Segundo Pêcheux (1988), o esquecimento n.º 1 corresponde ao

[...] fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o *esquecimento n.º1* remete, por uma analogia como recalque, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina formação discursiva em questão (PÊCHEUX, 1988, p. 173 – grifos do autor).

Já o esquecimento n.º 2 diz respeito ao fenômeno

[...] pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada (PÊCHEUX, 1988, p. 173).

Nesse sentido, o sujeito pecheutiano é constituído enquanto efeito das forças sócio-histórico-ideológicas que incidem sobre ele, na alteridade descontínua da presença das outricidades – Outro/outro – que são materializadas na língua(gem). Por conseguinte, o sujeito só é sujeito por ser assujeitado ao Outro e por ser afetado pelo efeito ideológico da interpelação no interior de uma FD na relação com uma dada formação ideológica e social, isto é, a FD corresponde ao

[...] espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma ‘intersubjetividade falante’ pela qual cada um sabe de antemão o que o ‘outro’ vai pensar e dizer..., e com razão, já que o discurso de cada um reproduz o discurso do outro (uma vez que, como dizíamos [...] cada um é o espelho dos outros) (PÊCHEUX, 1988, p. 172 – grifos do autor).

Em resumo, na AD

[...] uma FD é entendida como ‘uma unidade divisível, uma heterogeneidade em relação a si mesma com fronteiras instáveis que não consistem em um limite traçado de uma vez por todas, separando um interior de um exterior do saber porque ele (sujeito) se inscreve entre diferentes FDs e porque suas fronteiras se deslocam em função dos jogos da luta ideológica’ (CAZARIN, 2007, p. 120 – grifo da autora).

⁹ “[...] o termo ‘esquecimento’ não está designando aqui a perda de alguma coisa que se tenha um dia sabido, como quando se fala de ‘perda de memória’, mas o acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 183).

Assim sendo, observamos que o sujeito “[...] é um lugar de significação historicamente constituído, ou seja, uma ‘posição’” (ORLANDI, 1998, p. 75) que abriga diferentes posições-sujeitos ocupadas por ele ao se inscrever numa dada FD, isto é, o sujeito se constitui ao ocupar uma posição determinada no interior de um dado discurso: “[...] o sujeito enunciador, em seu funcionamento social, é duplamente afetado, pois o mesmo (*sic*) é concomitantemente determinado por aquilo que a posição-sujeito lhe ‘impõe’ e pela relação que esta mantém com a FD em que está inscrita” (CAZARIN, 2007, p. 120 – grifo da autora).

Sumariamente, no interior da rede conceitual da AD o sujeito não é fonte de seu dizer e nem possui o controle dele, mas ele é efeito, sendo resultado das forças sócio-histórico-ideológicas que incidem sobre o indivíduo na relação dialógica/polifônica das outricidades (Outro/outro) que o afetam e o assujeitam à língua(gem) via ideologia. Assim, o sujeito se constitui (e é constituído) na (e pela) interpelação ideológica que o coloca em uma diversidade de posições-sujeitos e lugares sociodiscursivos, que, por sua vez, o circunscreve numa dada conjuntura enunciativa por meio das práticas sociais que são materializadas nos diferentes aparelhos ideológicos – é na prática (e por meio dela) que o sujeito se inscreve em uma ideologia, pois “[...] só existe prática através e sob uma ideologia” (ALTHUSSER, 1970/1985, p. 91), assim como “[...] só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos” (ALTHUSSER, *op. cit.*, p.91).

Objetivamos, neste trabalho, analisar o processo de constituição sujeitudinal a partir do exame da *enunciatividade literária*, considerada “[...] o processo de enunciação no Discurso Literário, que constitui no ato de colocar uma *linguagem particular* em funcionamento, linguagem esta, resultante de *um conjunto de propósitos contidos em uma práxis social*” (SANTOS, 2003, p. 47 – grifos nossos). Nesse sentido, buscamos por meio dela compreender a conjuntura sócio-histórico-ideológica que corrobora na emergência do sujeito discursivo no interior da ação dramática shakespeariana *O Mercador de Veneza* (SHAKESPEARE, 2006).

Para isso, tomamos os enunciados do sujeito-personagem Shylock que correspondem à nossa microunidade de análise, sendo que, a partir deles, procuramos explicitar interdiscursivamente o processo de constituição do sujeito por meio da articulação entre a história e a ideologia. Entendemos, pois, que o sujeito circunscrito na enunciatividade literária se constitui no (e pelo) discurso por meio da interpelação ideológica, da linguagem e do inconsciente. Tal constituição se dá no entremeio de três elementos (linguagem-ideologia-inconsciente), uma vez que o “[...] discurso é índice potencial de uma agitação nas filiações

sócio-históricas de identificação” (PÊCHEUX, 2002, p. 56). Sendo assim, essa identificação é apreendida na superfície da materialidade discursiva em consonância com o acontecimento discursivo¹⁰ (PÊCHEUX, 2002). Percebemos que o sujeito no (e do) discurso é heterogêneo, cindido, descentrado, atravessado por diferentes vozes e discursos, revelando, assim, a *referencialidade polifônica* (SANTOS, 2000, p. 231) que o constitui enquanto sujeito discursivo. Assevera-se, dessa forma, o “[...] efeito ideológico [do] ‘sujeito’” – interpelação ideológica do indivíduo em sujeito (PÊCHEUX, 1988, p. 131 – grifo nosso).

Portanto, ao ser afetado pelos três elementos supracitados, o sujeito revela sua alteridade no interior do processo enunciativo. Assim, ele está inserido na dinâmica discursiva, isto é, na ordem do discurso, processo que evidencia a heterogeneidade de vozes que atravessam a constituição sujeitodal. Ele caracteriza-se pela movência, pelo *devir* que se instaura na enunciação em que há deslocamentos, identificação ou desidentificação em seu interior, promovendo, dessa maneira, a inserção do sujeito numa diversidade de práticas sociodiscursivas. Conforme Santos (2009),

[...] a realização languageira, enquanto ato interpelativo e interenunciativo, traça o perfil de sujeitos heterogêneos pertencentes a um grupo social, e actantes em uma constitutividade discursiva. A nosso ver, trata-se de sujeitos circunscritos em processos identitários, inseridos em práticas sociais, e em ações contextuais, do e no processo enunciativo (SANTOS, 2009, p. 83).

Para Santos (2009), essa movência nos permite apreender o fenômeno discursivo em movimento, ou seja, na dinamização da diversidade de posições-sujeitos que emergem na descontinuidade e na dispersão languageira. Segundo esse autor, a realização languageira é compreendida enquanto *ato interpelativo* e *interenunciativo* no qual se percebe a alteridade de instâncias-sujeito no interior de uma enunciação circunscrita no interior de um acontecimento, denominada *Instância Enunciativa Sujeitodal (IES)*.

Nesse viés, tal noção proposta por Santos (2009) corresponde à construção singular de abordar o sujeito pecheutiano no interior do funcionamento discursivo, ou seja, na movência, na dinamicidade, no *devir* das facetas sujeitodais. O sujeito em Pêcheux é concebido enquanto amálgama sócio-histórico-ideológico, representado pela alteridade discursiva, forma-sujeito que corresponde ao sujeito circunscrito no acontecimento; pelo lugar social, que diz respeito ao sujeito circunscrito na classe, pois é a partir dela que ele diz e é dito; e pelo lugar discursivo relacionado ao sujeito circunscrito no discurso (cf. Fig. 1).

¹⁰ Termo utilizado a fim de pontuarmos a singularidade e a individuação da(s) manifestação(ões) sócio-histórico-ideológico-discursiva(s) da(s) prática(s) languageira(s) de uma instância-sujeito.

Portanto, a noção cunhada por Santos (2009) nos permite evidenciar o sujeito circunscrito em uma diversidade de papéis sociais e numa heterogeneidade de *instâncias enunciativas subjetivas*, em que ele assume diferentes posições sociais e discursivas por meio da interpelação ideológica. Assim, diferentes formas-sujeito são chamadas à “existência”, circunscrevendo (ou não) em uma dada *formação discursiva*, instaurando, assim, um processo de identificação ou desidentificação.

Nessa perspectiva, a noção de IES é de suma importância, uma vez que a IESP em análise se constitui enquanto tal devido à alteridade descontínua de sua constituição como sujeito discurso. Esta se instaura por meio das práticas sócio-históricas no interior do discurso, as quais explicitam seus processos identitários e o colocam em movência no interior do funcionamento enunciativo, conforme a Figura 3.

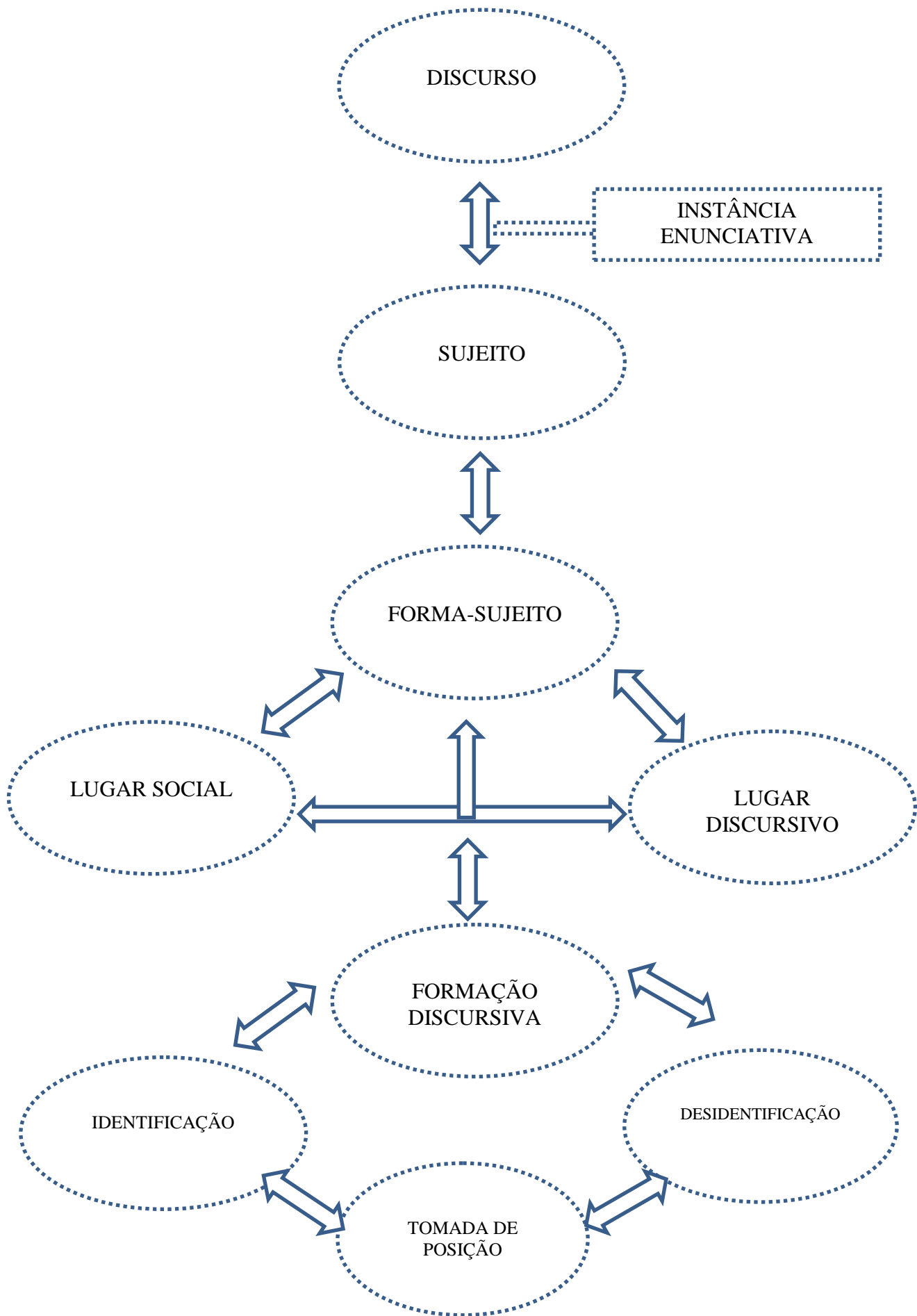


Figura 3. Processo de Constituição do Sujeito Discursivo. **Fonte:** Autoria própria.

Em consonância com Santos (*op. cit.*), a IESP Shylock é analisada a partir da movência sujeitidual, em que ao enunciar ele ocupa uma diversidade de lugares sociodiscursivos perpassados pelos “já-ditos” e por uma memória sócio-histórica que determina o(s) lugar(es) e a(s) posição(ões)-sujeito(s) ocupada(s) por ele no interior da ação dramática shakespeariana.

Nesse íterim é que o sujeito discursivo será tomado, sendo constituído a partir de uma conjuntura sócio-histórico-ideológica instaurada no interior do funcionamento discursivo. Ele é apreendido por meio do processo da interpelação ideológica materializada no imbricamento entre língua, história e inconsciente no discurso, em que ele se subjetiva e é subjetivado. Portanto, é nesse viés que o sujeito circunscrito na enunciatividade literária shakespeariana é pensado, uma vez que ele é concebido enquanto efeito sócio-histórico-ideológico no qual há um entrecruzamento de *vozes plenivalentes* e *equipolentes* que se materializam e são materializadas no discurso, conforme propõe Bakhtin (2010) em *Problemas da Poética de Dostoievski*.

Assim sendo, analisaremos o *corpus* em questão num gesto singular de interpretação do processo de constituição da IESP. A partir dessa fundamentação teórica, procuramos compreender e explicitar a conjuntura lógico-linguística que são operadas concomitantemente e corroboram para a constituição do sujeito discursivo na enunciação e por meio de uma relação lógico-linguística: a enunciação contém o sujeito e o sujeito está contido na enunciação (Enunciação \subset sujeito e o sujeito \supset Enunciação). Com isso, poderemos entender os “[...] atos que surgem como tomadas de posição” (PÊCHEUX, 2002, p. 57) no intuito de evidenciarmos “[...] uma diversidade de posições-sujeito em diferentes lugares sociais, interpelados por uma heterogeneidade de inscrições discursivo-ideológicas” (SANTOS, 2009, p. 196).

Para entendermos como se dá o processo de subjetivação de Shylock em IESP, apresentaremos, na sequência, uma análise da materialidade linguística tomada enquanto *corpus* deste estudo, a fim de explicitarmos a alteridade descontínua do evento singular da constituição sujeitidual da IESP. Para isso, tomamos um enunciado da primeira cena do quarto ato da ação dramática, cena que se caracteriza pela formação da corte para julgar a causa de Shylock, visto que ele exige o pagamento do empréstimo dos três mil ducados a Antônio.

Logo, a causa de Shylock e Antônio é julgada pelo Doge. Nesse ínterim, Pórcia finge ser advogado de Antônio e inicia a audiência indagando as cláusulas do contrato assinado por ambos – Antônio e Shylock. Todavia, Pórcia tenta persuadir Shylock a fim de que ele recebesse duas vezes mais o valor emprestado. Porém, Shylock não aceita a proposta, pois seu objetivo é se vingar de Antônio devido às diversas humilhações que passara. Então, o advogado de Antônio dar-lhe-ia o consentimento de receber o que lhe seria direito (a libra de carne), mas com uma condição: que nenhuma gota de sangue veneziano fosse vertido no chão. Diante dessa situação, Shylock tenta aceitar a proposta do advogado (Pórcia), mas isso foi em vão, pois já havia escolhido em receber a dívida por meio da libra de carne.

Nesse momento, o advogado de Antônio ressalta que as leis de Veneza não permitem que nenhum estrangeiro possa empreender contra a vida de um cidadão veneziano, pois tal ato faria com que ele perdesse seus bens. Shylock, então, os perde, uma vez que havia atentado contra a vida de Antônio – nesse caso, metade dos bens iria para o Estado e a outra para a pessoa ameaçada. Antônio, porém, recusa sua parte nos bens de Shylock, contanto que Shylock se converta ao cristianismo e redija um testamento dispondo dos bens que lhe resta em favor de sua filha e de seu genro Lourenço, com quem Jéssica havia fugido e se casado. Shylock aceita a tais condições e se retira do tribunal.

BASE MATERIAL	ENUNCIADO OPERADOR	SÍNTESE DA PERCEPÇÃO
Shylock: Shylock é o meu nome (SHAKESPEARE, 2006, p. 91).	E34: Shylock é o meu nome.	Por meio dessa materialidade linguística, depreendermos a tomada de posição da IESP no interior do <i>ethos</i> social em que está inscrita.
CONTEXTUALIZAÇÃO ENUNCIATIVA		
O E34 foi realizado no ato IV, cena I, em que temos o julgamento da clausura contratual de Shylock sendo julgada pela corte veneziana. Nesse enunciado percebemos o atravessamento do discurso político, bem como do Discurso Religioso, balizando o dizer da IESP. Além disso, temos a projeção imagística de Shylock enquanto um indivíduo impiedoso, repugnante, assim como a asseveração de seu lugar social.		

No **E34** observamos a emergência do sujeito no interior da enunciatividade literária, uma vez que ele se insere numa dada FD¹¹, fazendo, assim, uma tomada de posição no interior dela. Compreendemos por tomada de posição a circunscrição da uma instância-sujeito em um dado discurso. Essa noção diz respeito ao lugar social, histórico e ideológico do qual o sujeito enuncia, assim como o imbricamento de outros discursos que se interligam ao seu discurso.

¹¹ Inscrever-se em uma FD corresponde enunciar de um lugar sócio-historicamente determinado, sendo que o dizer da IESP é perpassado por outros discursos que se materializam na (e pela) língua. Desse modo, a IESP enuncia de um lugar socialmente determinado no interior do *ethos* social, e seus dizeres são balizados pelos discursos outrem que a interpelam.

Compreendemos por tomada de posição a circunscrição da uma instância-sujeito em um dado discurso. Essa noção diz respeito ao lugar social, histórico e ideológico do qual o sujeito enuncia, assim como o imbricamento de outros discursos que se interligam ao seu discurso.

Dessa maneira, ao se circunscrever na FD a forma-sujeito vem à tona, emergindo a forma histórica sujeitidual. Dito de outra maneira, o sujeito ao enunciar materializa o lugar que ocupa no interior da classe à qual pertence e a posição-sujeito à qual está inserido, bem como os discursos outros que perpassam sua constituição.

O lugar e a posição-sujeito, portanto, são demarcados sócio-histórico-ideologicamente. Desse modo, ao nos debruçarmos sobre o **E34**, evidenciamos o lugar socialmente ocupado por ele. Este, por sua vez, corresponde ao lugar da classe que ele ocupa no interior do *ethos* social ao qual se encontra inserido; nele, o sujeito ocupa um lugar de inferioridade, mediocridade e repugnância, pois ele é atravessado pela mentalidade socioideológica renascentista¹² que o coloca num lugar-outro¹³ frente ao olhar do outro(s). Ao tomarmos o(s) outro(s) como enquanto elemento constituinte da constituição sujeitidual da IESP, compreendemos que esse(s) outro(s) “[...] designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 2010, p. 81 – grifos do autor). Sendo assim, a IESP no interior da enunciatividade literária se constitui como sujeito do discurso pelo lugar que ocupa no interior da ação dramática, bem como pelo lugar do outro que a interpela.

O olhar do(s) outro(s) que incide sobre a IESP corresponde à forma com a qual as outricidades inseridas na ação dramática o veem. Ele corresponde à imagem que Antônio tem da IESP como da projeção dessa imagem na tessitura sócio-histórico-ideológica, e sobre si que temos acesso aos diferentes papéis desempenhados pelo sujeito – denominados por Santos (2009) como Instância Enunciativa Sujetitidual –, bem como ao processo subjetivo de sua constituição. No interior de um acontecimento discursivo, uma instância-sujeito desempenha diferentes papéis sociais, culturais, econômicos, políticos e ideológicos; logo, a IESP ora desempenha o papel de regulador do sistema – ou melhor, promove o funcionamento das relações monetárias da época, visto que seu papel econômico é de suma importância para as relações mercantis, assim como para o desenvolvimento da sociedade veneziana –, ora funciona como provocador, desestabilizador e instigador da ordem política

¹² O termo *mentalidade socioideológica renascentista* está sendo tomado enquanto representações (ideias e imagens) de um indivíduo no seio de uma sociedade do século XVI e como relações de classes que se estabelecem entre os indivíduos.

¹³ Compreendemos que o lugar-outro diz respeito ao desejo da IESP de se inscrever no lugar do outro (Antônio), bem como de se constituir como sujeito nesse lugar, o que denominamos de forma-sujeito desejanete.

que regia as relações humanas e o poder do Estado, bem como traz à tona o antissemitismo que perpassava, constituía e balizava as relações entre os indivíduos venezianos, visto que essas relações se davam a partir das posições de classe ocupadas pelos sujeitos. Logo, ao se constituir enquanto IESP, Shylock coloca em evidência os discursos outros que constituem seu dizer, bem como as tomadas de posições sociodiscursivas desempenhadas por ele no interior da enunciatividade literária. Tais dizeres e práticas são concretizados no (e pelo) Discurso Literário; logo, a base material de análise denota a relação de classe (classe dominada), a qual é ocupada pela IESP no interior do fenômeno linguageiro. Ao enunciar, a IESP traz à tona os discursos que atravessam sua constituição subjetiva subjacentes à materialidade linguística. Esses discursos são: religioso, que funciona como espinha dorsal do acobertamento ideológico da IESP; econômico, que impulsiona a tensão acontecimental no interior da ação dramática; socioideológico, que (de)marca o lugar social e ideológico ocupado pela IESP e baliza seu dizer; e o discurso político, que constitui como conjuntura complexa das atitudes e representações normativas, valorativas e legítimas que caracteriza as relações de classes no interior da enunciatividade shakespeariana.

Ao se inserir nesse fenômeno, a IESP representa (e é representada) na (e pela) posição-sujeito que ocupa no interior da sociedade veneziana, pois suas atitudes se concretizam em seu dizer na medida em que fundamenta seu lugar sociodiscursivo no interior das relações de classes da sociedade da época.

Dessa maneira, a IESP é assujeitada pela ideologia mercantilista e, mesmo sem perceber, ocupa um lugar na classe. Sua inserção se dá por meio da circunscrição no Discurso Religioso na qual é possível evidenciar a emergência do sujeito discursivo; este, por sua vez, se situa historicamente ora enquanto forma-sujeito-judeu, ora como forma-sujeito-desejante. Ressaltamos que a forma-sujeito-judeu corresponde ao sujeito histórico que ocupa um lugar social e discursivo, cujas práticas e fé projetam um indivíduo que age segundo normas de condutas ditadas pela sociedade eclesiástica judaica, enquanto a forma-sujeito-desejante diz respeito ao lugar-outro de desejo a ser ocupado pela IESP, sendo que esse lugar-outro se refere ao lugar do outro – lugar social em que Antônio encontra-se circunscrito – ao qual a IESP almeja se inscrever.

Desse modo, a forma-sujeito coexiste no interior da Formação Discursiva Religiosa (FDR) à qual a IESP se encontra circunscrita. Ao enunciar, a IESP oscila entre essas duas instâncias-sujeito e instaura, porquanto, a alteridade descontínua de sua constituição subjetiva. Percebemos que a IESP é formada pela movência subjetiva instaurada pela oscilação entre as formas-sujeito que a constitui (forma-sujeito-judeu e forma-sujeito-

desejante). A alteridade da IESP se dá pela tensão entre a forma-sujeito-judeu com a forma-sujeito desejante.

Destacamos que esse processo movente é compreendido como a articulação da prática sociodiscursiva desempenhada pela IESP no interior da enunciatividade literária, a qual está atrelada a uma diversidade discursiva (discursos-outros) que perpassa o evento singular, único e individual de sua constituição enquanto sujeito no interior da discursividade literária. Tal alteridade, por sua vez, se mostra na heterogeneidade de discursos que constituem o dizer da IESP, bem como pelas ações histórico-temporais dela materializadas na (e pela) língua(gem) literária. Tomamos por ações histórico-temporais as atitudes desenvolvidas pela IESP no interior da ação dramática situada em um momento histórico (renascimento) que marca um tempo historicamente determinado (século XVI). O evento singular, único e individual da IESP acontece a partir do momento em que ela se inscreve na FDR e ocupa uma posição-sujeito no interior dessa formação discurso, pois é inscrita na FDR que ela enuncia.

Diante disso, constituir-se sujeito, no caso da IESP Shylock e no contexto da sociedade veneziana, significa constituir-se enquanto “ser” inferior, subjugado, excluído e marginalizado, uma vez que ser judeu não o coloca inserido na classe dominante da sociedade veneziana. Diremos, então, que a IESP ocupa uma posição-sujeito no espaço singular concreto-temporal¹⁴ na conjuntura sócio-histórica veneziana, uma posição-sujeito num determinado momento de sua existência social na qual projeta um lugar único¹⁵, “só seu”, na classe à qual se encontra inserida, configurando-se no *devoir acontecimental* instaurado na (e pela) causalidade estética shakespeariana. Cunhamos o termo *devoir acontecimental* para designarmos os efeitos de sentidos que são produzidos posteriormente ao ato de se inscrever no interior de um discurso, bem como a conjuntura significativa que se instaura na (e pela) inserção de uma instância-sujeito no interior de uma formação discursiva.

2.4 A IESP circunscrita no gênero discursivo

Percebemos, no item 2.3, a discussão acerca da noção de sujeito no escopo da AD e como ela está sendo tratada neste trabalho. No entanto, ao nosso olhar, faz-se necessário

¹⁴ Compreendemos que ocupar um espaço singular concreto-temporal se dá a partir do momento em que a IESP se inscreve numa dada formação social materializada na (e pela) materialidade linguístico-discursiva na temporalidade espacial de sua manifestação, sendo historicamente marcada.

¹⁵ Entendemos por lugar único a posição-sujeito ocupada pela IESP no interior de uma dada FD, pois ao se inscrever na FD ela enuncia de um lugar momentaneamente único correspondente ao lugar provisório em que ela enuncia e no qual seu dizer se encontra circunscrito.

apresentar a IESP circunscrita no *gênero discursivo* para que possamos compreender a movência e os deslocamentos dela no interior da ação dramática shakespeariana.

Entendemos por gênero discursivo, segundo a perspectiva dialógica do discurso cunhada por Bakhtin (1998, 2003 e 2010) e Bakhtin e Volochinov (2004), como a diversidade enunciativa da manifestação languageira numa relação dialógico-polifônica de constituição sociodiscursiva, circunscrita na diversidade artístico-estético-composicional.

Segundo Bakhtin (2003),

[...] o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos de *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2003, p. 261-262 – grifos do autor).

Dessa maneira, compreende-se que os gêneros discursivos possuem um caráter *único* da manifestação languageira de uma instância-sujeito, além de uma *particularidade individual* dessa manifestação, todavia, esse processo se concretiza no interior de um *campo comunicativo* numa relação *relativamente estável*.

Para o autor (*op. cit.*), os gêneros discursivos subdividem em primários (simples) e secundários (complexos), ou seja, esses gêneros são caracterizados em primários e secundários a partir do momento em que eles crescem “e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo” (BAKHTIN, 2003, p. 262).

Para Bakhtin (2003),

[...] os gêneros discursivos secundários (complexos – romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, os grandes gêneros publicísticos, etc.) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc. (BAKHTIN, 2003, p. 263).

Já os primários (simples) “[...] se formam nas condições da comunicação discursiva imediata” (BAKHTIN, 2003, p. 263). Todavia, os gêneros discursivos se constituem no amálgama dos gêneros primários e secundários que se materializam na dialogia descontínua

dos lugares e posições-sujeitos, os quais se inserem na diversidade enunciativa de uma instância-sujeito na dispersão histórica em que são realizados.

Ditos de outra forma, os gêneros discursivos, para se constituírem – primários e/ou secundários – são determinados pela dinâmica sócio-histórica de sua manifestação, uma vez que eles se organizam em torno da palavra, a qual traz consigo marcas da anterioridade discursiva de uma instância-sujeito e de um determinado campo. Dessa forma, para Bakhtin e Volochinov (2004), “[...] *a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico e vivencial*” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2004, p. 95 – grifos dos autores) atravessado por uma memória e por uma exterioridade: “[...] tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*” (*idem*, 2004, p. 31 – grifos dos autores).

Nesse sentido, observamos que a IESP está circunscrita no gênero discursivo secundário, pois ao enunciar no interior desse gênero ela revela os lugares e as posições-sujeitos ocupados por ela no interior de uma prática sócio-histórica da realização languageira. Simultaneamente, notamos a alteridade de lugares e posições nos enunciados da IESP, circunscrita na enunciatividade literária em análise.

Consideramos que a ação dramática shakespeariana corresponde a uma diversidade de práticas languageiras e papéis socioideológicos que são (re)construídos no seio de época e sociedade determinadas na relação dialógico-polifônica da manifestação do signo ideológico, como afirmam Bakhtin e Volochinov (2004): “[...] tudo que é ideológico possui um *significado* e remete algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signo não existe ideologia*” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2004, p. 31 – grifos dos autores). Assim, percebemos que a IESP se insere na diversidade da manifestação do signo ideológico, pois, por meio dele, a IESP se inscreve nas diferentes esferas da manifestação do signo ideológico – as condições de produção do signo são balizadas pela diversidade de papéis e práticas languageiras instauradas num dado acontecimento enunciativo. Por isso, vimos a necessidade de arrolarmos uma discussão sobre a noção de gênero discursivo em Bakhtin e Volochinov (2004).

Nesse viés, Bakhtin e Volochinov (2004) postulam que “[...]a palavra revela-se no momento de sua expressão, como *produto da interação viva das forças sociais*” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2004, p. 66 – grifos nossos), em que ela “[...] *está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico e vivencial*” (*op. cit.*, p. 95 – grifos dos autores). Logo, a IESP, ao ser interpelada pela ideologia, se insere na dinâmica, no devir, na heterogeneidade discursiva e na confluência de *forças sociais* que a colocam em um *continuum* de situações

ideológico-discursivas, ou seja, *vivencial*. Dessa maneira, os gêneros discursivos se definem pela manifestação enunciativa de uma instância-sujeito que se realiza na (e pela) *interação verbal* dela na dispersão temporal e na descontinuidade espacial da realização do signo ideológico. Então, sob a ótica das reflexões bakhtinianas, os gêneros discursivos se circunscrevem numa diversidade de fenômenos discursivos, uma vez que são materializados por meio da atividade *responsiva* de um sujeito. Dessa forma, Bakhtin (2003) diz que

[...] o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos discursivos. O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir (BAKHTIN, 2003, p. 274).

O enunciado funciona, pois, enquanto “[...] *unidade* real da comunicação discursiva” (*op. cit.*, p. 274 – grifo do autor), sendo que a partir dos enunciados – tomados enquanto conjunto de signos ideológicos concretos – é que podemos depreender a circunscrição de uma instância-sujeito num gênero discursivo, assim como a atividade responsiva dela no interior da manifestação linguageira.

Diante dessas colocações, nota-se que “[...] o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que determinam tanto fora quanto dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas” (BAKHTIN, 2003, p. 300). Dessa forma, a IESP, circunscrita no gênero discursivo, se constitui na diversidade enunciativa que a atravessa no interior da ação dramática shakespeariana, uma vez que o gênero discursivo se manifesta na atividade linguageira instaurada no interior de um discurso, gênero que é “[...] um dos lugares em que a ideologia se manifesta, isto é, toma forma material” (BRANDÃO, 2008, p. 29). Pois bem, nota-se que os gêneros se constituem nas diferentes esferas sócio-histórico-ideológicas da manifestação do signo ideológico e, por conseguinte, eles se materializam na realização linguageira de um sujeito na “[...] interação verbal, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2004, p. 123 – grifos dos autores).

Os gêneros discursivos correspondem aos “espaços” mais ou menos estáveis da manifestação linguageira, em que constituem e são constituídos pela (e na) interação verbal dos sujeitos atravessados por uma diversidade de posições a serem assumidas por eles no interior de uma enunciação “[...] impregnada de relações dialógicas” (BAKHTIN, 2010, p. 209). Por conseguinte, a enunciação comporta uma “[...] *alternância dos sujeitos do discurso*”

(BAKHTIN, 2003, p. 275 – grifos do autor) – é em relação a essa alternância instaurada no interior de um discurso que a movência sujeitodal se coloca no interior de uma enunciação, e é devido à *alternância dos sujeitos do discurso* que temos a circunscrição da IESP em um dado acontecimento, uma vez que a alteridade do sujeito se manifesta num determinado acontecimento por causa do *dever* discursivo. Logo, a dispersão do sujeito denota a circunscrição dele num dado “lugar” sociodiscursivo depreendido por meio das facetas do sujeito do discurso no interior do processo enunciativo.

Em outros termos, o dinamismo sujeitodal se dá pelo fato de o sujeito só ser sujeito devido ao dialogismo no qual interage um “eu” com um “outro” no interior de uma enunciação. Esse processo pode ser apreendido por meio da circunscrição do sujeito no gênero do discurso, em que há uma diversidade de “posições” e “lugares” sócio-histórico-ideológicos a serem ocupados por ele na prática comunicativa, em que é revelada uma tensão socioideológica da manifestação linguageira. Dessa forma, “[...] o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa” (BAKHTIN, 1998, p. 88).

Conforme a orientação dialógica do discurso, a obra literária ganha notoriedade, uma vez que ela não se resume a um sistema uno, fechado que se encerra em si mesma, mas ela é entremeada, perpassada pela diversidade de *vozes e consciências* constituintes e constitutivas do universo literário. No entanto, esse universo se caracteriza pela “[...] diversidade social de linguagens organizadas artisticamente” (BAKHTIN, 1998, p. 74), em que a linguagem “[...] não é a de um sistema linguístico uno e fechado, mas sim a unidade profundamente peculiar das ‘linguagens’ que entram em contato e que se reconhecem umas às outras” (*op. cit.*, p. 101). Sendo assim – e segundo a perspectiva dialógica do discurso –, o Discurso Literário se constitui pelo seu caráter dialógico, uma vez que é formado por um amálgama de discursos de outrem, circunscrito num dado momento social e histórico e concebido ideologicamente sob a “forma” concreta da língua.

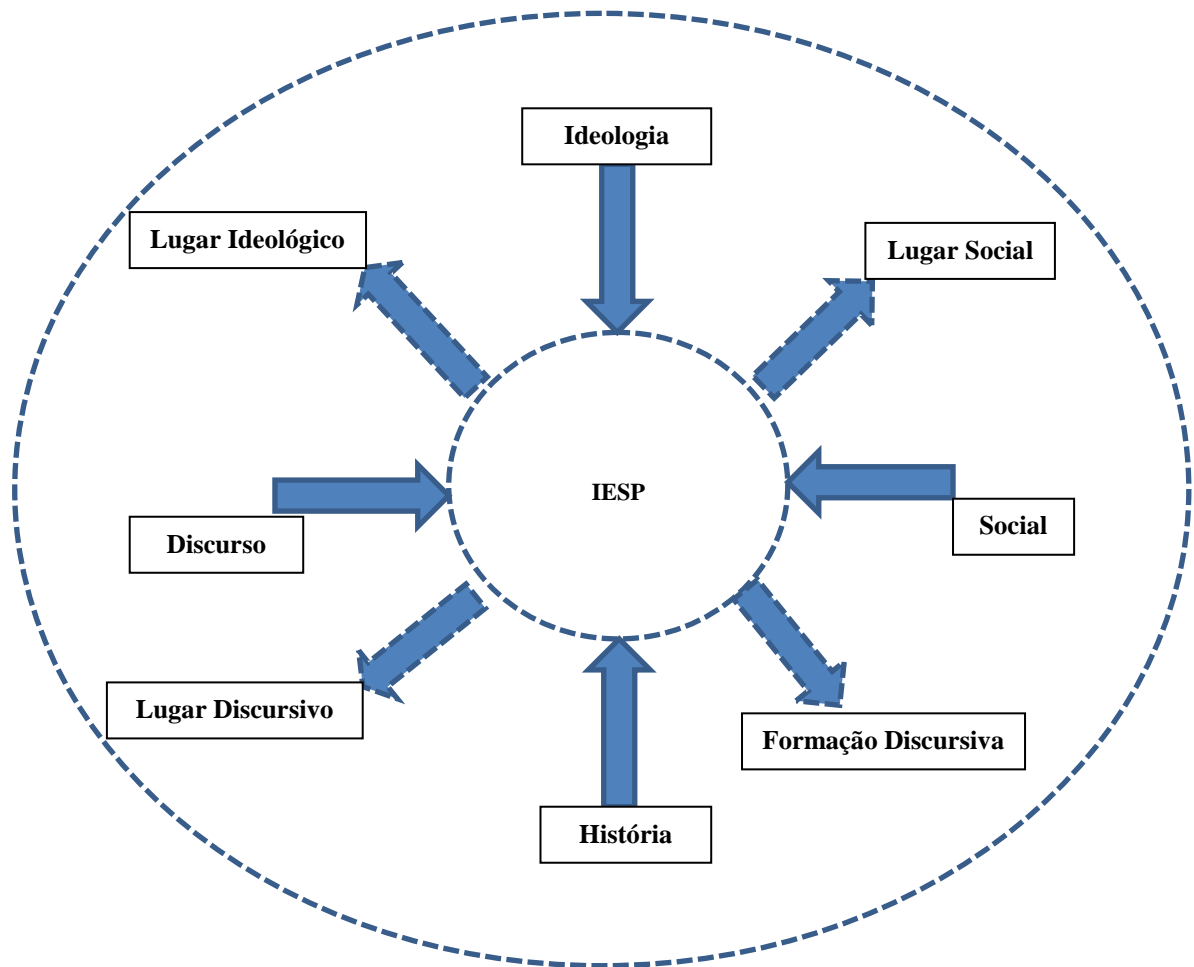
Nesse viés, observamos a heterogeneidade do Discurso Literário, o qual “[...] não se encontra em uma língua neutra impessoal (pois não é do dicionário que ele é tomado pelo falante!), ele está nos lábios de outrem, nos contextos de outrem e a serviço das intenções de outrem” (BAKHTIN, 1998, p. 100). Desse modo, “[...] a linguagem não é um meio neutro que se torne fácil e livremente a propriedade intencional do falante, ela está povoada ou superpovoada de intenções de outrem” (*op. cit.*, p. 100).

Salientamos que a obra literária não se resume aos componentes estruturais, organizacionais da língua, mas ela é *pluridiscursiva* (BAKHTIN, 1998) e se constitui


enquanto conjuntura de discursos-outros que dialogam na forma de signos ideologicamente marcados por uma realização sócio-histórica da prática languageira, isto é, “[...] todas as palavras e formas que povoam a linguagem [*literária*] são vozes sociais e históricas” (*op. cit.*, p. 106 – grifo nosso). Então, ao nosso olhar e sob a perspectiva dialógica do discurso, a obra literária não comporta o monofonismo literário (BAKHTIN, 2010, p. 6) no qual há o predomínio de uma única voz, em sua maioria, do autor ou de uma personagem. Essa voz deve ser compreendida enquanto “lugar” sócio-histórico-ideológico da manifestação discursiva de uma instância-sujeito circunscrita no universo dialógico-polifônico da realização languageira, na dispersão temporal em que se realiza. Além disso, há uma descontinuidade espacial em sua percepção, na qual o sujeito é intrinsecamente povoado por uma multiplicidade de vozes e consciências de outrem no limiar da interação verbo-social de maneira *plenivalentes* (“[...] isto é, plenas de valor que mantêm com as outras vozes do discurso uma relação de absoluta igualdade como participantes do grande diálogo” (*op. cit.*, p. 4)) e *equipolentes* (“[...] são consciências e vozes que participam do diálogo com as outras vozes em pé de absoluta igualdade” (*idem.*, p. 5)).

Por isso que a ação dramática shakespeariana está sendo tomada, neste trabalho, enquanto inserida em um gênero discursivo secundário, e não simplesmente como um dos *gêneros literários* (lírico, épico ou dramático), visto que os últimos são compreendidos enquanto “[...] conjunto de traços, os quais a obra pode apresentar em sua totalidade ou predominantemente [...], como categoria imutável” (SOARES, 2007, p. 7-8). Ela é vista como um “lugar” da constituição de uma instância-sujeito nela inserida, pois apresenta a incidência de uma diversidade de vozes e consciências que dialogam e entremeia o processo de subjetivação da IESP circunscrita nela. Entendemos que tal ação transcende a visão una, única e isolada de sua constituição, além da interação socioideológica das outricidades que participam da enunciação literária. Nessa perspectiva, não se pode perder de vista, também, o fato de a linguagem literária ser considerada enquanto “escrita ‘criativa’ ou ‘imaginativa’” (EAGLETON, 2006, p. 3).

Nessa perspectiva, a ação dramática shakespeariana se constitui na ressonância e dissonância de vozes e consciências socioideológicas, as quais funcionam enquanto forças sociodiscursivas que engendram a constituição subjetiva de uma instância-sujeito. Estas são refletidas no processo de subjetivação de um indivíduo inserido na alteridade estético-discursiva refratada na tomada de posição de uma IESP circunscrita nesse lugar, sendo que ocorre sua constituição enquanto sujeito discursivo, conforme a Figura 4.



LEGENDA

 Seta correspondente às forças sócio-histórico-discursivas refratadas nas práticas languageiras da IESP no interior da enunciatividade literária.


 Seta correspondente às forças sócio-ideológicas-discursivas que incidem (refletem) sobre a IESP ao se inscreverem na ordem discursiva.

Figura 4. Circunscrição da IESP no gênero discursivo. **Fonte:** Autoria própria.

Desse modo, nota-se que a movência do sujeito circunscrito no gênero discursivo se dá devido às forças socioideológicas que atravessam uma instância-sujeito inserida nele; todavia, isso só é possível a partir de uma ótica dialógica do discurso no que tange às contribuições do campo teórico cunhado por Mikhail Bakhtin (1998, 2003 e 2010), Bakhtin e Volochinov (2004) e inserido no campo teórico da AD. Dessa maneira, os estudos de uma obra literária, numa perspectiva discursiva, devem levar em consideração, sem hesitar, a ambivalência artístico-composicional dela, uma vez que agrega a “[...] multiplicidade de posições ideológicas” (BAKHTIN, 2010, p. 19) apreendida na interação dialogada das várias vozes que emergem na enunciação. Demonstra-se, assim, a “[...] multiplicidade de planos” (*op. cit.*, p.

25) que constituem uma obra literária, tomada enquanto gênero discursivo, coexistindo simultaneamente na discursividade literária, de acordo com a Figura 5.

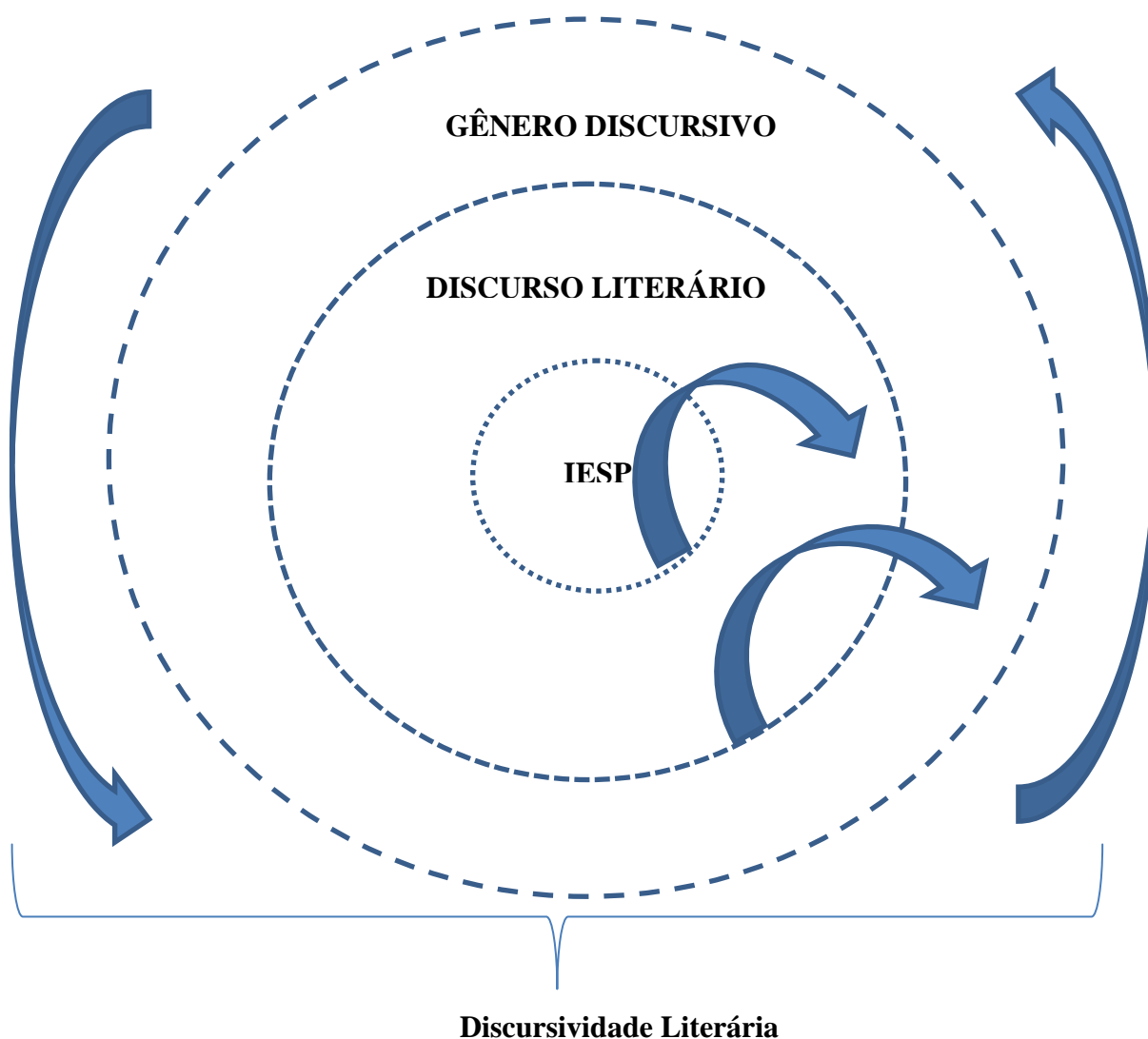


Figura 5. Instauração da discursividade literária. **Fonte:** Autoria própria.

A discursividade literária, neste trabalho, é compreendida enquanto processo de instauração de discursos e sentidos circunscritos numa causalidade artístico-literária inseridos na movência refratada nos dizeres de uma instância-sujeito, os quais são evidenciados na (re)tomada dos enunciados produzidos pelo sujeito perpassados por uma memória e (re)atualizados no interior de um universo discursivo.

Em síntese, a obra literária na tradição formalista era compreendida como algo fechado em si mesmo, uno e completo, que encerrava uma sistematicidade literária imiscível, acabada, estável, que tinha por função representar de forma elaborada a realidade que

circundava o homem nas diferentes esferas de sua organização social, política, histórica e econômica (BAKHTIN, 2010, p. 29). Essa perspectiva a define como algo que termina a partir do momento que desempenha sua função (representar a realidade); todavia, numa visão discursiva esse processo não se efetiva, pois as manifestações artísticas não se encerram pelo fato de estarem circunscritas no fio sócio-ideológico-discursivo. São manifestações que nunca estão acabadas, concluídas, encerradas; logo, estão inseridas na movência, no devir, no *continuum* do Discurso Literário. Tal discurso permeia (e é permeado) por uma diversidade de vozes e consciências que ecoam na alteridade das relações interdiscursivas da prática linguageira. Não se pode esquecer que tais vozes são materializadas em um gênero discursivo, ou seja, “[...] entender a literatura significa, então, entender todo o processo social do qual ela faz parte” (EAGLETON, 2011, p. 19) que, por sua vez,

[...] são formas de percepção, formas específicas de se ver o mundo; e como tais, elas devem ter uma relação com a maneira dominante de ver o mundo, a ‘mentalidade social’ ou ideologia de uma época. Essa ideologia, por sua vez, é o produto das relações sociais concretas das quais os homens participam em um tempo e espaço específicos (EAGLETON, 2011, p. 20 – grifo do autor).

Notamos que o Discurso Literário instaura uma movência do olhar sobre o mundo e a discursividade literária que emerge no interior de uma *práxis* sócio-histórico-ideológico-cultural, pois esse olhar é realizado a partir de uma *mentalidade social* que constitui (e é constituída) no seio de uma sociedade perpassada pela memória que regula “[...] o que pode e dever ser dito”. Assim, o que não pode e não deve ser dito, além de inserir uma instância-sujeito na dinâmica discursiva permite que “[...] a literatura não é *nada mais* que a ideologia em uma determinada forma artística” (EAGLETON, 2011, p. 37 – grifos do autor).

Nesse viés, observamos que o sujeito é compreendido enquanto “[...] um espaço a ser preenchido” (BRANDÃO, 2005, p. 267) no interior de uma discursividade literária, da mesma forma que “[...] não é marcado pela unidade, mas pela dispersão. Dispersão que reflete a descontinuidade dos planos em que fala [*o sujeito*], em decorrência das várias posições possíveis de serem assumidas” (*op. cit.*, p. 268 – grifo nosso). Ao nos debruçarmos sobre o sujeito e o Discurso Literário, isso nos possibilitou a alteridade sujeitudinal que emerge da tensão entre língua, história e ideologia na dispersão temporal e na descontinuidade espacial de sua manifestação inter/intradiscursiva do fenômeno enunciativo. Assim, “[...] ao usar a linguagem, os falantes apropriam-se de gêneros de discurso adequados à situação de comunicação” (BRANDÃO, 2008, p. 32).

A partir disso, no item seguinte apresentaremos o Discurso Religioso e, na sequência, a incidência da mentalidade socioideológica subjacente à constituição da IESP no interior do gênero discursivo em análise.

2.5 Discurso Religioso

O Discurso Religioso (doravante DR) corresponde, ao nosso olhar, a uma tessitura composta por uma rede discursiva constituída na (e pela) linguagem transparente¹⁶, configurando-se na enunciatividade religiosa em que as palavras, expressões e/ou proposições engendram uma prática ideológica inscrita no interior de instituição religiosa. Tomamos enunciatividade religiosa enquanto amálgama de lugares e posições sócio-histórico-ideológicos assimetricamente (de)marcados, inseridos em uma dada formação discursiva religiosa, apreendidos na (e pela) enunciação – essa enunciatividade é (ou pode ser) depreendida na (e pela) (re)construção do DR. Nesta pesquisa o DR é, portanto, uma condição *sine qua non* da constituição sujeitucional da IESP, sendo precisamente circunscrita no discurso que temos o engendramento do processo de subjetivação da IESP no interior da ação dramática shakespeariana.

Em *Um exemplo: A ideologia religiosa cristã*, Althusser (1985) nos esclarece que o DR se articula por meio das relações sócio-histórico-ideológicas, uma vez que “[...] a ideologia religiosa se dirige aos indivíduos para transformá-los em sujeitos” (ALTHUSSER, 1970/1985, p. 100). No entanto, ressaltamos que tal interpelação se dá no interior de um aparelho ideológico (igreja) que, por sua vez, funciona enquanto operador-reprodutor de uma voz dita divina. Assim sendo, os sujeitos interpelados no interior desse aparelho ideológico são inseridos em um espaço “heterogêneo” e “movente” no qual há a presença de uma diversidade de formas-sujeitos que se relacionam distintamente com as Formações Discursivas Religiosas (FDR) presentes no acontecimento religioso – culto, missa etc.

Desse modo, o DR se constitui (e é constituído) na (e pela) interpelação ideológica divina, pois ela atravessa os sermões e as práticas dos sujeitos-interpelados a fim de transformá-los submissos a “[...] um Outro Sujeito, Único, Absoluto, ou seja, Deus” (ALTHUSSER, 1970/1985, p. 100).

¹⁶ A linguagem transparente está sendo tomada neste estudo como sentido evidente na (e pela) concretude linguística.

Nessa perspectiva, os indivíduos se tornam sujeitos-interpelados devido à sua submissão ao *Sujeito* e o reconhecimento desse *Sujeito* enquanto tal, porque ele é constituído como uma conjuntura superior composta de três elementos: Pai, Filho e Espírito Santo.

Dessa forma, observamos que o DR opera enquanto (ou semelhantemente) a um discurso que se funda (e se encerra) em si mesmo, pois de acordo com Althusser (1970/1985), há um sujeito-interpelado que mobiliza as palavras, expressões e/ou proposições como porta-voz do *Sujeito*. Esse porta-voz, por sua vez, tem a função de transmitir/comunicar aquilo que o *Sujeito* supostamente lhe ordena por meio das escrituras sagradas; logo, nota-se que o DR não permite ao sujeito-interpelado articular elementos linguístico-discursivos, uma vez que se trata de um discurso configurado enquanto discurso da Verdade, não podendo, na maioria das vezes, ser contestado ou interpretado.

Como podemos observar até o presente momento, o DR funciona/emerge no interior de uma instituição religiosa (igreja), sendo que há uma espécie de legitimação compulsória para ele enquanto discurso da salvação. Sendo assim, o DR opera a favor da ideologia religiosa, a fim de promover a sujeição dos indivíduos às ordenanças desse *Sujeito* “[...] para que ele[s] [os sujeitos-interpelados] ‘realize por si mesmo’ os gestos e atos de sua submissão” (ALTHUSSER, 1970/1985, p. 104). É, portanto, no (e pelo) DR que os sujeitos-interpelados são revestidos da graça divina, a qual é revelada a eles pelos porta-vozes do *Sujeito*.

Segundo Orlandi (1987), o DR configura-se como um tipo de discurso autoritário que se funda a partir do princípio de reversibilidade. Para a autora, esse princípio diz respeito à “[...] troca de papéis na interação que constitui o discurso e que o discurso constitui” (ORLANDI, 1987, p. 239). Ainda de acordo com ela, é a partir da noção de reversibilidade que o DR se constitui enquanto discurso autoritário, uma vez que os sujeitos-interpelados são “capturados” nas (e pelas) palavras proferidas pelos porta-vozes do *Sujeito*.

De acordo com a autora supramencionada, o discurso autoritário se caracteriza pela monossemia, pois ele não possibilita a interação, a polifonia e a movência pelo fato de esse discurso ser neutro, absoluto e estanque (*op. cit.*, p. 240).

Logo, o DR, visto como discurso autoritário, ocorre como tal devido à “transparência da linguagem”, assim como pela presença de uma única ideologia dita correta e verdadeira, pois é por meio dela que as práticas e os atos dos sujeitos-interpelados são balizados, tomando enquanto “manual” dessas práticas e atos as escrituras sagradas da Bíblia, as quais são ensinadas pelos porta-vozes de Deus. Dessa maneira, notamos que

[...] o Discurso Religioso não apresenta nenhuma autonomia, isto é, o representante da voz de Deus não pode modificá-la de forma alguma. Há regras estritas no procedimento com que o representante se apropria da voz de Deus: a relação do representante com a voz é regulada pelo *texto sagrado, pela Igreja, pelas cerimônias*. Dada a forma da representação da voz, e dada a assimetria fundamental que caracteriza a relação falante/ouvinte no Discurso Religioso, mantém-se a distância entre *o dito de Deus* e o dizer do homem (ORLANDI, 1987, p. 245 – grifos da autora).

Assim sendo, nota-se que o DR se (re)configura como discurso valorativo no qual o dizer do Sujeito traz consigo uma linguagem transparente e coercitiva; portanto, o que é dito só pode ser dito por aquele quem o Sujeito destinar, ou melhor dizendo, o dizer do *Sujeito* é evidenciado por meio do dizer de seus representantes, assim como de suas práticas e atos no interior do aparelho ideológico (Igreja). Além do dizer ser dotado de tal valoração, ele se mantém distante e inacessível aos sujeitos-interpelados, pois temos acesso aos dizeres do *Sujeito* por meio daqueles que enunciam em nome de Deus; por isso, o DR se caracteriza enquanto valor de verdade. Essa verdade “se fala”, “se manifesta”, “se revela” por meio dos porta-vozes de Deus, porque quando eles proferem as palavras, expressões e/ou proposições das escrituras sagradas eles estão proferindo a própria voz de Deus, ou seja, ela “se fala” nos seus representantes; “[...] é ‘como se’ Deus falasse” (ORLANDI, 1987, p. 244) por meio da voz deles.

Percebemos que o DR se materializa no dizer dos representantes da voz de Deus, assim como na assimetria instaurada no interior dele, em que lugares e posições são firmemente colocados – de um lado temos a subserviência dos sujeitos-interpelados, e do outro, a superioridade divina.

Portanto, os lugares ocupados pelos sujeitos circunscritos na FDR são (de)marcados pela fé, isto é,

[...] podemos dizer que a articulação entre o homem e Deus se faz através da noção de *espírito*. Essa é uma passagem e, para entendê-la, é preciso referi-la a uma outra noção, a de *fé*.

Entre as qualidades do espírito está a fé, que é o móvel para a salvação. Isto é, dada a condição humana em relação a Deus, dada a separação indicada por essa condição (o pecado original), a fé é a possibilidade de mudança, é a disposição de mudar em direção à salvação.

Interpretando-se a fé com referência à assimetria, podemos dizer que a fé não elimina, isto é, não é capaz de modificar a relação de não-reversibilidade do Discurso Religioso: a fé é uma graça *recebida* de Deus pelo homem. A fé remove montanhas. O homem, com fé, tem muito mais poder, mas como a fé é um dom divino, ela não emana do próprio homem, lhe vem de Deus.

Um outro aspecto importante da fé, a ser observado, é o fato de que a fé é que distingue os fiéis dos não-fiéis, os convictos dos não-convictos (ORLANDI, 1987, p. 250 – grifos da autora).

Ressaltamos que o DR se funda por meio dos esquecimentos 1 e 2 propostos por Pêcheux (1988) – em que se verifica a ilusão da reversibilidade – e na instauração das relações entre sujeitos-interpelados e um *Sujeito* circunscritos no interior de uma instituição religiosa que detém os mecanismos pelos quais a palavra (voz) de Deus se (re)organiza.

Desse modo, nota-se que o DR é configurado na dessimetria entre *Sujeito* e sujeitos-interpelados, assim como na ilusão de reversibilidade enquanto elementos operadores de lugares e posições a serem ocupados no interior do aparelho ideológico-religioso. Conforme propõe Althusser (1985), o DR desempenha um papel de regulador de práticas e atos desenvolvidos pelos sujeitos que compõem o membrado das instâncias sujeitos inseridos no DR, o qual assevera a relação dessimétrica no interior do aparelho ideológico como, também, das relações de classes – “Deus é fiel” – que são apreendidas nas práticas sócio-histórico-ideológicas. Nesse sentido, temos a inserção do sujeito em uma dada FDR, sendo que podemos apreender as posições e os lugares ocupados pelos sujeitos inseridos no acontecimento religioso por meio dela.

Enfim, o DR, ao nosso olhar, se refere ao (re)conhecimento das tomadas de posições realizadas pelos sujeitos inscritos no interior dele, e diz respeito ao processo de interpelação pela ideologia religiosa, fazendo com que as instâncias sujeitos circunscritos nesse discurso sejam submissas ao *Sujeito* que, por sua vez, é interpelado pela ideologia religiosa e se inscreve em uma FDR. Ele faz uma tomada de posição no interior do aparelho ideológico, instaurando, assim, a luta de classes – ao se inscrever numa FDR, o sujeito é inserido em uma ordem divina e se submete à vontade desse *Todo-poderoso* por meio do processo da enunciatividade religiosa.

2.6 A incidência da mentalidade socioideológica no processo de subjetivação da IESP

Nesta seção, propomos discutir a incidência da mentalidade socioideológica renascentista, a fim de compreendermos as inscrições da IESP na posição de sujeito. Será discutida também a forma como este se circunscreve em uma FD, no interior do gênero discursivo tomado como *corpus*, em que procuramos entender o processo de constituição subjetudinal da IESP, além de explicitarmos a discursivização de uma instância-sujeito enquanto efeito de uma ideologia atravessada por uma *memória discursiva* (PÊCHEUX, 2007). Para tal, trazemos à tona os “já-ditos” constituintes de um dado acontecimento

discursivo, o qual se caracteriza pela heterogeneidade e movência das posições-sujeito que (co)habitam no interior de uma FD (cf. Figura 1).

Nesse entremeio, a mentalidade socioideológica renascentista nos permite depreender as crenças, as ideias, as ideologias, as representações, os conceitos e as práticas sociais que subjazem a *práxis* sócio-histórica de uma dada sociedade inserida no renascimento. Apresentar-se-á, sucintamente, o pensamento renascentista, no intuito de entendermos as condições de produção que engendram o processo de subjetivação da IESP.

Ressaltamos que a exposição da mentalidade socioideológica renascentista nos permitiu lançar um outro olhar no processo de constituição de uma instância-sujeito, inserida em uma dada prática languageira, assim como facilitou “mapear” as marcas sócio-histórica-ideológicas que atravessam determinado fenômeno languageiro.

Destarte, compreender a *memória discursiva* (PÊCHEUX, 2007, p. 56), enquanto “espaço móvel” (*op. cit.*, p. 56) dos discursos-outros é entender que o dizer dessa instância está perpassado por dizeres outros que emanam no (e pelo) discurso dela. Tais discursos constituem o dizer de uma instância-sujeito circunscrita no interior de uma manifestação languageira específica. Dessa maneira, é a partir dela que podemos colocar em evidência a historicidade e a singularidade da IESP inserida nas relações sociais da Idade Média.

Essa última, por sua vez, é vista, segundo Le-Goff (2007), como “[...] época do aparecimento e da gênese da Europa; como realidade e como representação que constitui o momento decisivo do nascimento, da infância e da juventude da Europa” (*op. cit.*, p. 11). Essa época é de suma importância para a Europa, pois é caracterizada pela efervescência e pelos avanços na economia, na cultura, na política e no social – isso lhe permite romper com as tradições greco-romanas e instaurar a “[...] à l’européenne (à maneira europeia)” (LE-GOFF, 2007, p. 13) de viver, pensar e agir no mundo.

Para o mesmo autor,

A Idade Média pôs em evidência, e muitas vezes constitui, as características reais ou problemáticas da Europa: a imbricação de uma unidade potencial com uma diversidade fundamental, a mestiçagem das populações, as divisões e oposições Oeste-Leste e Norte-Sul, a indecisão da fronteira oriental, a primazia unificadora da cultura (LE-GOFF, 2007, p. 14).

Pode-se afirmar que a Idade Média é constituída pelo desdobramento de grandes acontecimentos, como os conflitos entre nações, a expansão marítima, territorial e cultural, a evolução científica, econômica, social e cultural, perpassados por um pano de fundo judaico-cristão que se manifesta ou subjaz nas práticas sociais do indivíduo da época. Nesse período,

observamos que os papéis sociais outrora eram regidos pelo poder advindo de Deus – teocentrismo – e, no renascimento, são deslocados no que é determinado por “[...] primazia do homem como poder” (VILLAÇA, 1978, p. 29) – ou antropocentrismo.

Tal poder humano é um dos princípios do renascimento, assim como a concepção de Estado advindo do Império Romano, além das noções de conduta, moral, ética, política, economia, cultura e religião que acompanham esse conceito.

Sendo assim, notamos que a religião é de suma importância, pois ela é transmitida não pelos judeus, mas pelos cristãos que, por sua vez, fazem reforçar o sentimento antijudeu que se instaura na Idade Média. Para Le-Goff (2007), é por meio do “[...] cristianismo que Deus entra no pensamento e na história da Europa. Na Idade Média, a Bíblia é considerada e utilizada como uma enciclopédia que contém todo o saber que Deus transmitiu ao homem” (LE-GOFF, 2007, p. 27).

Observa-se que em *O Mercador de Veneza*, Shakespeare demonstra a visão que a sociedade possuía dos judeus, em que ele capta a ideologia antissemitista característica da época, evidenciada na figuração de Shylock, uma vez que eles (os judeus) não professam a fé em Cristo.

Percebemos, também, o papel que os judeus desenvolviam na sociedade medieval, porque eles não eram submetidos, em sua maioria, às leis da Igreja e do Estado e, muitas vezes, eram comparados com a figura do diabo, pois não confessavam a fé cristã, praticavam a avareza, a usura, eram frios, calculistas, vingativos, etc., além de se enriquecerem à custa dos outros, de acordo com a imagem feita pela sociedade da época.

É a partir dessas características, presentes na sociedade medieval, que Shakespeare cria a figura de Shylock, sendo que ele capta a visão antissemita da sociedade da época e a incorpora na figuração do judeu de sua peça. Dessa forma, nota-se que o renascimento se constitui na visão do homem como “o centro do universo”; na capacidade desse homem de pensar e raciocinar; e na mimese greco-romana. Por conseguinte, o renascimento caracteriza-se pelo antropocentrismo, racionalismo, humanismo, individualismo e pela busca do retorno clássico; é uma busca pela imitação artístico-estética dos antigos gregos e romanos, acreditando ser esse o modelo ideal.

Logo, tais elementos nos possibilitam compreender o momento histórico-social do reinado de Elizabeth I na Inglaterra, momento de progresso como:

- a) a organização social (divisão de classes);
- b) a prosperidade da nação (atividade mercantilista);

- c) a localização geográfica (espaço físico);
- d) a solidariedade interna (relações humanas); e
- e) a valorização da nação (valorização dos hábitos e costumes).

Notamos que esses fatores são decisivos no desenvolvimento da Inglaterra e no surgimento do teatro elisabetano, uma vez que é por meio deles que o pensamento renascentista se desenvolve no interior da nação inglesa, permitindo-lhe um tom nacional.

Na obra em análise neste trabalho, os fatores supracitados são apreendidos não só pelo local onde se desenvolve a trama, como também pela voz das personagens que dela participam, numa simbiose estético-artística. Essa simbiose, por sua vez, nos permite compreender, de maneira sucinta, a renascença, caracterizada pelo deslocamento de um teocentrismo medieval para um antropocentrismo: “[...] o renascimento é, sobretudo a valorização do humano” (VILLAÇA, 1978, p. 29).

É na tentativa de compreender o humano que Shakespeare incorpora o homem, em *O Mercador de Veneza*, como “[...] responsável por suas ações e que toda ação tem consequência” (HELIODORA, 2008, p. 8), circunscrevendo os personagens na filosofia sócio-histórico-ideológica que se instaura na Inglaterra dos séculos XV e XVI. Neles, “[...] o humanismo renascentista é uma nova concepção da vida e do universo. É o culto da individualidade e a observação, não só de si, mas do mundo” (VILLAÇA, 1978, p. 31).

Nesse mesmo sentido, Queiroz (1995, p. 12) esclarece que o renascimento se caracteriza pela procura em compreender o homem e o mundo, num contexto em que eles são entendidos pela racionalidade, a qual é vista como elemento orientador de suas ações enquanto indivíduos diante do mundo.

É nesse contexto que Shakespeare encontra os elementos favoráveis à sua criação estético-artística, além das condições histórico-sociais da Inglaterra no reinado de Elizabeth I, em que ela incentivou as produções artístico-culturais da época. Assim sendo, o sucesso do teatro elisabetano se dá devido à influência do teatro medieval e à renascença, pois, de acordo com Heliadora (2008), “[...] o segredo do teatro elisabetano foi ter aproveitado o melhor de dois mundos (*o medieval e a renascença*), misturando a ação do teatro medieval e a forma do teatro romano” (*op. cit.*, p. 13 – grifo nosso).

Em termos gerais e de maneira sucinta, esses são os elementos que constituem a mentalidade socioideológica da renascença e que são constitutivos e constituintes do processo de subjetivação da IESP, assim como do gênero tomado para *corpus* neste trabalho. Eles são “[...] componentes do universo que seus personagens (*personagens criados por Shakespeare*)

habitam” (HELIODORA, 2008, p. 27 – grifo nosso). Portanto, é no interior do universo shakespeariano que propomos enveredar, no intuito de depreendermos a constituição de Shylock em *O Mercador de Veneza*, enquanto instância-sujeito, na dinâmica sócio-histórico-discursiva que o interpela.

Por essa razão, tomamos como unidade de análise os enunciados da IESP compilados da ação dramática shakespeariana, lançando outro olhar sob a ótica da AD e utilizando o dispositivo matricial¹⁷ cunhado por Santos (2004). Esse dispositivo, por sua vez, é visto enquanto ferramenta teórico-metodológica para o exame dos enunciados da IESP a fim de “mapearmos” os discursos, as movências e as tomadas de posição dela no interior do gênero discursivo em análise nesta pesquisa.

2.7 O universo shakespeariano

Após a apresentação da incidência da mentalidade socioideológica que atravessa o gênero em análise, nesta seção discorreremos sucintamente sobre a noção de *universo discursivo* segundo a perspectiva de Maingueneau (2008), em consonância com a dialogia do discurso postulada por Mikhail Bakhtin.

No viés dialógico do discurso, o universo discursivo corresponde ao universo romanesco, o qual é visto enquanto conjuntura enunciativa que se manifesta por meio do amálgama de signos ideologicamente marcados pelo dialogismo e pela polifonia. Tais características são denotadas por meio do processo interacional da linguagem, assim como da relação do outro/Outro como partes integrantes desse processo (BAKHTIN, 2010). Isso é possível pelo fato de a palavra compor o tecido sógnico no fio da realidade em (re)construção, ou seja, “[...] o signo reflete e refrata a realidade em transformação” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2004, p. 41). Essa força transformadora do signo, ao nosso olhar, permite-nos compreender a constituição da rede de discursos tecidas no interior do gênero discursivo, uma vez que “[...] as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (*op. cit.*, p. 41).

Nessa perspectiva, nota-se que a IESP se inscreve no campo simbólico por meio de sua circunscrição. Isso ocorre em uma dada posição-sujeito presente no interior da FD, assim como em sua imersão no universo discursivo. A realidade sociodiscursiva é tecida no interior dessa FD por meio do signo ideológico na dinâmica enunciativa instaurada na interação social

¹⁷ O dispositivo teórico-metodológico de análise utilizado no exame do *corpus* deste estudo é discutido no item 2.8, na página 88.

dos indivíduos. Já segundo Maingueneau (2008), o universo discursivo corresponde a um amálgama de FDs que interagem entre si no interior de um fenômeno enunciativo (MAIGUENEAU, 2008, p. 33).

A partir dessas características, observamos que o universo discursivo se configura pela dialogia entre diferentes FDs. Ele, por sua vez, manifesta-se pela simbiose sógnica e ideológica da realidade que é engendrada na (e pela) interação entre as vozes e o discurso que participam do fenômeno languageiro. Logo, ele é composto por uma diversidade de FDs que refratam as posições-sujeito ocupadas no interior de um acontecimento enunciativo enquanto um processo dinâmico, movente, descontínuo, sendo apreendido por meio das práticas desenvolvidas por indivíduos e circunstâncias de sua manifestação.

É, portanto, a partir dessas características que o universo discursivo se constitui enquanto heterogêneo, tendo por objeto de análise a linguagem: “[...] o método não pode ter por objeto senão a própria linguagem, na medida em que ele luta para baldar todo discurso *que pega*” (BARTHES, 2007, p. 41 – grifos do autor).

Dessa maneira, a heterogeneidade constitui (e é constitutiva) do universo discursivo criado em Shakespeare. Ela se revela por meio da conjuntura sociodiscursiva que permeia as manifestações enunciativas do universo discursivo shakespeariano; emerge daí a porosidade e a movência das posições-sujeito presentes nas FDs inseridas nesse universo.

O permeamento¹⁸, ao nosso olhar, se mostra pela porosidade e movência das posições-sujeito presentes no interior de uma FD. Daí afirmamos que a alteridade sujeitidual se dá a partir das *heterotropias*¹⁹ (STAFUZZA, 2005) sujeitiduais depreendidas pelos dizeres da IESP e evidenciadas nas suas (trans)formações identitárias no interior do universo shakespeariano.

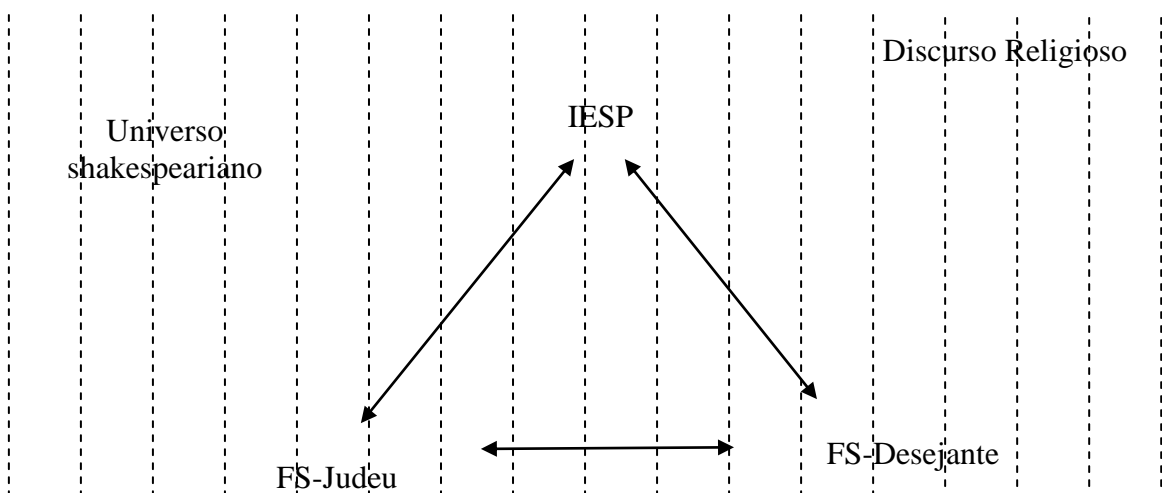
Assim, tal permeamento se constitui enquanto elemento constituinte e constitutivo do universo shakespeariano, assim como das relações dialógicas que o engendram. Confirmamos tal aspecto a partir da percepção de que essas relações nos permitem apreender o comportamento humano, o qual se configura enquanto “[...] produto e veículo de discurso” (BAKHTIN, 2010, p. XI). Nele manifesta-se a “[...] diversidade de personalidades, pontos de vista, posições ideológicas, religiosas, antirreligiosas, nobreza, vilania, gostos, manias, taras,

¹⁸ Tomamos, neste estudo, o vocábulo *permeamento* enquanto a interligação entre FDs.

¹⁹ De acordo com Stafuzza (2005), a “[...] heterotropia: constitui-se como deslocamentos de sentidos no domínio de uma dada conjuntura social. Evidencia a apropriação de vozes e a natureza dos processos de re-significação de um sentido primeiro; esta voz assegura a referencialidade polifônico-ideológica de quem enuncia” (STAFUZZA, 2005, p. 100).

fraquezas, excentricidades, brandura, violência, timidez, exibicionismo, enfim, o ser humano” (*op. cit.*, p. XI).

Dito de outra maneira, no interior do universo shakespeariano observamos que a IESP se (re)configura na oscilação entre a Forma-Sujeito-Judeu (FS-Judeu) e a Forma-Sujeito-Desejante (FS-Desejante). Assim, essa configuração corresponde ao desejo de assumir a posição da outra instância-sujeito presente no universo shakespeariano e que o interpela: a forma-sujeito-cristão atravessada pelo Discurso Religioso (DR). Logo, a IESP se (re)constrói por meio do amálgama de vicissitudes constituintes das práticas sócio-histórico-ideológico-discursivas do sujeito que enuncia, que é enunciado e que se encontra inserido na enunciação, sendo que o processo de subjetivação da IESP se manifesta pelos deslocamentos subjetudiniais refratados no interior desse universo, conforme a Figura 6.



LEGENDA

Universo discursivo: espaço outro, em que ocorre o processo subjetivo de uma dada forma-sujeito.

Discurso Religioso: lugar do inquestionável, da Verdade Absoluta.

FS-Judeu: existência histórica de um indivíduo.

FS-Desejante: posição-sujeito outra.

! : atravessamento do Discurso Religioso.

Figura 6. A oscilação das formas-sujeito que constituem a IESP. **Fonte:** Autoria própria.

Portanto, a realização desta pesquisa se funda nesse viés com o interesse em “resgatar”, “reconfigurar” os atravessamentos (inter)discursivos que perpassam o processo de constituição subjetudinal presentes no universo shakespeariano, assim como no

estabelecimento da conjuntura que perpassa esse processo. Empreende-se uma análise sob o crivo da AD, a partir da “[...] interação entre as vozes que povoam a obra literária” (BAKHTIN, 2010, p. XVIII).

Por essas razões, acreditamos que a obra literária em análise é constituída num *continuum* entrepermeamento de vozes e consciências sócio-histórico-ideológico-discursivas consonantes e dissonantes que se realizam nas oscilações das formas-sujeito constituintes da IESP circunscrita no universo discursivo. Dessa forma, o entrepermeamento atribui um caráter carnavalesco do homem (BAKHTIN, 2010), possibilitando ocupar um lugar outro na compreensão e no entendimento da “[...] visão de mundo e do homem” (*op. cit.*, p. 182). Esta é configurada “[...] como parte de um universo de ideias, pensamentos e sentimentos que revelam como os indivíduos enxergam o mundo, pelo crivo de uma exposição expressiva de valores, comportamentos e vestígios de uma existência” (SANTOS, 2010, p. 146).

Em seguida, explicitaremos a ferramenta teórico-metodológica que será utilizada na análise dos enunciados da IESP.

2.8 Dispositivo teórico-metodológico de análise do *corpus*

Nesta seção, propomos apresentar o dispositivo teórico-metodológico adotado, neste trabalho, no exame dos enunciados da IESP, os quais foram tomados enquanto unidade microdiscursiva de análise. Detalhar-se-á a maneira que iremos desenvolver o tratamento do *corpus* sob a égide da AD num gesto de leitura singular (ORLANDI, 2007) e um olhar outro sobre o processo de subjetivação de uma instância-sujeito.

A esse respeito, Orlandi (2007) comenta que “[...] a interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação” (*op. cit.*, p. 9). A autora também acrescenta que “[...] os sentidos não se fecham, não são evidentes” (*idem*, p. 9). Acreditamos que a linguagem não se sustenta enquanto um sistema uno e fechado, mas como lugar em que se abriga uma diversidade de posições a serem ocupadas e significadas pela prática de um sujeito circunscrito nela (HENRY, 2010, p. 30-31).

Nesse sentido, vamos, pois, propor um sentido outro, que, por sua vez, não está limitado às condições fixas de um texto literário, ou do que se diz literário, mas enquanto uma conjuntura de discursos possíveis, em que há a presença de discursos outros. Esses discursos correspondem a uma conjuntura acontecimental constituindo um fenômeno linguageiro que transpassa o sujeito discurso no interior da ação dramática shakespeariana.

Consideramos, assim, que “[...] o sentido de um texto não está, jamais pronto, uma vez que ele se produz nas situações dialógicas ilimitadas que constituem suas leituras possíveis” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 26). Logo, não temos a ilusão de completude de atribuir “a” percepção acerca do processo de discursivização da IESP inserida na ação dramática shakespeariana, mas lhes apresentar uma “das” percepções que a conjuntura sociodiscursiva nos possibilita – uma leitura possível sobre tal processo.

Dessa forma, tomamos os enunciados enquanto unidade de análise da IESP, conforme pontua Foucault (2010):

[...] o enunciado aparece como um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto sem superfície, mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de grupamentos; como grão que aparece na superfície de um tecido de que é elemento constituinte: como um átomo do discurso. (FOUCAULT, 2010, p. 90).

É a partir dessa perspectiva de enunciado proposta por Foucault (2010) que buscamos construir uma abordagem da “[...] unidade elementar do discurso” (FOUCAULT, 2010, p. 90) – o enunciado. Todavia, ressaltamos que

[...] o enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos): é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não (FOUCAULT, 2010, p.98).

Em outros termos, o enunciado corresponde a uma materialidade linguística, tomada enquanto unidade microdiscursiva de análise. Ela nos permite explicitar a historicidade que emana do acontecimento enunciativo devido a suas singularidade e individuação situadas na dispersão temporal e na descontinuidade espacial de sua manifestação.

Desse modo, “[...] achamos que em qualquer corrente especial de estudo faz-se necessário uma noção precisa do enunciado em geral e das particularidades dos diversos tipos de enunciados, isto é, dos diversos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2010, p. 264) a fim de inseri-los na diversidade de campos e espaços de sua manifestação. Acreditamos que “[...] o gênero não é exterior à obra, em vez disso, uma de suas condições” (MAINGUENEAU, 2009, p. 230).

Nesse ínterim, o dispositivo matricial proposto por Santos (2004) se coloca como um dispositivo para abordar a constituição subjetiva da IESP. Segundo ele, esse dispositivo

corresponde a uma construção organizacional da base material dos discursos na sua relação com o acontecimento enunciativo (*op. cit.*, p. 111). Trata-se, portanto, de uma “[...] possibilidade de se esboçar uma espécie de *regulação* do funcionamento discursivo” (SANTOS, 2004, p. 111 – grifo nosso).

A partir da reflexão sobre a imanência discursiva²⁰, o dispositivo matricial é definido pelo autor supracitado como

[...] um mapeamento de ocorrências das *regularidades* no todo do *corpus*, com vistas a uma organização distintiva da conjuntura discursiva da enunciação em análise. Dessa síntese matricial composta por sequências discursivas, recortadas da conjuntura enunciativa em estudo [...] (SANTOS, 2004, p. 114 – grifo nosso).

Nesse viés, “mapear” as regularidades corresponde a pontuar “[...] as evidências significativas (sentidurais e sujeitudiniais), observadas na conjuntura enunciativa da manifestação discursiva em estudo” (SANTOS, 2004, p. 114 – grifos nossos). Esse dispositivo, segundo esse autor, nos possibilita pontuar a diversidade discursiva dos processos sentidurais e sujeitudiniais em um fenômeno enunciativo (*idem*, p. 117). Outro elemento que advém de uma abordagem desse dispositivo é a evidência da referencialidade polifônica²¹ que perpassa tais processos.

Logo, é a partir do dispositivo teórico-metodológico proposto por Santos (2004) que iremos empreender a análise dos enunciados da IESP, com a finalidade de apreendermos os discursos-outros que perpassam e participam do processo de subjetivação da IESP, assim como apreender a alteridade dessa instância-sujeito no interior de uma formação discursiva e ideológica. Por isso, optamos por operar com tal dispositivo teórico-metodológico por compreendermos que, por meio dele, é possível nos “[...] colocar na posição de ‘sujeito desejante’ para instituir formas e disposições na busca pelos efeitos de sentido em conjunturas enunciativas” (SANTOS, 2004, p. 111).

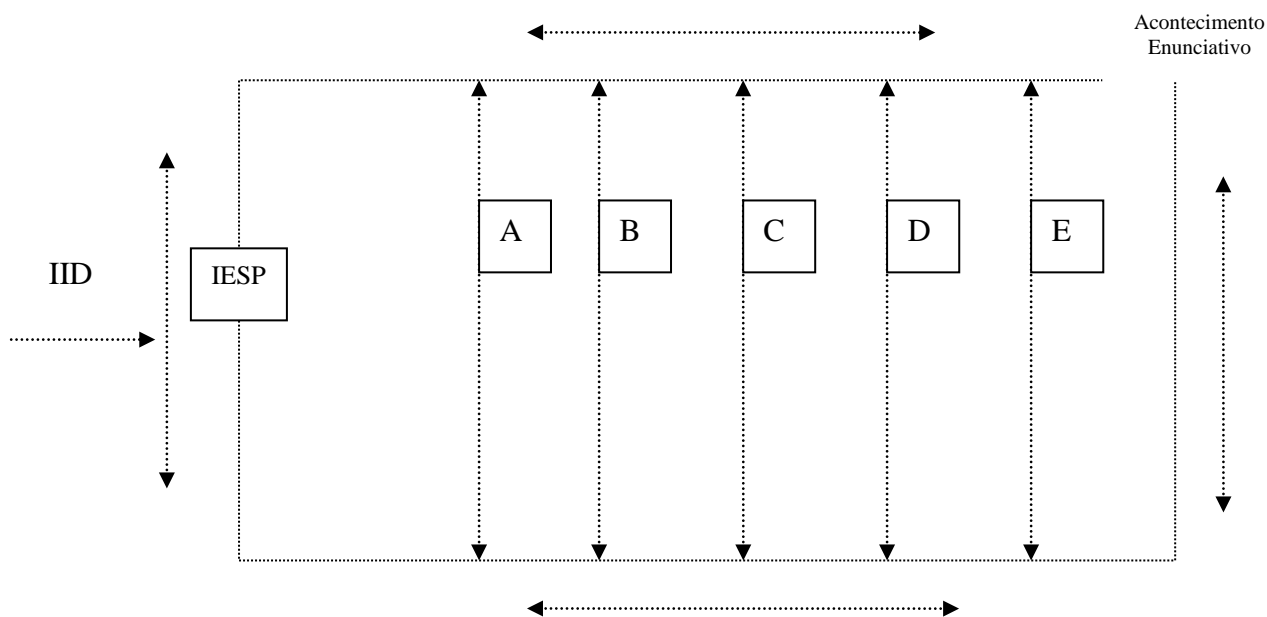
Nessa perspectiva, a IESP se insere na conjuntura sócio-histórico-ideológica da ação dramática, fazendo emergir uma tomada de posição e se inscrevendo num dado lugar social, histórico e ideológico. A IESP, por sua vez, é inscrita em uma formação imaginária na qual

²⁰ Compreendemos por *imanência discursiva* o surgimento, aparecimento, ebulição de discursos no interior de uma manifestação linguageira que são (ou podem ser) apreendidos na subjacência enunciativa.

²¹ Neste trabalho, a referencialidade polifônica, conforme Santos (2000), é vista enquanto o atravessamento de discursos-outros que transpassa o discurso do sujeito, promovendo, dessa forma, o engendramento do acobertamento ideológico. Ela impulsiona o processo de interpelação ideológica em que ocorre a constituição sujeitudinal da instância-sujeito inserida na ação dramática.

seu discurso revela uma posição ideologicamente e hierarquicamente marcada e asseverada pela inscrição no interior da enunciação.

Nesse sentido, observamos que a IESP se encontra numa dinâmica sujeitodal, sendo que a cada enunciação ela exerce uma tomada de posição no interior do acontecimento discursivo e se circunscreve em uma diversidade de posições-sujeito presentes de determinada FD. A exterioridade (A), a memória (B), a história (C), a monumentalização (D) e as outricidades (E), correspondem à conjuntura enunciativa que participa dessa dinâmica; eles são elementos constituintes e constitutivos colocados em movimento pela Interpelação Ideológica (ID), força motriz que impulsiona o processo de subjetivação de uma instância-sujeito. Essa última, por sua vez, funciona com essa força pelo fato de, a partir da incidência dela, termos a instauração do processo de subjetivação da IESP e a emergência da discursividade literária, conforme a Figura 7.



LEGENDA

- IID: Interpelação ideológica
- IESP: Instância enunciativa sujeitodal-personagem;
- A: Exterioridade;
- B: Memória;
- C: História;
- D: Monumentalização;
- E: Outricidades.

Figura 7. Circuito do Processo de Constituição da Instância Enunciativa Sujeitodal-Personagem (CPCIESP). **Fonte:** Autoria própria.

A conjuntura enunciativa é vista, neste trabalho, enquanto os elementos A, B, C, D e E, sendo que a (A) exterioridade, neste trabalho, corresponde aos elementos extralinguísticos que incidem sobre a tomada de posição da IESP, circunscrita no gênero. Já a (B) memória diz respeito aos “já-ditos” retomados nos dizeres da IESP por meio dos atravessamentos interdiscursivos. Por sua vez, os atravessamentos são (de)marcados por uma historicidade (C), isto é, são evidenciados ou (re)atualizados por estarem circunscritos em um dado momento na história – por isso tomamos os enunciados enquanto unidades microdiscursivas, uma vez que a história os configura na unicidade (caráter de ser único) de sua manifestação. Ao considerar que os enunciados são marcados por uma historicidade que (re)toma uma memória e que eles são inseridos em um dado gênero discursivo, tais elementos constituintes e constitutivos nos possibilitam apreender uma conjuntura socioideológica que interpela uma instância-sujeito e a coloca em um contínuo processo de (re)constituição, ou seja, singulariza o sujeito inserido no acontecimento discursivo, o que denominamos de monumentalização (D). Por fim, ao ser singularizada uma instância-sujeito, ela é colocada em alteridade descontínua e numa dispersão de sua constituição como sujeito discursivo, em que as forças sócio-histórico-ideológicas operam no interior de uma prática discursiva e são colocadas em movimentação, corroborando, dessa forma, a constituição do sujeito circunscrito em uma dada discursividade, na evidência do Outro e na opacidade do acontecimento, o que chamamos de outricidades (E).

Assim sendo, o processo de subjetivação da IESP se dá a partir de sua descontínua movência no interior da enunciação e dos elementos que corroboram à sua tomada de posição em um dado lugar sócio-histórico-ideológico e discursivo, evidenciado por meio da sua inserção em uma dada FD no interior do acontecimento enunciativo captados pela referencialidade polifônica; assim, os sentidos produzidos estão integrados ao seu dizer.

Com o intuito de explicitarmos o processo de subjetivação da IESP, construímos a equação abaixo.

$$PCIESP \rightarrow \{A \leftrightarrow B \leftrightarrow C \leftrightarrow D \leftrightarrow E\} \leftrightarrow IID \leftrightarrow INS. \leftrightarrow TP \leftrightarrow S \leftrightarrow D = SD$$

LEGENDA

- PCIESP: Processo de Constituição da Instância Enunciativa Sujeitucional-personagem
- A: Exterioridade
- B: Memória
- C: História
- D: Monumentalização
- E: Outricidades

IID: Interpelação ideológica
INS: Inscrição do sujeito
TP: Tomada de Posição
S: Sentido
D: Discurso
SD: Sujeito Discursivo

Concluimos, então, este item, ressaltando que buscamos apreender o processo a partir de uma clivagem²² das noções definidas nesta pesquisa. Elas são mobilizadas a fim de compreendermos os atravessamentos (inter)discursivos imbricados no interior de uma obra literária, assim como na instauração de uma discursividade literária.

Em síntese, neste capítulo procuramos:

- i) Explicitar nossa inscrição teórica na Análise do Discurso por meio dos conceitos articulados neste trabalho e delinear as relações entre elas, a fim de explicitar a dialogia e a polifonia que se instauram no interior de uma manifestação linguageira, formalizando, assim, o caráter movente da discursividade literária a ser analisada;
- ii) Inserir o Discurso Literário na manifestação linguageira secundária a partir de uma reflexão para inserirmos as práticas sócio-histórico-discursivas dos sujeitos na ordem discursiva por meio da atividade linguageiro-discursiva, evidenciadas na tomada de posição realizada no interior de uma FD;
- iii) Apresentar a instauração de uma movência sujeitucional interpretada a partir do dispositivo matricial desenvolvido por Santos (2004) por meio das marcas discursivas da enunciatividade literária, denotando, assim, um universo sócio-histórico-ideológico-literário que incide sobre a IESP.

²² Segundo Santos (2004), a clivagem corresponde à triagem de sentidos feita pelo sujeito, considerando seus referenciais intraepistemológicos e sócio-histórico-culturais.

CAPÍTULO III

UM SUJEITO SHAKESPEARIANO – SHYLOCK EM *O MERCADOR DE VENEZA*

A análise de discurso não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso-outro, discurso de um outro ou discurso do Outro). Não se trata de uma leitura plural em que o sujeito joga para multiplicar os pontos de vista possíveis para melhor aí se reconhecer, mas de uma leitura em que o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e responsável pelo sentido que lê (PÊCHEUX, 2011, p. 291).

Neste capítulo mostraremos a análise do *corpus* a partir de dois gestos de leitura, que correspondem a uma macroanálise e uma microanálise. O primeiro deles consiste na apresentação da dialogia que subjaz a discursividade literária em estudo (tal analogia se materializa pela manifestação das vozes que emergem do acontecimento instaurado no interior da ação dramática); e o segundo se caracteriza na apresentação de quatro matrizes que se configuram enquanto ferramenta organizacional da conjuntura móvel e heterogênea de análise – os enunciados. Essas matrizes foram construídas com a finalidade de apreendermos os discursos-outros que participam do evento único e singular da constituição subjetiva de Shylock em IESP, sendo subdivididas conforme a emergência de discursos-outros que constituem a opacidade linguística em análise. Destacamos que a disposição citada foi utilizada a fim compreendermos como as vozes e os discursos-outros atravessam o evento singular, único e irrepitível do processo subjetivo de Shylock em IESP.

3.1 Apontamentos iniciais

No exame da materialidade enunciativo-literária que constitui o *corpus*, pautamo-nos na rede conceitual da AD em diálogo contínuo com os pressupostos da Análise Dialógica do Discurso (ADD) proposta por Bakhtin. Esses pressupostos teóricos desenvolvidos no interior desses campos de conhecimento nos permitem lançar um olhar outro “[...] no espaço contraditório dos desdobramentos das discursividades” (PÊCHEUX, 2011, p. 32), em que podemos “mapear” os lugares e as posições ocupadas pelas instâncias-sujeito na (e pela)

enunciação, porque é no interior do processo enunciativo que sujeitos e sentidos são produzidos na (e pela) (re)construção discursiva, inscrevendo-os no campo do simbólico (no discurso).

Entendemos que o discurso constitui-se enquanto “objeto” em devir e em constante (re)construção, pois ele se funda na interação sócio-histórico-ideológica. É a partir da prática sociodiscursiva que os sujeitos e sentidos são produzidos enquanto efeitos dos atos linguageiros de uma dada *instância enunciativa sujeitucional*.

Logo, inscrever-se no escopo da AD significa se constituir instância-sujeito na, pela e em uma prática sociodiscursivo-ideológico-política. Esta se propõe a debruçar sobre o discurso na sua relação com a história, a língua e os “já-ditos”, os quais se realizam nas relações de classes que permeiam as relações humanas.

Optamos pela obra traduzida para a língua portuguesa, pois nosso interesse de investigação não reside em questões técnico-linguísticas vinculadas a uma tradução, mas na compreensão dos atravessamentos (inter)discursivos que perpassam a constituição sujeitucional da IESP circunscrita no universo shakespeariano. Desse modo, utilizamos o livro *O Mercador de Veneza*, de William Shakespeare, traduzido por F. Carlos de Almeida Cunha Medeiros e Oscar Mendes da Editora Martin Claret, em 2006.

Nesse sentido, construímos quatro matrizes a fim de escrutinarmos os atravessamentos (inter)discursivos que perpassam a constituição da IESP no interior da enunciatividade literária, uma vez que corroboramos com Santos (1999). Ele ressalta que “[...] o lugar do enunciado é o lugar da interpretação” (SANTOS, 1999, p. 41); dessa maneira, as matrizes foram construídas para que demonstremos o olhar-leitor da opacidade e da dinamicidade discursiva da ação dramática shakespeariana, por meio do qual nos propomos a examinar os discursos e as vozes que perpassam a constituição sujeitucional da instância-sujeito em análise, bem como as inscrições sócio-histórico-ideológicas nas quais a instância-sujeito se circunscreve no interior do fenômeno discursivo.

É relevante mencionarmos que o processo de subjetivação de uma instância-sujeito inserida em um dado acontecimento discursivo (literário, jornalístico, acadêmico, entre outros.) só é possível se levamos em consideração as *representações sócio-histórico-ideológico-concreto-temporais (RSHICT)*²³, as quais desempenham a “função” de projetar as pistas discursivas subjacentes às práticas linguageiras instauradas no interior de uma enunciação.

²³ Destacamos que a RSHICT se inscreve no fio discursivo por meio da *memória discursiva* (PÊCHEUX, 2007), pois elas trazem à tona os discursos-outros, os “já-ditos” presentes no dizer do sujeito.

Estamos cunhando as *representações sócio-histórico-ideológico-concreto-temporais* (RSHICT), compreendida como o amálgama de práticas sócio-histórico-culturais desempenhadas por uma instância-sujeito que são, por sua vez, materializadas na (e pela) língua(gem). Essas práticas estão circunscritas num tempo e acontecimento singular-pontual, sendo agregadas aos diferentes papéis sociais e discursivos das instâncias sujeitos inseridas em um *ethos* social.

Dito com outras palavras, é por meio da RSHICT que podemos apreender os diversos fios (inter)discursivos que (re)constroem e constituem a tessitura sócio-histórico-ideológica, a qual atravessa a conjuntura enunciativa incidente sobre tal processo por meio do acobertamento ideológico de um sujeito inserido no devir acontecimental.

Desse modo, lançamos um olhar-leitor sobre a materialidade linguística – os enunciados do personagem Shylock – de duas maneiras: i) macrodiscursiva, que diz respeito à presença das vozes que emergem no interior do processo sujeitudinal da IESP (foram “trazidos à tona” os discursos e as vozes que perpassam a constituição da instância-sujeito em análise) e; ii) microdiscursiva, que corresponde ao exame dos enunciados da IESP a fim de “mapearmos/apreendermos” os atravessamentos (inter)discursivos que operam no interior do processo de subjetivação da IESP – trata-se da explicitação dos discursos que emergem no interior do acontecimento discursivo.

A seguir apresentar-se-á o exame dos enunciados da IESP a partir do nosso olhar-leitor, conforme expomos anteriormente.

3.2 Olhar-leitor macrodiscursivo

A partir das discussões arroladas anteriormente, analisamos os enunciados produzidos pela instância-sujeito de maneira telescópica, em que utilizamos o telescópio enquanto elemento metafórico para que vislumbremos, de forma macrodiscursiva, as vozes que emergem e atravessam a constituição da IESP inserida no interior da enunciatividade literária. Tais discursos operam na(s) tomada(s) de posição da instância-sujeito circunscrita no universo shakespeariano.

Percebemos que os discursos que atravessam a IESP são da ordem do sócio-ideológico, do político, do econômico e do religioso, uma vez que, ao longo da ação dramática, tal instância oscila entre a FS-judeu e a FS-desejante. Essa oscilação de formas-sujeito se dá devido à movência de posições-sujeito que a IESP assume no interior da ação

dramática, visto que ela retoma dizeres de outrem quando invoca personagens do Pentateuco para sustentar sua atitude em relação ao cumprimento de seu contrato.

Nota-se que, ao invocar personagens bíblicos como Labão, Jacó, Daniel, Josué, Abraão, José, Macabeu, Iavé, Agar e Urias, a IESP (re)atualiza a historicidade que atravessa a opacidade linguística, bem como explicita a unicidade, a singularidade e a individuação de sua constituição no interior da atividade languageira. A partir da incidência dos discursos-outras que instauram uma dialogia, temos o Discurso Religioso funcionando enquanto mola propulsora dos discursos político, renascentista e econômica – é a partir dele que os outros são trazidos à tona. O DR, por sua vez, faz emergir a dialogia com o livro sagrado do judaísmo (Pentateuco) que orienta a voz estética engendrar a tessitura estético-artística da enunciatividade literária, na qual apreendemos a polifonia de vozes-outras que emergem na concretude linguístico-discursiva – os enunciados. Desse modo, o DR funciona como elemento *sine qua non* do evento singular, único e irrepetível da constituição sujeitudinal de Shylock no interior do gênero discursivo, operando como fio tensivo que impulsiona, propulsiona o processo subjetivo da constituição sujeitudinal de Shylock. Dessa forma, tais discursos e vozes asseveram as posições-sujeito ocupadas pela IESP no interior da prática languageira, bem como o desejo de ocupar o lugar o outro (Antônio).

Assim sendo, o discurso renascentista opera enquanto elemento balizador das práticas sócio-histórico-ideológico-discursivas realizadas pela IESP, pois ele circunscreve a instância-sujeito em um dado lugar social – o lugar dos judeus na sociedade renascentista europeia – perpassado por uma ideologia cristã pautada em um *pathos* social²⁴, fundamentado no antisemitismo da sociedade renascentista. Esse *pathos* é evidenciado na (e pela) materialidade linguística em análise, como pode ser notado no primeiro ato e na primeira cena, em que temos o diálogo entre Antônio e Bassânio quando esse último recorre ao auxílio de seu amigo (Antônio) para lhe ajudar a cotejar Pórcia, emprestando-lhe uma quantia de três mil ducados. No entanto, Antônio não dispõe de tal quantia e recorre ao empréstimo com Shylock. Nesse ínterim, nota-se que há instauração da luta socioideológica, uma vez que essa luta demarca o lugar de subserviência ao poder veneziano – observamos que ele se encontra inserido na sociedade veneziana devido à sua submissão aos propósitos de mercantilistas. Logo, o lugar ocupado pela IESP é de desprestígio, pois sua permanência na sociedade veneziana se dá com base na obediência a hierarquia política.

²⁴ O termo *pathos* social, neste trabalho, refere-se à diversidade de emoções e sentimentos sob as práticas de uma instância-sujeito no interior de uma sociedade. Esse vocábulo foi tomado a fim de exemplificarmos os sentimentos de ódio, vingança, raiva, rejeição, indiferença, desumanidade, crueldade, entre outros que perpassam o processo subjetivo de Shylock em IESP.

Uma vez apreendida a submissão da IESP aos preceitos venezianos, é possível notarmos que o discurso político desempenha uma função crucial na manutenção do *status quo* da conjuntura legislativa veneziana, porque a organização jurídica é representada no quarto ato e na primeira cena em que temos a presença do tribunal organizado para julgar as clausuras contratuais de Shylock. Desse modo, tais ato e cena representam a instauração do discurso político que funciona enquanto porta-voz das normas e regras que regem uma determinada sociedade – o Estado. Na ação dramática, esse discurso emerge por meio de Doge, dos Magníficos, pelo jovem advogado (Baltasar/Pórcia) e pela Corte de Justiça, que foram constituídos a fim de promover a manutenção das leis venezianas. Nesse ato e, principalmente, na primeira cena, temos a instauração da movência sujeitucional, pois neles vemos com maior clareza o desejo da IESP em se constituir sujeito pertencente à sociedade veneziana; neles, há o desejo de valer cumprir o contrato assinado por Antônio com Shylock. Todavia, depreendemos de tal desejo o conflito identitário em que a contraidentificação é instaurada, a qual diz respeito ao desejo de se constituir sujeito pertencente à nação veneziana para que se façam valer suas leis para si. Isso se deve ao fato de esse Estado não o reconhecer enquanto cidadão; por isso temos a sentença ao final da cena (quarto ato e primeira cena), conforme observamos no enunciado:

Doge

Para que bem vejas a diferença de nossos sentimentos, eu te perdo a vida antes que peças. Quanto a teus bens, a metade pertence a Antônio e a outra metade vai para o Tesouro público. Teu arrependimento pode ainda fazer comutar a confiscação numa multa. (SHAKESPEARE, 2006, P. 98).

Ao partir de dois atravessamentos (inter)discursivos (religioso e político), temos a instauração do discurso econômico compreendido pelas posses e pelos bens de Shylock, assim como pelo ofício de Antônio. Esse discurso, por sua vez, é realçado por meio das relações econômico-mercantilistas do homem – lembramos que ele se fundamenta na consolidação de um mercado consumidor e pelo acúmulo de riquezas, bem como da valoração imbuída em um determinado produto por meio do trabalho humano (CATANI, 1980). Logo, observamos que o discurso econômico é revestido de uma roupagem que mascara as relações de classes no interior da sociedade veneziana, uma vez que, nas palavras de Marx e Engels (2011), tal discurso se organiza em torno dela, sendo caracterizada na instauração de uma “[...] luta de classe (*compreendida enquanto*) é uma luta política” (MARX; ENGELS, 2011, p. 21 – grifo

nosso). E essa luta política se funda na(s) (e pela(s)) prática(s) desenvolvida(s) na ação dramática, acontecendo por meio da posição social ocupada pela IESP em detrimento da(s) outricidade(s) que a interpela como, também, pela incidência das condições sócio-histórico-ideológicas da Inglaterra, conforme apresentamos no item 2.6.

Notamos que o discurso acima citado fundamenta-se na (e pela) fé, pois ele decorre enquanto sinal divino; na acepção luterana, inclusive, “[...] o homem é ‘chamado por Deus não para que tenha uma atitude contemplativa, mas sim para cumprir sua providência neste mundo através de seu trabalho e profissão” (CATANI, 1980, p. 17). Assim sendo, a IESP se circunscreve nesse papel a fim de cumprir os preceitos do *Todo-Poderoso*, pois além de ela fazer parte de um povo escolhido pelo *Todo-Poderoso*, ela desempenha seu papel conforme as Escrituras Sagradas – O Pentateuco.

A partir dessa perspectiva, observamos que os discursos renascentista, político e econômico são aglutinados no (e pelo) Discurso Religioso, o qual assevera a conjuntura ideológica da IESP dada por meio das Representações Sócio-Histórico-Ideológico-Concreto-Temporais (RSHICT). Com elas, vislumbramos as crenças, ideias, ideologias e contradições que se instauram na enunciatividade literária e que fazem emergir a discursividade literária – ressaltamos que tal conjuntura se encontra subjacente à materialidade linguística, permitindo evidenciar a valoração dos papéis realizados por uma instância-sujeito circunscritos em um dado discurso. Sendo assim, a IESP desenvolve suas práticas balizadas por sua inserção na FDR, em que a IESP legitima suas ações e está intimamente relacionada à sua fé professada pelas Escrituras do Pentateuco, bem como à sua posição no interior da própria sociedade.

Dessa forma, a IESP oscila entre as formas-sujeito judeu e desejanter para que possa se circunscrever na ordem social em que é colocada. No entanto, essa oscilação se dá para instaurar a movência sujeitudinal e asseverar as contradições que permeiam as relações sociais.

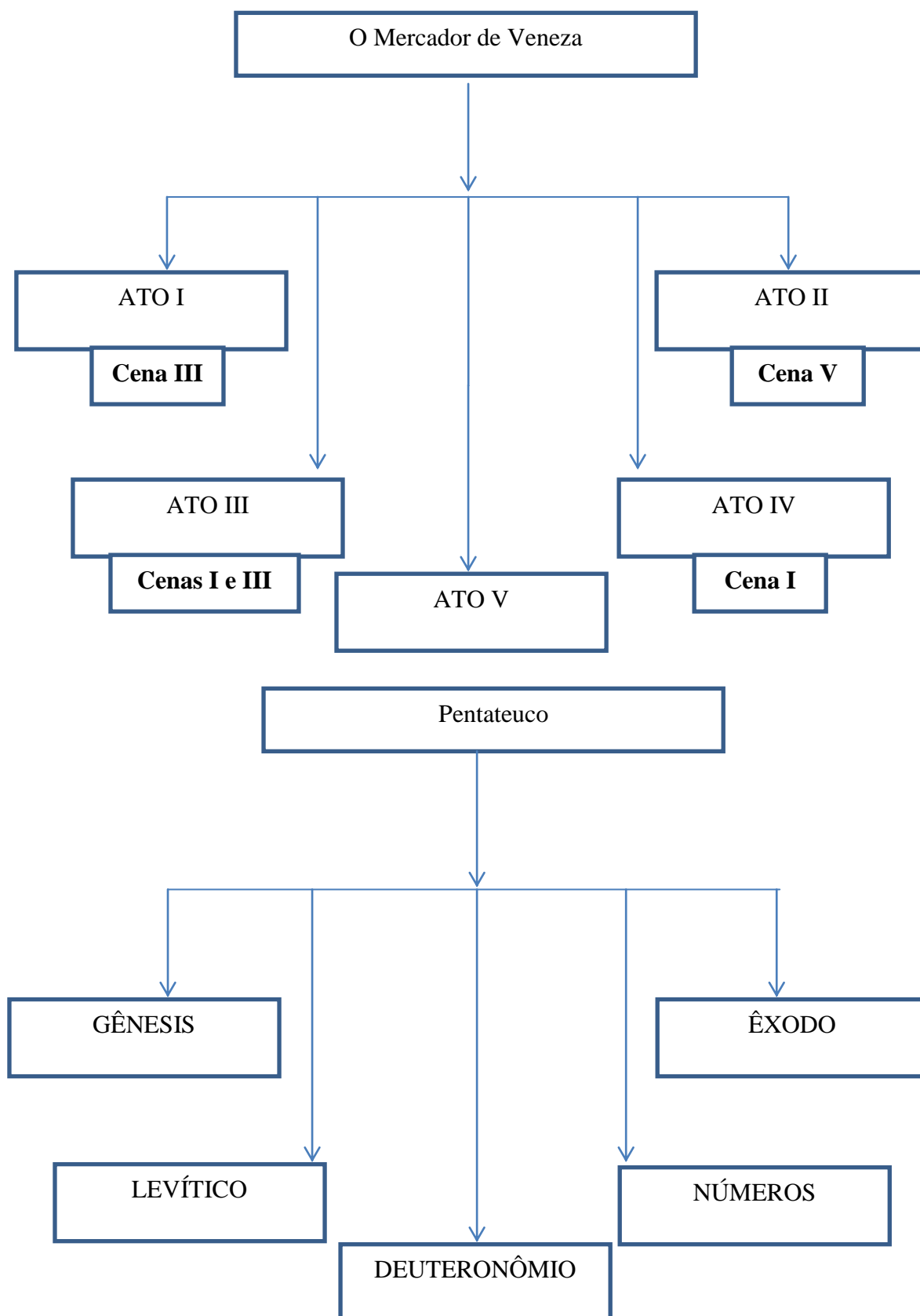
Portanto, diremos que no interior da ação dramática shakespeariana emergem:

- a) Uma voz renascentista que inscreve a IESP em um dado lugar social – lugar na classe – e ideologicamente (de)marcado.
- b) Uma voz econômica que ressalta a posição sujeito ocupada pela instância-sujeito no interior da classe.
- c) Uma voz política que corrobora na inserção da instância-sujeito na classe.

- d) Uma voz religiosa que assevera as tomadas de posições e práticas sociodiscursivas da instância-sujeito – por meio dela, temos o processo subjetivo do sujeito.
- e) Uma voz estética que engendra a tessitura estético-artística por meio da qual se instaura a metadiscursividade da ação dramática, utilizando a ironia enquanto recurso artístico-estético.

Diante dessas vozes, temos a instauração da enunciatividade literária, em que a voz estética se instaura por meio da manifestação do Discurso Religioso que opera enquanto espinha dorsal. Por ela, as demais vozes são evocadas a fim de explicitar as representações histórico-sociais, culturais pontuais e singulares da sociedade europeia, bem como os papéis desempenhados pelos sujeitos no interior dela.

Nesse sentido, a metadiscursividade nos permite depreender a macroestrutura da materialidade linguística, pois é por meio dela que temos a emergência da movência sujeitudinal instaurada no interior da ação dramática. Compreendemos por macroestrutura a organização, constituição, a disposição da peça, isto é, a superfície da materialidade linguística; logo, nota-se que a macroestrutura corresponde ao *ethos* literário, tomado enquanto a dinamicidade espaço-temporal da conjuntura enunciativa presente no acontecimento discursivo e que desempenha a função de *modus operandi* da macroestrutura estético-artística. A fim de exemplificarmos a macroestrutura da ação dramática shakespeariana, construímos dois diagramas que se seguem:



QUADRO 1: Instauração da dialogia religiosa no interior do universo shakespeariano. **Fonte:** Autoria própria.

Esses diagramas, por sua vez, nos possibilitam explicitar a dialogia instauradas com o livro sagrado do judaísmo – Pentateuco²⁵; a regularidade da quantidade de livros que compõem tal obra: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio; a quantidade de atos que constituem a ação dramática shakespeariana (cinco atos); e a quantidade de vezes que Shylock aparece na enunciatividade literária – cinco, sendo que ele é apresentado no primeiro ato (terceira cena), no segundo ato (quinta cena), no terceiro ato (primeira e terceira cenas) e no quarto ato (primeira cena).

Assim sendo, podemos observar que por meio da metadiscursividade, Shakespeare traz à tona os não ditos presentes na subjacência da opacidade da materialidade linguística, assim como o imaginário social que perpassava o cotidiano da época, colocando em funcionamento a conjuntura enunciativa propulsora da discursivização da IESP – é por meio da metadiscursividade que temos a “figuração/projeção” da IESP.

Segundo Ellisen (1993), o *Pentateuco* constitui-se nos cinco primeiros livros da Bíblia. Esse livro desempenha um papel importante na constituição da IESP, uma vez que é por meio dela que tal instância se circunscreve na tessitura enunciativa e na lógica discursiva – para os judeus, tal livro se configura na lei mosaica do Todo-Poderoso. A partir dessa característica, Shakespeare dialogicamente incorpora esse livro enquanto macroestrutura, a fim de projetar a RSHICT subjacente às manifestações estético-artístico-discursivas e, por meio dessa incorporação, “materializar” a memória discursiva que perpassava o imaginário da sociedade da época.

No intuito de exemplificarmos esses elementos construímos dois quadros que os sintetizam:

O MERCADOR DE VENEZA	
ATO I	Demarcação dos lugares e espaços ocupados pela instância-sujeito, sendo explicitadas as relações sociais e o deslocamento do indivíduo em relação à divindade.
ATO II	Regulação dos comportamentos humanos e da submissão às instituições por meio das relações econômicas.
ATO III	Realização das relações de produção e bens de consumo por meio do <i>status quo</i> com a finalidade de demarcar as posições sociais e culturais ocupadas pelos sujeitos.
ATO IV	Explicitação da organização social e a expressão das contradições da

²⁵ O Pentateuco é nomeado pelos judeus de Torah, termo hebraico que significa *lei*. A Torah tem por finalidade orientar, dirigir, instruir ou ensinar aos judeus em toda forma de viver, além de desempenhar um papel de suma importância para os judeus, pois é a partir dela que a promessa de Deus se manifesta em suas vidas enquanto descendentes de Abraão.

	sociedade de classes, com demonstração da lógica mercantilista e da coisificação/mercantilização das relações humanas.
ATO V	Funcionamento das Representações Sócio-Histórico-Ideológico-Concreto-Temporais (RSHICT) por meio da materialidade linguística. Isso nos possibilita apreender as características singulares e pontuais do comportamento humano da época.

PENTATEUCO	
GÊNESIS	Apresentação da soberania de Deus sobre o homem. A criação e a relação do <i>Todo-Poderoso</i> com o homem e da promessa que Ele fez a Abraão e seus descendentes são narrados nesse livro. “ <i>E abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei os que; e em ti serão benditas todas as famílias da terra</i> ” (Gn.: 12:3). Ele é conhecido como o livro do começo da criação e do cair do homem (ou do pecado).
ÊXODO	Instauração do poderio de Deus sobre o homem. Esse livro narra o livramento que o povo de Israel recebeu do <i>Todo-Poderoso</i> : Ele os tirou da terra do Egito, realizou um pacto com eles e lhes concedeu a lei para orientar e governar suas vidas. “ <i>Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz e guardardes o meu concerto, então sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos; porque toda a terra é minha</i> ” (Ex.: 19:5; 20:1-17 – os dez mandamentos). Além disso, esse livro é conhecido como o livro da redenção para o povo de Deus.
LEVÍTICO	Constituição dos preceitos de Deus para o homem. Nesse livro, temos a apresentação das leis que regem os rituais e cerimônias do povo judeu. Ele é chamado de livro da adoração e comunhão com Deus e o plano divino.
NÚMEROS	Instauração das normas e leis de conduta de Deus para o homem. Esse livro relata a trajetória da peregrinação do povo Deus – a saída do Egito até sua chegada a Canaã (a terra prometida). Ele registra novas leis para o povo de Deus em vista da sua imediata entrada em Canaã.
DEUTERONÔMIO	Apresentação da lealdade de Deus para com o homem. Nesse livro temos a reiteração dos dez mandamentos (Dt. 5). Ele é nomeado de segunda lei, em que temos a apresentação das responsabilidades do povo de Israel para com a aliança de Deus.

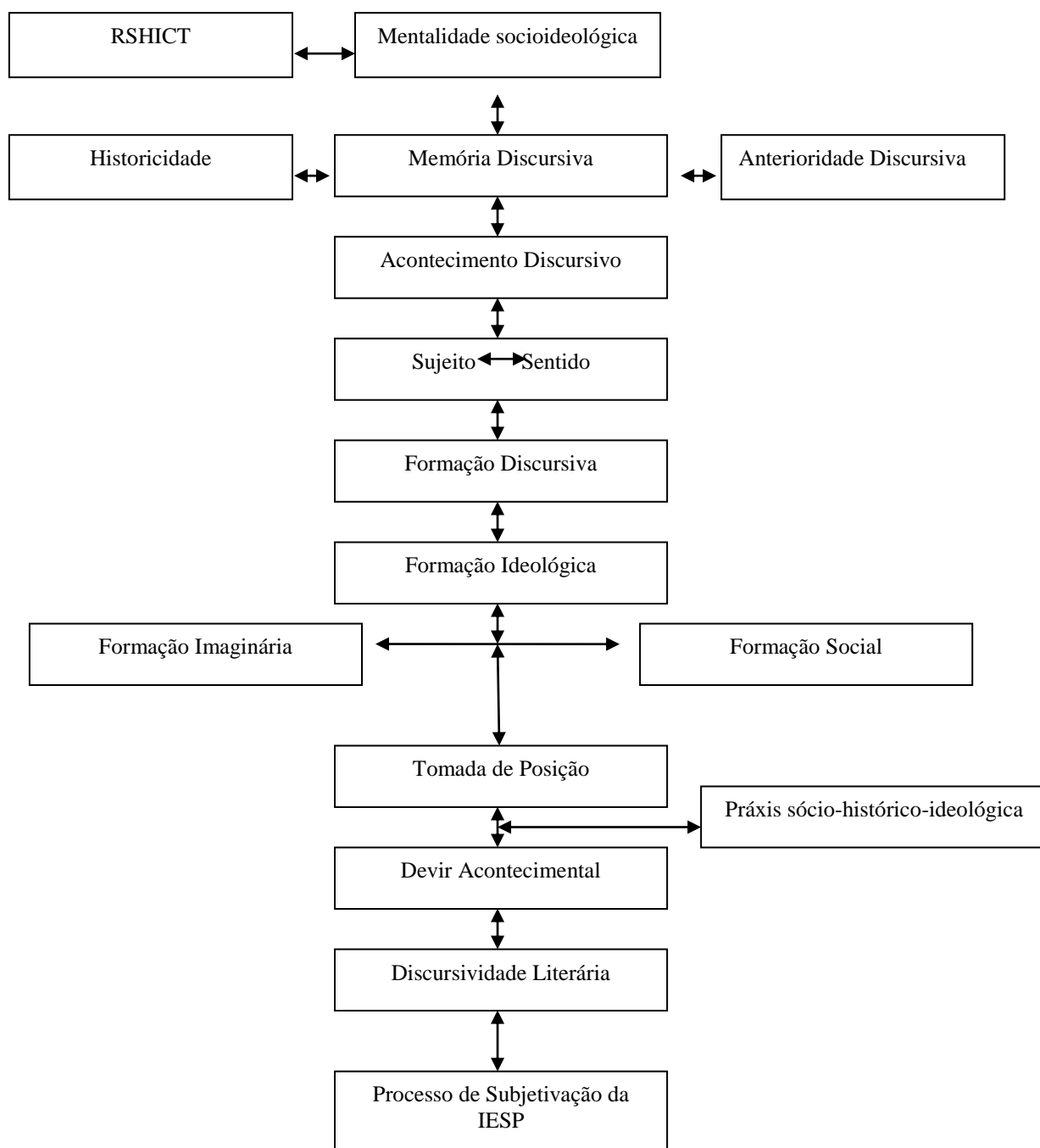
QUADRO 2: Atravessamento dialógico. **Fonte:** Autoria própria.

A partir desse olhar-leitor telescópico, vemos que as representações sócio-histórico-ideológicas concreto-temporais são evidenciadas pela (e na) mentalidade socioideológica, uma que vez que ela faz emergir a anterioridade discursiva e a historicidade da IESP, as quais se constituem na memória discursiva que regula os dizeres, lugares e posições a serem ocupadas por uma forma-sujeito no interior de um acontecimento discursivo na alteridade que

se instaura entre sujeitos e sentidos na (e pela) relação com uma dada formação discursiva. Esta, por sua vez, se constitui nas relações conflitantes de classe instauradas no interior de uma formação ideológica (FId.), promovendo a inserção de uma instância-sujeito no interior de uma dada posição ideologicamente (de)marcada. Portanto, ela se configura nas posições a serem ocupadas no interior de uma classe social por meio de sua circunscrição numa dada formação social (FSoc.).

A inserção de uma instância-sujeito no interior de uma dada classe social se dá a partir da projeção que ela faz no, do e pelo outro – isto é, o processo discursivo funciona a partir de “[...] uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*” (PÊCHEUX, 2010, p. 81 – grifos do autor). Essa projeção de si pelo outro, por sua vez, se efetiva na circunscrição da instância-sujeito numa dada posição-sujeito no interior de uma formação discursiva, visto que é nele que temos acesso a uma dada posição-sujeito a ser ocupada por ela, sendo essa posição-sujeito revelada pela *práxis* sócio-histórico-ideológica.

Dita de outra maneira, a *práxis* sócio-histórico-ideológica corresponde à diversidade de papéis discursivos desenvolvida pela IESP (tensão que se instaura entre Shylock e Antônio) no interior do universo shakespeariano. A partir desses papéis temos a instauração da movência, da alteridade e do funcionamento de discursos-outros por meio do devir acontecimental que, por sua vez, se realiza no interior de uma discursividade literária, engendrando o processo de sujeição, acobertamento e subjetivação via ideologia de uma instância-sujeito, fazendo emergir efeitos de sentidos – discursos. A fim de exemplificarmos essa conjuntura, construímos um diagrama que se segue logo abaixo:



QUADRO 3: Funcionamento da discursividade literária. **Fonte:** Autoria própria.

Diremos, então, que a IESP é compreendida inicialmente enquanto indivíduo inserido em uma dada sociedade, a qual é constituída por classes (burguesia mercantilista, clero e proletariado) que desempenham diferentes papéis sociais a partir de sua posição no interior da classe. Todavia, ao ser interpelada pela ideologia, a IESP é impulsionada a ocupar um lugar outro no interior do acontecimento enunciativo, inserindo-se num dado momento na historicidade e em uma dada ideologia no interior do processo de acobertamento ideológico.

Este, por sua vez, se dá a partir do momento em que a IESP se circunscreve na FDR – a partir de sua inserção no interior da Formação Discursiva, suas ações, tomadas de posições e seus lugares sócio-ideológicos ocupados por ela são balizados pela fé ao *Todo-Poderoso*. Tal fé legitima o lugar de submissão e obediência em relação às condições sociais, físicas, econômicas e legais no interior da comunidade em que se insere. Há, desse modo, a asseveração da assimetria à ordem do *Todo-Poderoso*, em que a submissão e obediência às ordens d’Ele simbolizam a dependência do homem em receber as *Suas* bênçãos sobre sua vida – ser prospero ou possuir posses é sinal de que suas práticas têm agradado a Ele.

Diante dessas considerações, a inserção da IESP na lógica discursiva se dá por meio do funcionamento da conjuntura enunciativa que engendra o processo de assujeitamento do indivíduo judeu à lógica discursiva. Esta se funda no interior do universo discursivo shakespeariano manifestado no interior do gênero discursivo, instaurando a discursividade literária, a qual contribui na alteridade sujeitucional instaurada na enunciatividade literária e promove o atravessamento interdiscursivo que opera na oscilação das formas-sujeitos (FS-judeu/FS-desejante) constituintes (e que são constituídas) na ação dramática.

Nesse sentido, observamos que a oscilação supramencionada instaura uma luta de classes por meio da qual podemos vislumbrar o acirramento do desejo da IESP de se inscrever no lugar da outricidade(s). Por conseguinte, a IESP deseja se inscrever e se inserir na discursividade veneziana a fim de gozar dos mesmos direitos dos cidadãos venezianos, pois, no seu interior, a IESP é subjugada, marginalizada, excluída e desrespeitada, enquanto os cidadãos venezianos eram exaltados, vangloriados e respeitados. Por isso temos a presença da FS-desejante, uma vez que é por meio dessa forma-sujeito que há a movência sujeitucional instaurada no interior da ação dramática.

No entanto, percebemos que a voz estética utiliza a ironia enquanto recurso artístico-estético dialético a fim de colocar em evidência (ou explicitar) as contradições constituintes e constitutivas da sociedade veneziana, uma vez que temos o mascaramento da ideologia cristã depreendida no (e pelo) Discurso Religioso.

Essa ideologia, por sua vez, é de suma importância para entendermos as posições e os lugares assumidos pelas outricidades e pela IESP no interior da ação dramática. Por meio da ironia, Shakespeare capta as contradições presentes na sociedade veneziana de maneira abrangente, quais sejam: i) cumprimento da legislação veneziana – valoração que constitui e conduz as ações da sociedade (quarto ato); ii) preconceito presente na sociedade europeia – antisemitismo que dominava a sociedade da época e que perpassa toda a enunciatividade literária (primeira cena do terceiro ato e primeira cena do quarto ato); iii) transações

comerciais – a assinatura e apresentação das cláusulas contratuais (terceira cena do primeiro ato); e iv) posições sujeitos – ocupação destas no interior de uma classe, sendo caracterizadas em toda a obra pela movência espaço-temporal em que as ações são desenvolvidas, ora em Veneza (Rialto), ora em Belmonte (residência de Pórcia).

Tais lugares socioideológicos ocupados pelas instâncias-sujeito revelam a especificidade de cada um na organização social, sendo que o primeiro corresponde à figuração das relações comerciais e o segundo, à figuração das transações amorosas, ambas perpassadas pela ideologia cristã presente no Discurso Religioso.

Assim sendo, afirmamos que Shakespeare “[...] nos lê mais plenamente do que nós o lemos” (BLOOM, 2001, p. 24), pois ele magistralmente insere, na ação dramática, a movência (in)constante da constituição de um indivíduo em sujeito no interior de um acontecimento discursivo, sem deixar de agregar, a esse acontecimento, a singularidade de uma sujeição. Suas historicidade e individualidade são evidenciadas na exterioridade de sua aparição por meio da opacidade linguística e atravessadas por uma ideologia que impulsiona a inserção em um dado lugar social, ideológico e discursivo, na circunscrição numa dada FD e na posição-sujeito a ser ocupada no interior dela. Eles são (de)marcados pelos “já-ditos” e não ditos, inserindo-nos na lógica discursiva e corroborando, dessa forma, no processo de subjetivação (cf. Figura 7).

Diante disso, observamos que Shakespeare ilumina, projeta e (re)apresenta, no tablado do teatro elisabetano, os meandros constitutivos e constituintes das relações sociais, trazendo à tona os arquétipos²⁶ sócio-histórico-ideológicos da sociedade europeia do final da Idade Média.

Em seguida, apresentaremos o exame dos enunciados da IESP a partir do nosso olhar-leitor microscópico.

3.3 Olhar-leitor microdiscursivo

Nesta seção, iremos analisar os enunciados da IESP com a finalidade de explicitarmos os discursos-outros que atravessam seus dizeres, os quais foram tomados enquanto unidade de análise. Isso nos permite apreender a diversidade de discursos que perpassam os dizeres da

²⁶ Os arquétipos foram utilizados neste estudo a fim de explicitarmos as classes sociais que formam a sociedade veneziana dos meados do século XVI. Elas eram divididas em burguesia mercantilista, clero e proletariado, na qual se encontram os judeus, que viviam à mercê da sociedade veneziana em guetos, mesmo sendo humilhados pelos cristãos venezianos.

IESP circunscritos na FDR, uma vez que eles participam do processo singular de sua constituição sujeitudinal.

Ainda nesse sentido, optamos por tomar os enunciados enquanto unidade de análise, porque consideramos “[...] todo enunciado (produto de discurso) como um todo individual singular e historicamente único” (BAKHTIN, 2003, p. 334). Dessa maneira, compreenderemos o enunciado como a materialidade linguístico-discursiva em que o processo faz com que cada sujeito seja único, irrepetível e singular. Cada instância-sujeito traz consigo diferentes inscrições ideologicamente (de)marcadas, que, por sua vez, se materializam no (e pelo) discurso.

Essa materialização no (e pelo) discurso se dá a partir da tomada de posição que o sujeito faz no interior de uma FD, sendo singular por ser realizada de maneira única, individual e irrepetível. Logo, o processo de subjetivação também se dá da mesma forma; logo, “[...] todo enunciado – oral e escrito, primário e secundário e também em qualquer campo da comunicação discursiva – é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve)” (BAKHTIN, 2003, p. 265).

A fim de explicitarmos os lugares e os discursos-outros que perpassam o evento singular, irrepetível e historicamente único da constituição sujeitudinal da IESP, construímos quatro matrizes enunciativas que denotam os discursos econômico, social, religioso e político, respectivamente, os quais perpassam sua constituição enquanto sujeito no interior do Discurso Literário²⁷.

Destacamos que tais enunciados constituem a enunciatividade literária e são inscritos no gênero discursivo (ação dramática shakespeariana). Tomamos a ação dramática como gênero discursivo, uma vez que é por meio dele que temos acesso à refração da historicidade, unicidade e individuação da manifestação languageira de uma instância-sujeito, bem como da reflexão via opacidade concreto-linguística (enunciado) do evento singular, único e individual de sua constituição sujeitudinal. Portanto, logo a seguir apresentaremos uma descrição sucinta dos enunciados tomados enquanto unidade de análise, a fim de contextualizarmos suas manifestações no interior do gênero discursivo.

No primeiro ato temos a apresentação de Antônio (o mercador), que se encontra entristecido – diante disso, Salarino e Salânio procuram descobrir quais sentimentos o

²⁷ O Discurso Literário, neste estudo, é compreendido enquanto conjuntura discursiva formada pela diversidade de discursos que o constituem. Estes, por sua vez, são materializados na opacidade linguística; logo, é possível explicitar tais discursos na (e pela) concretude enunciativa – enunciados.

afligem. No entanto, a tentativa fracassa e eles não conseguem descobrir o real motivo da tristeza de Antônio; em seguida, eles se retiram e entram Bassânio, Lourenço e Graciano.

Assim como os outros, estes últimos, eles tentam alegrar Antônio, mas não o conseguem, então combinam de se encontrarem em um banquete que acontecerá à noite. Graciano e Lourenço saem, deixando Antônio e Bassânio a sós. Bassânio aproveita a deixa e diz a Antônio que pretende conquistar Pórcia, uma bela moça e rica herdeira, da cidade de Belmonte. Bassânio explica a Antônio que precisa de sua ajuda para conquistá-la; logo, Bassânio pede ajuda financeira a Antônio (três mil ducados). Porém, Antônio diz que não dispunha da quantia naquele momento e solicita a seu amigo Bassânio a se informar sobre onde conseguir o dinheiro emprestado em Veneza, Bassânio, então decide fazer um empréstimo em seu nome para ajudar seu amigo a conquistar sua amada.

Após a conversa de Antônio e Bassânio, temos a apresentação das cláusulas deixadas pelo pai de Pórcia, em que há três caixas (uma de ouro, outra de prata e a última, de chumbo). O pretendente que fizesse a escolha certa teria a mão de Pórcia como esposa; apesar disso, os pretendentes até então não eram do agrado de Pórcia. Esta última comenta com sua amiga e serva Nerissa, que apenas um pretendente lhe agradara – Bassânio, um veneziano que ela havia conhecido quando seu pai ainda era vivo. Nerissa diz à amiga que somente ele seria digno do amor de sua ama; Pórcia afirma que sim.

Na sequência temos o encontro entre Bassânio e Shylock em uma praça de Veneza, em que o primeiro solicita os três mil ducados emprestados ao segundo, num período de três meses, e coloca Antônio enquanto fiador. Hesitando em lhe emprestar a quantia solicitada, Shylock coloca inúmeras dificuldades; todavia, a razão era motivada pelo sentimento de raiva e ódio que possuía de Antônio, que era cristão e, para fazer tal negócio sem obter lucro, não seria vantajoso aos seus negócios. Mesmo assim, Shylock vê uma boa oportunidade para se vingar de Antônio, uma vez que este o maltratava, zombava e cuspiam em sua face.

Assim, Shylock pede para que chame Antônio com o intuito de discutirem sobre o empréstimo do dinheiro. Após isso, Antônio entra em cena, ele e Shylock discutem e por fim, decidem celebrar um contrato, em que Shylock se dispõe a lhe emprestar o dinheiro, conquanto que o valor seja pago até a data limite – se não o fizesse, teria de pagar uma multa com uma libra de sua própria carne. Antônio aceita as condições impostas por Shylock, pensando que essa seria uma boa ação ao agiota judeu, pois ele não obteria juros com o empréstimo. Bassânio tenta impedir a celebração do contrato, mas Antônio já havia fechado a negociação, certo de que em um mês conseguiria efetuar o seu pagamento. Shylock, então, sai para preparar o contrato e trazer o valor da transação.

No segundo ato temos a retomada da escolha de uma das caixas pelos pretendentes de Pórcia. Além disso, há a apresentação de Lancelote Gobo, criado de Shylock que não gosta de trabalhar na residência dele, pois era humilhado e mal pago por Shylock. Lancelote, então, conversa com seu pai, o qual diz a ele que pedirá a Bassânio para que o deixe servi-lo enquanto criado; Bassânio aceita, com a condição de que Lancelote peça demissão a Shylock e diga ao mesmo que irá servir a Bassânio. Nesse mesmo ato, Graciano pede para que Bassânio o deixe ir com ele a Belmonte. Bassânio cede ao pedido do amigo, mas o adverte dizendo para ser prudente durante a viagem e, em seguida os dois combinam de se encontrarem na ceia.

Após isso, Shylock aparece em um dos quartos de sua casa onde entram Jessica, filha de Shylock, e Lancelote. Jessica entrega uma correspondência a Lancelote para que ele a entregue a Lourenço, por quem ela está apaixonada. Shylock não desconfia do amor nutrido entre sua filha e o cristão Lourenço, pois ele nunca aprovaria a união entre ambos. Em uma rua de Veneza, Lancelote entrega a carta de Jessica a Lourenço, na qual Jessica explica como farão para fugirem.

Lancelote retorna à casa de Shylock, pede sua demissão e o convida, a mando de seu novo amo, Bassânio, para cear com ele. Shylock fica pensativo antes de responder o convite, mas decide aceitá-lo, mesmo indo contra sua vontade. Ele, então, pede à filha para que fechasse as portas e as janelas, pois não queria que ela visse a festa dos cristãos. No banquete realizado na casa de Bassânio, Graciano e Salarino entram de máscaras, enquanto Lourenço e seus amigos vão à casa de Shylock, com a mesma fantasia, para ajudarem na fuga de Jessica. Ela, por sua vez, se fantasia de pajem e, antes de fugir, pega dois sacos de ducados de seu pai – todos seguem para a casa de Bassânio.

Adiante, temos em Belmonte a apresentação ao Príncipe de Marrocos das caixas com suas instruções. Ele escolhe a caixa de ouro, onde encontra uma caveira e um papel com alguns dizeres; então, ele se despede de Pórcia e parte. Em Veneza, Salarino e Salânio comentam a viagem de Bassânio e Lourenço a Belmonte, a fuga de Jessica, filha do judeu, com um cristão, e a quantia roubada por eles. Salarino e Salânio conversam, também, sobre os boatos acerca do naufrágio de navios – eles desconfiam que tais navios sejam de Antônio e correm para alertá-lo do ocorrido. Enquanto isso, em Belmonte, Pórcia recebe o Príncipe de Aragão, explicando as condições do testamento de seu pai. O Príncipe reflete sobre os dizeres das caixas e, então, escolhe a caixa de prata, onde encontra um retrato de um idiota; indignado, ele se retira. Nesse momento, um criado se aproxima e a avisa da chegada de mais um pretendente – Bassânio.

Já no terceiro ato, Salarino e Salânio continuam conversando sobre os rumores do naufrágio dos navios, se realmente eram de Antônio. Nesse momento, entra um criado que pretende conversar com eles, que saem na sequência. Nesse instante, Shylock pergunta a Tubal, amigo judeu de Shylock, se havia notícias de sua filha e de seu dinheiro. Então, Tubal diz a Shylock sobre os rumores do naufrágio dos navios de Antônio; Shylock se alegra, pois dessa forma poderá cobrar sua libra de carne conforme consta em seu contrato, além de poder se vingar de Antônio pelos insultos realizados por ele ao longo dos anos.

Em Belmonte, Bassânio, juntamente com Graciano, vai ao encontro de Pórcia. Bassânio pede a ela para que o leve até às caixas, no intuito que ele faça sua escolha. Pórcia pede aos seus criados para tocarem uma música, para que Bassânio reflita sobre qual caixa escolher. Bassânio, então, pensa e faz sua escolha pela caixa de chumbo. A caixa é, então, aberta, e dentro dela há o retrato de Pórcia, a qual faz juras de amor a Bassânio e diz que, a partir daquele momento, sua casa, seus criados e ela pertenciam a ele. Ela lhe entrega um anel, a fim de selar seu noivado, e eles se preparam para o casamento. Graciano aproveita a oportunidade para pedir Nerissa (amiga de Pórcia) em casamento – eles confirmam o amor de ambos, e Bassânio e Pórcia alegram-se com tal união. Um mensageiro chega nesse momento e entrega uma carta de Antônio a Bassânio, informando-lhe que havia perdido seus navios e sobre a quantia para efetuar o pagamento do empréstimo feito com o agiota judeu, cujo pagamento seria lhe entregar a libra de carne.

Bassânio relata à Pórcia sobre o ocorrido. Ela ordena que ele pegue o dobro do valor e volte a Veneza, após o casamento, para socorrer seu amigo, Antônio. Após o casamento, Bassânio, Graciano, Pórcia e Nerissa saem para Veneza – estas últimas, fantasiadas de homem. Em Veneza, Shylock exige o pagamento do contrato e Antônio diz que não há como debitá-lo. Shylock, então, pede para que o carcereiro prenda Antônio e o leve diante do Doge de Veneza para que este possa presidir um tribunal de justiça.

No quarto ato forma-se a corte de justiça em que o Doge e os senadores de Veneza constituem o tribunal para julgarem a causa de Shylock. O Doge solicita a Shylock que perdoe a dívida de Antônio e o deixe ir; no entanto, Shylock recusa o pedido. O Doge, por sua vez, pergunta a Shylock se ele espera receber perdão, mas ele se mostra incapaz de perdoar. Nesse momento, o Doge anuncia que aguarda a chegada de um doutor das leis, para que o ajude a presidir o tribunal. Bassânio, então, entra na corte e diz ao judeu que efetuará o pagamento da dívida em dobro, mas Shylock recusa a oferta e insiste em cobrar a multa estimulada em seu contrato, pois esse era um direito seu.

Salarino avisa ao Doge que há um mensageiro e que traz consigo uma carta; o Doge, então, pede para que o mande entrar. Nerissa, vestida de trajes de escrivão, entra no tribunal e lhe entrega a carta dizendo que o doutor Belário não poderia comparecer devido a problemas de saúde, mas que havia enviado um jovem e educado doutor no seu lugar, chamado Baltasar (era Pórcia vestida de advogado). Baltasar solicita a Shylock o contrato, o qual havia celebrado com Antônio; ele (ela disfarçada) o examina cuidadosamente, mas não encontra nenhuma falha; então, concede a Shylock sua libra de carne. Shylock se alegra com a sábia decisão do jovem advogado, pega sua faca e se prepara para obter seu pagamento, quando Baltasar o interrompe perguntando-lhe se havia trazido um cirurgião para estancar o fluxo de sangue. Todavia, Shylock diz ao sábio advogado que no contrato não diz nada a respeito de trazer um médico. Então, Baltasar informa-lhe que ele pode obter o que era seu por direito, mas que, se ele derramasse uma gota de sangue cristão, Veneza poderia legalmente confiscar suas terras e riquezas.

Incapaz de se sujeitar à lei, segundo propõe Baltasar, Shylock muda de ideia e pede o valor em dobro oferecido por Bassânio; porém, o sábio advogado recusa o pedido, afirmando que já havia dado a sentença – havia concordado com o contrato e que ele tinha de ser cumprido. Frente às circunstâncias, Shylock decide perdoar a dívida de Antônio e tenta abandonar a corte. Baltasar recusa, novamente, seu pedido, explicando-lhe que a lei de Veneza diz que, se algum estrangeiro conspirar contra a vida de um veneziano, metade da sua riqueza vai para o homem contra o qual conspirou, a outra é confiscada pelo Estado como multa e o Doge possui poder de vida ou de morte sobre ele – o estrangeiro.

O Doge decide perdoar Shylock; no entanto, este afirma que preferia a morte a perder tudo o que havia conquistado ao longo dos anos. Antônio pede à corte que restitua a multa de metade da riqueza destinada a ele com as seguintes condições: Shylock deveria se converter ao cristianismo e deixar tudo que possuía como dote à sua filha (Jessica) e ao seu genro (Lourenço). Shylock, mesmo contrariado, aceita a proposta e se retira da corte. Após o julgamento, Bassânio agradece ao doutor Baltasar pelo seu trabalho e lhe oferece qualquer coisa como pagamento pelo serviço prestado a seu amigo Antônio. Baltasar, então, pede-lhe o anel que havia ganhado de sua amada Pórcia como prova de seu amor.

No quinto ato Bassânio, entristecido, entrega o anel ao jovem doutor Baltasar. Pórcia e Nerissa retornam a Belmonte, sendo que Lourenço e Jessica se instalaram naquela cidade, onde viviam confortavelmente. Logo após o retorno de Pórcia e Nerissa, Bassânio e Graciano chegam a Belmonte, num alegre encontro de casais – Pórcia e Bassânio e Nerissa e Graciano. Pórcia, então, pergunta ao seu esposo sobre o anel, pois havia percebido que ele chegara sem

o adorno. Bassânio narra o que havia ocorrido em Veneza, e Pórcia o perdoa após ele dar sua palavra de fidelidade a ela. Em seguida, Pórcia entrega o anel a Antônio e pede a ele para que o entregue a Bassânio. Por fim, Pórcia conta toda a verdade sobre Baltasar – a ação dramática termina com os três casais felizes.

Para melhor entendermos os discursos-outros que perpassam o evento singular da constituição sujeitudinal da IESP no interior da enunciatividade literária construímos, quatro matrizes. Elas são compostas pelas unidades de análise (enunciados) e foram construídas a fim de apreendermos, por meio da opacidade da materialidade linguística, os discursos-outros subjacentes à língua(gem).

MATRIZ ENUNCIATIVA 1: DISCURSO ECONÔMICO		
Base Material	Enunciado Operador	Síntese da Percepção
<p>Shylock: Três mil ducados? Bem. (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 27)</p> <p>Shylock: Por três meses? Bem. (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 28)</p> <p>Shylock: Antônio será fiador? Bem. (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 28)</p> <p>Shylock: Três mil ducados por três meses e Antônio como fiador. (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 28)</p> <p>Shylock: Oh, não, não, não. Minha intenção, dizendo que é bom, é fazer-vos compreender que o tenha na opinião de solvente. Contudo, os recursos dele são hipotéticos; tem um galeão destinado a Trípoli, outro a caminho das Índias; soube, além disso, no Rialto, que tem um terceiro no México, e um quarto rumo à Inglaterra. Possui ainda outros espalhados em longíquas regiões. Mas, os navios não passam de tábuas, os marinheiros, de homens. [...]</p> <p>Penso que posso aceitar a promissória.</p>	<p>E1: Três...</p> <p>E2: Por três meses?</p> <p>E3: fiador?</p> <p>E4: Três mil ducados por três meses e Antônio como fiador.</p> <p>E5: ...tem um galeão destinado a Trípoli, outro a caminho das Índias; soube, além disso, no Rialto, que tem um terceiro no México, e um quarto rumo à Inglaterra. Possui ainda outros espalhados em longíquas regiões. Mas, os navios não passam de tábuas, os marinheiros, de homens. [...]</p> <p>Penso que posso aceitar a promissória.</p>	<p>Nos enunciados E1 a E23 temos a demarcação de lugares ocupados pela IESP na classe e o lugar social a qual ela está inscrita no interior da ação dramática shakespeariana.</p>

(SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 28)

Shylock: Estou fazendo o cálculo do capital que tenho disponível no momento, e, por uma avaliação feita de memória, vejo que me é impossível reunir imediatamente a soma de três mil ducados. Que importa? Tubal, rico hebreu de minha tribo, fornecer-me-á o que precisar... Mas, devagar... Por quantos meses desejais essa quantia? (*Dirigindo-se a Antônio*) Que a sorte vos proteja, meu bom signior. O nome de Vossa Senhoria estava juntamente em nossos lábios. (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 30)

Shylock: Sim, sim, três mil ducados. (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 30)

Shylock: Havia esquecido... Três meses, assim me dissestes. Aliás, vossa promissória... Ah, vejamos... Mas... Escutai! Acabais de dizer, parece-me, que não emprestais, nem pedis emprestado a juros. (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 30)

Shylock: Três mil ducados é uma soma bem grande. Três meses de doze... Então, preciso ver; o juro... (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 31)

Shylock: Signior Antônio, muitas e muitas vezes, no Rialto, vós me maltratastes a propósito de meu dinheiro e dos lucros que o faço produzir; mesmo assim, tudo suportei com paciente encolher de ombros, porque a resignação é a virtude característica de toda nossa tribo. Vós me chamastes de infiel, cão assassino e cuspistes em meu gabão de judeu; tudo isso, pelo uso que fiz do que me pertence. Muito bem; parece que hoje necessitais de meu auxílio. Avante, pois! Vinde a mim e me dizeis: “Shylock, teríamos necessidade de dinheiro”. Dizeis isso, vós expelistes vossa saliva sobre minha barba e que me expulsastes a pontapés, como enxotaríeis de vossa porta um cão

E6: Estou fazendo o cálculo do capital que tenho disponível no momento, e, por uma avaliação feita de memória [...]

...rico hebreu...

E7: ... três mil ...

E8: Aliás, vossa **promissória...** Ah, vejamos... Mas... Escutai! Acabais de dizer, parece-me, que não **emprestais, nem pedis emprestado a juros.**

E9: Três **mil ducados...** Três meses de doze... Então, preciso ver; **o juro...**

E10: ...vós me maltratastes a propósito de **meu dinheiro** e dos **lucros** que o faço produzir; mesmo assim, tudo suportei com paciente encolher de ombros, porque a resignação é a virtude característica de toda nossa tribo. Vós me chamastes de infiel, cão assassino e cuspistes em meu gabão de judeu; tudo isso, pelo uso que fiz do que me pertence...

<p>vagabundo. Pedis dinheiro. Que devo dizer-vos? Não deveria responder: “Um cão tem dinheiro? É possível que um cão tihoso vos empreste três mil ducados?” Ou, então, devo inclinar-me profundamente e, com um tom servil, prendendo minha respiração num murmúrio de humildade, dizer-vos isto: “Arrogante senhor, cuspistes sobre mim na última quarta-feira; vós me expulsastes a pontapés em tal dia; noutra ocasião me chamastes de cão; por todas essas amabilidades, devo emprestar-vos tanto dinheiro?” (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 32)</p> <p>Shylock: Pois desejo provar-vos essa generosidade. Vinde comigo a um notário, lá assinarei simplesmente uma caução. E, por brincadeira, será estipulado que, se não pagardes em tal dia, em tal lugar, soma ou as somas combinadas, a penalidade consistirá numa libra exata de vossa bela carne, que poderá ser escolhida e cortada de não importa que parte de vosso corpo que for de meu agrado. (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 33)</p> <p>Shylock: Então, esperai-me daqui a pouco no notário; dai-lhe as instruções necessárias para esse divertido documento e, quando chegar, eu vos embolsarei imediatamente os ducados. Quero dar uma vista de olhos em minha casa que deixei sob a perigosa guarda de um servidor descuidado e, imediatamente, estarei convosco. (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 33)</p> <p>Shylock: É um bom rapaz, mas come demais, lento para o trabalho como um caracol e dorme de dia mais do que um gato montês. Os zangãos não podem pertencer à minha colmeia. Logo, assim, me separo dele e o deixo para que sirva a certa pessoa, a quem quisera que ajudasse a gastar dinheiro emprestado...</p>	<p>E11: Pois desejo provar-vos essa generosidade. Vinde comigo a um notário, lá assinarei simplesmente uma caução.</p> <p>E, por brincadeira, será estipulado que, se não pagardes em tal dia, em tal lugar, soma ou as somas combinadas, a penalidade consistirá numa libra exata de vossa bela carne, que poderá ser escolhida e cortada de não importa que parte de vosso corpo que for de meu agrado.</p> <p>E12: ...eu vos embolsarei imediatamente os ducados...</p> <p>E13: É um bom rapaz, mas come demais, lento para o trabalho como um caracol e dorme de dia mais do que um gato montês. [...] Quem guarda, logo encontra. Eis um provérbio que nunca envelhece para um espírito econômico.</p>	
---	---	--

Vamos, Jessica, ide para dentro; talvez, volte daqui a pouco; faz como disse, fecha as portas atrás de ti. Quem guarda, logo encontra. Eis um provérbio que nunca envelhece para um espírito econômico. (SHAKESPEARE, 2006, ato II, cena V, p. 50)

Shylock: Para cevar os peixes. Se para mais nada servir, alimentará minha vingança. Ele me cobriu de opróbrio, impediu-me de ganhar meio milhão; riu-se de minhas perdas, ridicularizou meus lucros, menosprezou minha nação, dificultou meus negócios, esfriou meus amigos, esquentou meus inimigos; e, que razão tem para fazer tudo isso? Sou um judeu. Então, um judeu não possui olhos? Um judeu não possui mãos, órgãos, dimensões, sentidos, afeições, paixões? Não é alimentado pelos mesmos alimentos, ferido com as mesmas armas, sujeito às mesmas doenças, curado pelos mesmos meios, aquecido e esfriado pelo mesmo verão e pelo mesmo inverno que um cristão? Se nos picais, não sagramos? Se nos fazeis cócegas, não rimos? Se nos envenenais, não morremos? E se vós nos ultrajado por um judeu, onde coloca ele a humildade? Na vingança. Quando um judeu é ultrajado por um cristão, de acordo com o exemplo cristão, onde deve ele pôr a paciência? Ora essa, na vingança! A perfídia que me ensinais, eu a porei em prática ficarei na desgraça, se não superar o ensino que me destes. (SHAKESPEARE, 2006, ato III, cena I, p. 63)

Shylock: Tu me apunhalas... Jamais verei meu ouro. Oitenta ducados de uma vez! Oitenta ducados! (SHAKESPEARE, 2006, ato III, cena I, p. 65)

Shylock: Maldita seja! Tu me atormentas, Tubal. Era minha turquesa. Eu a adquiri de Lia quando era solteiro; não a teria dado por uma selva de macacos. (SHAKESPEARE, 2006, ato III, cena I, p. 66)

E14: ... Se para mais nada servir, alimentará minha vingança. ...ridicularizou **meus lucros**, menosprezou minha nação, dificultou meus negócios...

Sou um judeu. Então, um judeu não possui olhos? Um judeu não possui mãos, órgãos, dimensões, sentidos, afeições, paixões?...

E se vós nos ultrajado por um judeu, onde coloca ele a humildade? Na vingança. Quando um judeu é ultrajado por um cristão, de acordo com o exemplo cristão, onde deve ele pôr a paciência?...

E15: Jamais verei meu ouro. Oitenta ducados de uma vez! Oitenta ducados!

E16: Era minha turquesa.

<p>Shylock: Mesmo que cada um desses seis mil ducados fossem divididos em seis partes e mesmo que cada uma dessas partes fosse um ducado, eu não os receberia; quero o cumprimento do meu contrato. (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 87)</p> <p>Shylock: Para cortar o que esse arruinado deve, de acordo com o estipulado. (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 89)</p> <p>Shylock: Isto está especificado na caução? (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 94)</p> <p>Shylock: Não penso assim; não está consignado no contrato. (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 94)</p> <p>Shylock: Aceito, então, o oferecimento... Pagai-me três vezes o valor da caução e deixai que o cristão seja posto em liberdade. (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 96)</p> <p>Shylock: Dai-me o meu capital e deixai-me ir embora. (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 97)</p> <p>Shylock: Não conseguirei nem mesmo o capital? (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 97)</p>	<p>E17: ...quero o cumprimento do meu contrato.</p> <p>E18: ...de acordo com o estipulado.</p> <p>E19: especificado na caução?</p> <p>E20: não está consignado no contrato.</p> <p>E21: Pagai-me três vezes o valor da caução e deixai que o cristão seja posto em liberdade.</p> <p>E22: Dai-me o meu capital e deixai-me ir embora.</p> <p>E23: Não conseguirei nem mesmo o capital?</p>	
--	--	--

Os enunciados **E1** a **E23** nos revelam o lugar social ocupado pela IESP, uma função econômica na sociedade veneziana e, por consequência disso, um lugar econômico no seu interior. Esse lugar, por sua vez, revela a organização social da Europa medieval, pois nos centros urbanos a sociedade era organizada hierarquicamente: havia a nobreza, composta por doges, cavaleiros, comerciantes etc.; o clero, que possuía grande influência sobre a sociedade (representava a figura do *Todo-Poderoso* na terra); e os camponeses, artesãos, artistas etc. (desempenhavam as atividades de produção dos bens de consumo e de outras atividades não desenvolvidas pela nobreza e pelo clero, como, por exemplo, a agiotagem).

A agiotagem é de suma importância, pois explicita o lugar específico ocupado pela IESP no interior da enunciatividade literária, assim como seu lugar socialmente (de)marcado, uma vez que ela era abominada pela nobreza veneziana e pela igreja. Os indivíduos acreditavam que ela era uma atividade ociosa (atividade sem realização trabalho físico) e pecaminosa – segundo a tradição cristã, é por meio do trabalho físico que se alcança a aprovação de Deus e a salvação, conforme a Bíblia: “No suor do teu rosto, comerás o teu pão” (Gn., 3:19).

Logo, a agiotagem era considerada uma prática indigna e proibida aos cristãos, mas, mesmo assim, era desempenhada pelos judeus, os quais eram obrigados a viverem em guetos e não podiam desenvolver nenhuma atividade mercantil – eles não eram considerados cidadãos venezianos. É, portanto, a partir desse lugar econômico socialmente demarcado que podemos explicitar o atravessamento do discurso econômico, caracterizado pelas relações monetárias entre os indivíduos, pela busca de acúmulo de capital e pela instauração da luta de classes. Sendo assim, por meio desse discurso evidenciamos que o lugar ocupado pela IES é caracterizado pela atividade econômica realizado por ela, bem como pelo seu lugar na classe; portanto, tais lugares se legitimam na (e por meio da) prática social desempenhada por ela no interior da ação dramática.

No interior do *ethos* social, a IESP ocupa o lugar da classe social desprestigiada, marginalizada e excluída socialmente, culturalmente e religiosamente, uma vez que suas práticas sociais eram ilegítimas, segundo a norma veneziana. Os judeus não eram reconhecidos enquanto cidadãos, mas eram vistos como estrangeiros, sendo desprovidos do direito à expressão de suas atividades em solo veneziano. Antônio representava, porquanto, a classe mercantil, legítima, devota aos preceitos de Deus perpassados pelas virtudes cristãs como, por exemplo, a caridade, a clemência, a piedade e a solidariedade.

Nota-se que a divisão de classes, no interior da ação dramática, se dá pela tensão instaurada entre Shylock (agiota, judeu e estrangeiro) e Antônio (mercador, cristão e cidadão veneziano), bem como pelas outricidades²⁸ que participam dessa ação. Além de explicitar a tensão que se instaura no interior do universo shakespeariano, temos, também, a manifestação das posições-sujeito ocupadas pela IESP, pois há a materialização desses lugares no (e pelo) Discurso Literário. Esse discurso, por sua vez, concretiza a ação, a atitude e a projeção (representação) da IESP no interior desse universo, haja vista que a IESP é interpelada, também, pela ideologia mercantilista. Dito de outra forma, o discurso econômico nos permite

²⁸ As outricidades correspondem às outras instâncias sujeitos que interpelam a IESP no interior do universo shakespeariano.

explicitar a relação de troca entre bens e mercadoria; por isso que o valor monetário (três mil ducados = uma libra de carne) desempenha papel fundamental no surgimento do sujeito discursivo na enunciatividade literária shakespeariana.

O atravessamento do discurso econômico assevera o lugar socialmente determinado, ocupado pela IESP no interior da enunciatividade literária, sob a forma-sujeito judeu, na tensão com a forma-sujeito desejante (desejo de assumir uma posição do outro; uma posição-sujeito outra – Antônio) e pelas relações sociais engendradas no interior da sociedade europeia. Portanto, a partir da análise dos E1-E23 temos “acesso” à “[...] materialidade do discurso e do sentido” (PÊCHEUX, 1988, p. 161), em que o lugar ocupado pela IESP produz um efeito de sentido – a IESP enuncia no interior da FDR sob a forma-sujeito judeu. Esse efeito de sentido se caracteriza pelo desejo de assumir uma posição-sujeito outra, o que denominamos de posição-sujeito desejante, em relação à outricidade (Antônio) que a interpela pelas posições sociais, políticas e ideológicas que emergem nas relações de classe instauradas na tessitura enunciativa shakespeariana.

Desse modo, a seguir apresentaremos as matrizes 2, 3 e 4, respectivamente, a fim de explicitarmos a reflexão e a refração dos discursos renascentista, religioso e o político no processo subjetivo em análise.

MATRIZ ENUNCIATIVA 2: DISCURSO RENSCENTISTA		
Base Material	Enunciado Operador	Síntese da Percepção
<p>Shylock: Antônio é bom. (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 28)</p> <p>Shylock: Quero ficar certo e, para certificar-me, preciso refletir... Posso falar com Antônio? (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 29)</p> <p>Shylock: Não saberia dizer; faço que se reproduzam tão depressa também; mas, tomai bem nota do que digo, signior. (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 31)</p> <p>Shylock: Quem te mandou chamar? Não disse que chamasses ninguém. (SHAKESPEARE, 2006, ato II, cena V, p. 48)</p> <p>Shylock: E eu a dele. (SHAKESPEARE, 2006, ato II, cena V, p. 49)</p>	<p>E24: Antônio é bom.</p> <p>E25: ...preciso refletir...</p> <p>E26: ...tomai bem nota do que digo, signior.</p> <p>E27: Quem te mandou chamar?</p> <p>E28: E eu a dele.</p>	<p>Os enunciados E24 a E36 demarcam a forma história de Shylock na dispersão histórico-temporal do acontecimento enunciativo.</p>

<p>Shylock: Sabereis, melhor do que ninguém, a fuga de minha filha. (SHAKESPEARE, 2006, ato III, cena I, p. 62)</p> <p>Shylock: Então, Tubal? Quais são as novidades de Gênova? Encontraste minha filha? (SHAKESPEARE, 2006, ato III, cena I, p. 64)</p> <p>Shylock: Não estou obrigado a agradecer-vos com minha resposta. (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 87)</p> <p>Shylock: Existe um homem que odeie o que não quer matar? (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 87)</p> <p>Shylock: Não, nenhuma que possa ter imaginado por inteligência. (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 89)</p> <p>Shylock: Shylock é meu nome. (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 91)</p> <p>Shylock: Tenho uma já pronta. (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 94)</p> <p>Shylock: Não, tomai minha vida e tudo mais. Não escuseis isso mais do que o resto. Apoderai-vos de minha casa quando me tirais o apoio que a sustém; vós me tirais a vida, quando me privais dos meios de viver. (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 98)</p>	<p>E29: Sabereis, melhor do que ninguém...</p> <p>E30: Tubal... Gênova...</p> <p>E31: Não estou obrigado a agradecer-vos com minha resposta</p> <p>E32: Existe um homem que odeie o que não quer matar?</p> <p>E33: Não, nenhuma que possa ter imaginado por inteligência.</p> <p>E34: Shylock é meu nome.</p> <p>E35: Tenho uma já pronta.</p> <p>E36: Não, tomai minha vida e tudo mais. [...] vós me tirais a vida, quando me privais dos meios de viver.</p>	
---	---	--

Conforme Pêcheux (1988) postula, “[...] a ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (PÊCHEUX, 1988, p. 183 – grifos do autor). Ao compreendermos a forma-sujeito, percebemos que a IESP se reveste das formas-sujeitos (judeu e desejante) para se constituir sujeito na dinamicidade enunciativo-literária, se inscrever na FDR e ocupar uma posição-sujeito no interior da referida FD.

Observamos que os enunciados **E24** a **E36** denotam a projeção estereotipada do povo judeu simbolizada por Shylock. Eles eram caracterizados enquanto usurários, frios, egoístas, vingativos, soberbos, depreciativos, entre outros aspectos. Enquanto isso, os mercadores, a

nobreza, os magistrados e o clero representavam a bondade, a justiça, a piedade, a misericórdia etc.

Além dessa imagem construída da IESP, projetada pela incidência do olhar renascentista sob ela, temos a projeção de sua imagem configurada como demoníaca – o diabo, conforme podemos observar a partir dos enunciados de Antônio e Lancelote, respectivamente: “Antônio: – Notai isto, Bassânio, o diabo pode citar as Escrituras para justificar seus fins” (SHAKESPEARE, 2006, p. 31); “Lancelote: – [...] Certamente, o judeu é o próprio diabo encarnado [...]” (SHAKESPEARE, 2006, p. 37). Essa imagem também aparece pelo enunciado proferido por Bassânio no tribunal, quando ele tentava ajudar seu amigo: “Tudo sacrificarei, tudo perderei para liberta-te desse diabo” (SHAKESPEARE, 2006, p. 95). Tais enunciados nos revelam a expressividade do antissemitismo que constituía a sociedade veneziana, assim como sua manifestação nas (e pelas) relações humanas da época.

Desse modo, a IESP, segundo o olhar do outro (Antônio) incidindo sobre ela, ocupa um lugar de maldição, de desgraçado (sem a graça de Deus) voltado aos prazeres terrenos (acúmulo de riquezas); por isso era desprezada, excluída pela sociedade cristã de Veneza. Logo, nota-se que a imagem da IESP se dá devido os judeus serem desprovidos das virtudes de um bom cristão, conforme a figuração de Antônio no interior da ação dramática – amoroso, piedoso, justo, servil (apto a servir ao próximo) –, o que os torna desprovidos, também, da graça de Deus, sendo indignos de respeito, prestígio e aceitação social.

Ao enunciar, a IESP evoca para si toda a figuração/projeção do imaginário renascentista, ou seja, a construção da imagem feita pela sociedade renascentista sobre os judeus, bem como dos comportamentos esperados deles. A (re)constituição da instância-sujeito se dá pelo outro, pelo olhar dela via outro materializados pela concretude discursivo-linguística (enunciados) e pelas relações de classe que se instauram no interior da discursividade literária. Estas, por sua vez, estão “fixadas” nas (e pelas) práticas desempenhadas pelo sujeito no interior da ação dramática em que se encontra circunscrito. Todavia, ressaltamos que as práticas sociais na Idade Média eram balizadas pelas Escrituras Sagradas, isto é, as relações humanas, no renascimento, eram pautadas nas virtudes cristãs ensinadas pelo clero.

É, portanto, sob a forma-sujeito judeu que a IESP evidencia suas atitudes, ações e práticas sociodiscursivas no interior da tessitura literária, conforme podemos apreender no **E34**, bem como de seu papel econômico (usurário) no interior da sociedade – ele era delineado por sua inscrição religiosa (judaica ou cristã), tornando-se ou não notável, apreciado ou não, pelo grupo social do qual fazia parte.

Assim sendo, o discurso renascentista corresponde ao lugar (de)marcado socialmente – relação de classes – ocupado ou não por uma instância-sujeito no interior da luta de classes. Além disso, as construções sentidurais instauradas pelas posições-sujeitos ocupadas pela IESP, ou seja, as palavras, os dizeres, os enunciados e os discursos “[...] não são apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2004, p. 33) – são elementos da “[...] criação ideológica – ato material e social [...]” (*op.cit.*, p. 34) das relações humanas.

Adiante, apresentamos a terceira matriz enunciativa, em que apreendemos a incidência do Discurso Religioso, sua relevância na hierarquização das relações sociomercantilistas e na cosmovisão de si pelo olhar do outro e o olhar do outro sobre si diante do mundo. Tais elementos podem ser explicitados por meio do exame dos enunciados, pois, conforme Bakhtin e Volochinov (2004), “[...] a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2004, p. 36).

MATRIZ ENUNCIATIVA3: DISCURSO RELIGIOSO		
Base Material	Enunciado Operador	Síntese da Percepção
<p>Shylock: Sim, para sentir o cheiro do porco! Para comer na casa em que vosso profeta, o Nazareno, fez entrar o diabo por meio de exorcismos! Quero comprar convosco, vender convosco, falar convosco, passear convosco, beber convosco, nem orar convosco. Quais são as notícias do Rialto? Quem está chegando? (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 29)</p> <p>Shylock: (À parte) Como se parece com um hipócrita publicano! Eu o odeio, porque é cristão, muito mais ainda, porém, porque, em sua vil simplicidade, empresta dinheiro grátis e faz assim abaixar a taxa da usura em Veneza. Se algum dia conseguir agarra-lo, saciarei o velho ódio que sinto por ele. Ele odeia nossa santa nação e até no lugar onde reúnem os mercadores me ridiculariza, bem como minhas operações, meus legítimos lucros que ele chama de juros. Maldita seja minha tribo, se eu o perdoar! (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 29)</p>	<p>E37: [...] Para comer na casa em que vosso profeta, o Nazareno [...].</p> <p>E38: [...] hipócrita publicano! Eu o odeio, porque é cristão [...].</p> <p>Ele odeia nossa santa nação e até no lugar onde reúnem os mercadores me ridiculariza, bem como minhas operações, meus legítimos lucros que ele chama de juros. Maldita seja minha tribo, se eu o perdoar!</p>	<p>De E37 a E61, os enunciados demarcam a dialogia bíblica que a voz estética utiliza para engendrar a tessitura estético-artística por meio da qual se instaura a metadiscursividade da ação dramática. A meta discursividade se caracteriza pelos “já-ditos” e discursos de outrem materializados na manifestação linguageira de uma dada instância.</p>

<p>Shylock: Quando Jacó levava a pastar os carneiros de seu tio Labão, graças ao que por ele fez sua prudente mãe, esse Jacó foi o terceiro patriarca de nosso santo Abraão; sim, foi o terceiro... (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 30)</p> <p>Shylock: Não, não emprestava a juros, não emprestava diretamente a juros, como diríeis. Escutai bem o que fazia Jacó. Labão e ele haviam-se comprometido a que todos os cordeiros acabados de nascer listados e malhados seriam o salário de Jacó. Quando, no final do outono, os machos em cio iam atrás das fêmeas e a obra da geração se efetuava entre os lanudos serem, o astuto pastor tirava a casca de certas varinhas, e, no momento em que se verificava o trabalho da Natureza, apresentava-as às ovelhas lascivas, que concebiam naquele momento, e na época de parir davam à luz cordeiros de cores variadas, que passavam para o poder de Jacó. Esta era uma maneira de prosperar e sua ambição foi abençoada, pois o lucro é uma bênção quando não é roubado. (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 31)</p> <p>Shylock: Ah, vede como vos deixais dominar pela paixão! Tinha vontade de reconciliar-me convosco, merecer vossa afeição, esquecer as afrontas com que me manchastes, socorrer vossa necessidades presentes, sem nada cobrar por meu dinheiro e não quereis ouvir-me! Meu oferecimento é generoso. (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 32)</p> <p>Shylock: Oh, pai Abraão, como são esses cristãos! A crueldade dos atos que praticam os ensinam a suspeitar das intenções do próximo! Por favor, respondi-me isto: se por acaso ele faltar ao pagamento no dia combinado, que ganharia eu exigindo o cumprimento da</p>	<p>E39: ...Jacó... Labão... esse Jacó foi o terceiro patriarca de nosso santo Abraão; sim, foi o terceiro...</p> <p>E40: Não, não emprestava a juros, não emprestava diretamente a juros, como diríeis. Escutai bem o que fazia Jacó. [...]. Esta era uma maneira de prosperar e sua ambição foi abençoada, pois o lucro é uma bênção quando não é roubado.</p> <p>E41: Ah, vede como vos deixais dominar pela paixão!... Meu oferecimento é generoso.</p> <p>E42: Oh, pai Abraão, como são esses cristãos! A crueldade dos atos que praticam os ensinam a suspeitar das intenções do próximo! [...]. Mas, em reciprocidade por meu afeto, não me injurieis, por favor.</p>	
--	--	--

<p>condição? Uma libra de carne humana não tem preço, nem pode aproveitar tanto quanto a carne de carneiro, de boi ou de cabra. Repito-o, é para conquistar-lhe as boas graças que lhe estou fazendo esta amistosa oferta. Se quiser aceitá-la, bem; se não quiser, adeus. Mas, em reciprocidade por meu afeto, não me injurieis, por favor. (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 33)</p> <p>Shylock: Está certo. Verás como teus olhos notarão a diferença entre o velho Shylock e Bassânio. Ó Jessica! Não vais comer tanto quanto em minha casa. Ó Jessica! Nem dormir, nem roncar, nem rasgar tua libré! Ó Jessica! Estou chamando! (SHAKESPEARE, 2006, ato II, cena V, p. 48)</p> <p>Shylock: Fui convidado para cear fora, Jessica. Aqui estão minhas chaves. Mas porque deveria ir? Não é por amizade que me convidam; querem adular-me! Mesmo assim, irei, mas por ódio, para comer à custa do cristão pródigo... Jessica, minha filha, toma conta de minha casa... Tenho verdadeira repugnância em sair; estão preparando qualquer coisa contra meu repouso, pois, esta noite, sonhei com sacos de dinheiro. (SHAKESPEARE, 2006, ato II, cena V, p. 48)</p> <p>Shylock: Como! Há máscaras?... Escuta-me bem, Jessica. Aferrolha minhas portas e quanto escutares o tambor ou o silvo ridículo do pífaros de pescoço torto, não trepes nas janelas nem ponhas tua cabeça na via pública para contemplar esses loucos cristãos de semblantes envernizados, porém, ao contrário, tapa os ouvidos de minha casa, quero dizer, minhas janelas. Não deixes que o barulho inútil da dissipação entre em minha austera casa!... Pelo bastão de Jacó, juro que não</p>	<p>E43: Está certo. Verás como teus olhos notarão a diferença entre o velho Shylock e Bassânio.</p> <p>E44: Fui convidado para cear fora [...].Não é por amizade que me convidam; querem adular-me! Mesmo assim, irei, mas por ódio, para comer à custa do cristão pródigo...</p> <p>Tenho verdadeira repugnância em sair; estão preparando qualquer coisa contra meu repouso, pois, esta noite, sonhei com sacos de dinheiro.</p> <p>E45: Há máscaras?...</p> <p>Pelo bastão de Jacó, juro que não tenho nenhuma vontade de cear fora hoje de noite; mas, irei...</p>	
--	--	--

<p>tenho nenhuma vontade de cear fora hoje de noite; mas, irei... Vai na minha frente, rapaz, e podes dizer que não tardarei. (SHAKESPEARE, 2006, ato II, cena V, p. 49)</p> <p>Shylock: Que está dizendo esse imbecil da família de Agar? Hein? (SHAKESPEARE, 2006, ato II, cena V, p. 50)</p> <p>Shylock: Está condenada por causa disso. (SHAKESPEARE, 2006, ato III, cena I, p. 62)</p> <p>Shylock: Rebelarem-se, assim, minha carne e meu sangue! (SHAKESPEARE, 2006, ato III, cena I, p. 62)</p> <p>Shylock: Estou-me referindo à minha filha, que é minha carne e meu sangue. (SHAKESPEARE, 2006, ato III, cena I, p. 62)</p> <p>Shylock: Ainda um mau negócio para mim! Um falido, um pródigo, que mal se atreve a mostrar a cabeça no Rialto! Um mendigo que habitualmente vinha exhibir-se na praça!... Cuidado com a caução dele! Gostava de chamar-me de usuário. Cuidado com a caução! Gostava de emprestar dinheiro por cortesia cristã. Cuidado com a caução! (SHAKESPEARE, 2006, ato III, cena I, p. 63)</p> <p>Shylock: Ora essa! Um diamante que me custou, em Frankfurt, dois mil ducados, perdidos! Até agora a maldição não havia caído sobre nossa nação; até agora nunca a havia sentido... Dois mil ducados perdidos com esse diamante, sem contar outras joias preciosas, muito preciosas!... Desejaria que minha filha estivesse aos meus pés, morta, com as joias nas orelhas! Desejaria que ela estivesse aqui, amortalhada, aos meus pés, com os ducados no caixão!... Nenhuma notícia dos fugitivos? Não, nenhuma... E não sei</p>	<p>E46: Que está dizendo esse imbecil da família de Agar?</p> <p>E47: Está condenada por causa disso.</p> <p>E48: ...minha carne e meu sangue!</p> <p>E49: ...que é minha carne e meu sangue.</p> <p>E50: ...Cuidado com a caução! Gostava de emprestar dinheiro por cortesia cristã. Cuidado com a caução!</p> <p>E51: Até agora a maldição não havia caído sobre nossa nação; até agora nunca a havia sentido...</p> <p>E nenhuma satisfação, nenhuma vingança! Ah, só meus ombros suportam desgraças acabrunhadoras, soluços, só para meu peito, lágrimas, só para minhas faces!</p>	
--	--	--

<p>quanto foi gasto na procura. Sim, perda sobre perda! Partido o ladrão, com tanto e tanto para encontrar o ladrão! E nenhuma satisfação, nenhuma vingança! Ah, só meus ombros suportam desgraças acabrunhadoras, soluços, só para meu peito, lágrimas, só para minhas faces! (SHAKESPEARE, 2006, ato III, cena I, p. 64)</p> <p>Shylock: Como! Como! Como! Desgraça? Desgraça? (SHAKESPEARE, 2006, ato III, cena I, p. 64)</p> <p>Shylock: Graças a Deus! Graças a Deus! É verdade? É verdade? (SHAKESPEARE, 2006, ato III, cena I, p. 65)</p> <p>Shylock: Obrigado, bondoso Tubal! Boas novas! Boas novas! Ha, há! Onde? Em Gênova? (SHAKESPEARE, 2006, ato III, cena I, p. 65)</p> <p>Shylock: Sinto-me muito contente. Eu o farei padecer, torturá-lo-ei. Estou encantado. (SHAKESPEARE, 2006, ato III, cena I, p. 65)</p> <p>Shylock: Como! Desejaríeis que uma serpente vos picasse duas vezes? (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 87)</p> <p>Shylock: Um Daniel veio para julgar-nos! Sim, um Daniel! Ó jovem e sábio juiz, quanto te honro! (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 92)</p> <p>Shylock: Um juramento, um juramento! Fiz um juramento ao céu! Vou fazer minha alma ficar perjura? Não, nem por toda Veneza! (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 93)</p> <p>Shylock: (<i>À parte</i>) Eis o que são os maridos cristãos. Tenho uma filha; preferiria que ela se estivesse casado com alguém da raça de Barrabás a vê-la casada</p>	<p>E52: Desgraça? Desgraça?</p> <p>E53: Graças a Deus! Graças a Deus!</p> <p>E54: Boas novas! Boas novas!</p> <p>E55: Eu o farei padecer, torturá-lo-ei.</p> <p>E56: serpente</p> <p>E57: Um Daniel veio para julgar-nos! Sim, um Daniel!</p> <p>E58: Fiz um juramento ao céu!</p> <p>E59: Tenho uma filha; preferiria que ela se estivesse casado com alguém da raça de Barrabás a vê-la casada com um cristão.</p>	
---	--	--

<p>com um cristão. (<i>Em voz alta</i>) Estamos perdendo tempo. Por favor, terminai vossa sentença. (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 95)</p> <p>Shylock: Pois bem: que o diabo se encarregue, então, da liquidação. Não permanecerei aqui mais tempo discutindo. (SAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 98).</p> <p>Shylock: Estou satisfeito. (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 99).</p>	<p>E60: ...que o diabo se encarregue, então, da liquidação.</p> <p>E61: Estou satisfeito.</p>	
--	---	--

Nos enunciados **E37-E61** evidencia-se a posição-sujeito assumida pela IESP no interior da ação dramática, sua circunscrição na FDR, sua relevância na (e para) a diversidade de papéis sociodiscursivos e o motivo pelo qual é circunscrita nesse discurso e na FDR que a instância-sujeito se subjetiva, visto que ele se caracteriza pela presença do Sujeito (divindade), assim como de seus representantes (Abraão, Jacó, Daniel, Agar, Labão e Nazareno (Cristo)). Ocorre, dessa maneira, uma identificação pela qual a IESP se encontra circunscrita, explicitando o lugar em que ela enuncia e a voz dogmática perpassando seu dizer.

Visto que a IESP evoca esses personagens bíblicos para atribuir um caráter legitimidade, perante a lei divina, suas ações no interior da enunciatividade literária denotam que é evocado em um determinado momento pontual-singular para cada personagem bíblico – esse momento diz respeito à sua inserção no DR e à sua identificação nesse lugar. Portanto, a posição-sujeito assumida pela IESP no interior das relações sociais se dá por sua inserção nos saberes da FDR nos quais se circunscreve, isto é, o lugar social que ocupa no interior da classe. Segundo a IESP, seu ofício é um sinal da benção divina, como pode ser notado no enunciado **E40**: “[...] o lucro é uma bênção quando não é roubado” (SHAKESPEARE, 2006, ato I, cena III, p. 31).

Uma vez inscrita na FDR, a IESP ocupa um lugar outro, equiparando-se, por meio da dialogia bíblica, ao outro (Antônio) que a interpela. Esse outro (re)apresenta o lugar do desejo a ser assumido pela IESP com um lugar na hierarquia social de Veneza e esta, por sua vez, almeja ocupar esse lugar – ela deseja se constituir como instância-sujeito-cidadão de Veneza, conforme podemos observar no enunciado que se segue:

Para cevar os peixes. Se para mais nada servir, alimentará minha vingança. *Ele me cobriu de opróbrio, impediu-me de ganhar meio milhão; riu-se de minhas perdas, ridicularizou meus lucros, menosprezou minha nação, dificultou meus negócios, esfriou meus amigos, esquentou meus inimigos; e, que razão tem para fazer tudo isso? Sou um judeu. Então, um judeu não possui olhos? Um judeu não possui mãos, órgãos, dimensões, sentidos, afeições, paixões? Não é alimentado pelos mesmos alimentos, ferido com as mesmas armas, sujeito às mesmas doenças, curado pelos mesmos meios, aquecido e esfriado pelo mesmo verão e pelo mesmo inverno que um cristão? Se nos picais, não sagramos? Se nos fazeis cócegas, não rimos? Se nos envenenais, não morremos? E se vós nos ultrajado por um judeu, onde coloca ele a humildade? Na vingança. Quando um judeu é ultrajado por um cristão, de acordo com o exemplo cristão, onde deve ele pôr a paciência? Ora essa, na vingança! A perfídia que me ensinai, eu a porei em prática ficarei na desgraça, se não superar o ensino que me destes* (SHAKESPEARE, 2006, ato III, cena I, p. 63 – grifos nossos).

Percebemos o atravessamento do Discurso Religioso asseverando o poder de submissão aos preceitos da nação europeia. Por meio dessa obediência, a IESP se insere na sociedade veneziana; no entanto, nota-se que a voz estético-artística utiliza um tom irônico para construí-la ou, até mesmo, denunciar o poder exercido pela Igreja na vida dos cidadãos venezianos. O DR circunscreve a IESP no *ethos* social como, também, faz com que ela ocupe um lugar no interior dele para que possa alcançar seus objetivos – a lucratividade. Logo, a IESP se inscreve nesse lugar para garantir sua posição-sujeito no interior da discursividade veneziana.

Além dessa inserção no *ethos* social da IESP, temos esse atravessamento enquanto fio condutor do engendramento do evento singular, único e irrepetível de sua constituição. Desse modo, essa voz nos apresenta os “já-ditos”, os discursos-outros que incidem na eventualidade singular, única e historicamente (de)marcada que perpassa as relações de classes, principalmente no que diz respeito aos conflitos entre corpo e alma, assim como a similitude entre religião e política, fé e razão, bom e mal. Revelam-se, assim, as relações humanas, uma vez que elas se mostram para o outro e o outro para elas.

Destarte, notamos que ao enunciar – e sendo circunscrita no interior da FDR –, a IESP retrata e refrata os valores e a ideologia da sociedade veneziana dos meados do século XVI. Ao ser inserida na conjuntura sócio-histórico-ideológica da época, ela nos permite vislumbrar diferentes vozes e discursos que perpassam sua sujeição, bem como explicitar seu acobertamento ideológico – o DR.

Nesse ínterim, o lugar que a IESP se inscreve no interior da conjuntura enunciativa se dá por sua inserção nos saberes da FDR, bem como pela diversidade de papéis

desempenhados por eles no interior do *ethos* social veneziano, os quais são justificados por crença, preceitos prescritos no Pentateuco e sentimentos que perpassam sua constituição, quais sejam: ódio, vingança, “generosidade”, desejo de justiça etc. Dito de outra maneira, o DR funciona enquanto força motriz que propulsiona o funcionamento das demais forças – os discursos político, socioideológico e econômico – na (e para) sua constituição sujeitudinal. Logo, o DR opera como fio tensivo que impulsiona o engendramento do evento singular da constituição de Shylock enquanto IESP no interior do universo shakespeariano, pois “[...] o ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata” (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2004, p. 46).

Como a enunciatividade se funda pela heterogeneidade de vozes e discursos que constituem (e são constituídos) no interior da ação dramática em estudo, instaura-se, dessa maneira, a causalidade estética, na qual apreendemos uma diversidade de papéis desenvolvidos pela IESP, bem como a movência nessa heterogeneidade de lugares ocupados por ela no interior do processo interpelativo que incide sobre a IESP e por sua inserção no DR.

Diante dos aspectos citados, em seguida apresentaremos o discurso político perpassando a posição-sujeito ocupada pela IESP e o lugar sócio-histórico em que ela inscreve no interior da dinamicidade de sua constituição enquanto sujeito discursivo e ideológico.

MATRIZ ENUNCIATIVA 4: DISCURSO POLÍTICO		
Base Material	Enunciado Operador	Síntese da Percepção
<p>Shylock: Sim, é verdade; não há dúvida. Anda, Tubal; arranja-me um policial; contrata-o com quinze dias de antecedência. Se não pagar quero ter o coração dele, pois, uma vez fora de Veneza, poderei fazer toda a sorte de negócios que quiser. Vai, Tubal, e encontra-me em nossa sinagoga. Vai, bom Tubal. Em nossa sinagoga, Tubal! (SHAKESPEARE, 2006, ato III, cena I, p. 66)</p> <p>Shylock: Carcereiro, vigia-o. Não me faleis de clemência... Aqui está o imbecil que emprestava dinheiro grátis! Carcereiro, vigia-o. (SHAKESPEARE, 2006, ato III, cena III, p. 76)</p> <p>Shylock: Quero que as condições</p>	<p>E62: Tubal; arranja-me um policial; contrata-o com quinze dias de antecedência. Se não pagar quero ter o coração dele, pois, uma vez fora de Veneza, poderei fazer toda a sorte de negócios que quiser.</p> <p>E63: Carcereiro, vigia-o. Não me faleis de clemência...</p>	<p>De E62 a E79, os enunciados explicitam o atravessamento e o funcionamento da mentalidade renascentista, bem como da asseveração do DR incidindo sobre a tomada de posição da IESP no interior da enunciatividade literária.</p>

<p>de meu contrato sejam cumpridas; jurei que seriam executadas. Chamaste-me de cão quando não tinha razão alguma para fazê-lo; porém, visto que sou cão, tem cuidado com meus dentes. O doge me fará justiça. Espanto-me, inútil carcereiro, de que sejas tão fraco para sair com ele quando pede. (SHAKESPEARE, 2006, ato III, cena III, p. 76)</p> <p>Shylock: Quero que sejam cumpridas as condições do contrato, e não quero ouvir-te; logo, não me digas mais nada. Não farás de mim um desses pobres coitados, de olhar contrito que sacodem a cabeça, se enternecem, suspiram e cedem às instâncias dos cristãos. Não me sigas. Não quero ouvir palavras, só quero que sejam cumpridas as condições do contrato. (SHAKESPEARE, 2006, ato III, cena III, p. 76)</p> <p>Shylock: Informei Vossa Graça de minhas intenções. Jurei por nosso santo Sabá que exigiria a execução da clausura penal de meu contrato. Se me recusardes, que o dano que disso resultar recaia sobre a constituição e as liberdades de vossa cidade! Perguntar-me-eis por que prefiro tomar uma libra de carne podre em vez de receber três mil ducados. A isso não tenho o que responder senão que é porque assim quero. A resposta vos parece boa? Se minha casa for perturbada por um rato e se quiser dar dez mil ducados para desembaraçar-me dele, que pode ser alegado contra? Vejamos é ainda uma boa resposta? Há pessoas que não podem ver um leitão assado, outros que ficam loucos quando olham um gato, outros que, quando a gaita de fole lhes soa ao nariz, não podem reter urina: pois a sensação, soberana da paixão, dita-lhes o que devem amar ou detestar. Ora, aqui está a resposta que me pedis: do mesmo modo que não pode ser explicado, por qualquer razão sólida, o motivo pelo qual este tem horror de um porco assado, aquele de um gato familiar e inofensivo, este outro de uma gaita de fole que está tocando e porque todos, cedendo</p>	<p>E64: Quero que as condições de meu contrato sejam cumpridas; jurei que seriam executadas. [...] O doge me fará justiça.</p> <p>E65: quero que sejam cumpridas as condições do contrato, e não quero ouvir-te; logo, não me digas mais nada. Não farás de mim um desses pobres coitados, de olhar contrito que sacodem a cabeça, se enternecem, suspiram e cedem às instâncias dos cristãos.</p> <p>Não quero ouvir palavras, só quero que sejam cumpridas as condições do contrato.</p> <p>E66: Jurei por nosso santo Sabá que exigiria a execução da clausura penal de meu contrato.</p> <p>Se me recusardes, que o dano que disso resultar recaia sobre a constituição e as liberdades de vossa cidade!</p>	
---	---	--

<p>forçosamente a uma inevitável fraqueza, fazem sofrer por sua vez o que lhes fez sofrer, do mesmo modo não posso e não quero dar outra razão que uma raiva refletida e um horror inveterado por Antônio, afim de explicar por que sustento este processo ruinoso contra ele. Estais satisfeito com minha resposta? (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 86)</p> <p>Shylock: Que sentença devo temer, não havendo feito mal algum? Tendes entre vós numerosos escravos que comprastes e que empregais, como fossem burros, vossos cães e vossas mulas, em trabalhos abjetos e servis, porque vós os comprastes. Posso dizer-vos: dai-lhes liberdade, casai-os com vossas herdeiras? Por que estão suando debaixo de tanto peso? Por que as camas deles não são tão macias quanto as vossas? Por que não lhes servis os mesmos alimentos que os vossos? Vós me respondereis: “Os escravos nos pertencem”. Muito bem, do mesmo modo eu respondo: “Esta libra de carne que reclamo, custou-me muito dinheiro, é minha e eu a conseguirei.” Se ela me for negada, anátema contra vossa lei! Não há força nos decretos de Veneza! Quero justiça. Será que a conseguirei? Respondei. (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 88)</p> <p>Shylock: Para cortar o que esse arruinado deve, de acordo com o estipulado. (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 89)</p> <p>Shylock: Desde que tuas injúrias não apaguem a assinatura de minha caução, só farás mal aos teus pulmões perorando tão forte. Mostra teu espírito, bom jovem, senão vais cair em irremediável ruína.guardo aqui a justiça. (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 89)</p> <p>Shylock: Que meus atos caiam sobre minha cabeça! Exijo a lei, a execução da cláusula penal e o combinado em meu documento. (SHAKESPEARE, 2006, ato IV,</p>	<p>E67: Que sentença devo temer, não havendo feito mal algum?</p> <p>Se ela me for negada, anátema contra vossa lei! Não há força nos decretos de Veneza! Quero justiça. Será que a conseguirei?</p> <p>E68: esse arruinado deve, de acordo com o estipulado.</p> <p>E69: Desde que tuas injúrias não apaguem a assinatura de minha caução. [...] Aguardo aqui a justiça.</p> <p>E70: Exijo a lei, a execução da cláusula penal e o combinado em meu documento.</p>	
---	--	--

<p>cena I, p. 92)</p> <p>Shylock: Aqui está, reverendíssimo doutor, aqui está. (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 93)</p> <p>Shylock: Quando receber o pagamento de acordo com seu teor. Parece que sois um digno juiz; conheceis a lei; vossa exposição foi sólida. Eu vos intimo em nome da lei, de que sois um dos mais dignos pilares, a procederdes o julgamento. Juro por minha alma que não há língua humana que tenha bastante eloquência para fazer-me mudar. Ao conteúdo de meu contrato, eu me atenho. (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 93)</p> <p>Shylock: Oh, nobre juiz! Oh, excelente jovem! (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 93)</p> <p>Shylock: Perfeitamente certo. Oh, juiz sábio e íntegro! Sois muito mais velho do que denota vosso semblante! (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 94)</p> <p>Shylock: Sim, o peito; é o que diz o contrato, não é assim, nobre juiz? “O mais perto do coração”, tais são exatamente as palavras. (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 94)</p> <p>Shylock: Corretíssimo juiz! (SHAKESPEARE, 2006, p. 96)</p> <p>Shylock: Sapientíssimo juiz! Isto é que é uma sentença! Vamos, preparai-vos! (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 96)</p> <p>Shylock: A lei é essa? (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 96)</p> <p>Shylock: Peço-vos que me deixeis ir embora daqui. Não me sinto bem. Enviai-me a ata para minha casa que eu assinarei. (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 99)</p>	<p>E71: ...reverendíssimo doutor...</p> <p>E72: Parece que sois um digno juiz; conheceis a lei; vossa exposição foi sólida. Eu vos intimo em nome da lei, de que sois um dos mais dignos pilares, a procederdes o julgamento. Juro por minha alma que não há língua humana que tenha bastante eloquência para fazer-me mudar. Ao conteúdo de meu contrato, eu me atenho.</p> <p>E73: Oh, nobre juiz!</p> <p>E74: Oh, juiz sábio e íntegro!</p> <p>E75: ... é o que diz o contrato, não é assim, nobre juiz?</p> <p>E76: Corretíssimo juiz!</p> <p>E77: Sapientíssimo juiz! Isto é que é uma sentença!</p> <p>E78: A lei é essa?</p> <p>E79: Enviai-me a ata para minha casa que eu assinarei.</p>	
--	--	--

Por fim, nos enunciados **E62** a **E79** observamos o atravessamento do discurso político que baliza as práticas sociais desempenhadas pela IESP no interior da ação dramática, bem como direciona o seu dizer, determinando, dessa forma, seu processo subjetivo. Esse processo é direcionado pela interpelação, revelando, assim, o lugar social que ela ocupa.

A presença desse discurso nos permite explicitar a tensão instaurada na (e pela) relação entre os preceitos morais, éticos, legais ou ilegais que regem as práticas sociais das instâncias-sujeito presentes na enunciatividade literária. Ao exigir o cumprimento do contrato, a IESP evoca o discurso político a fim de legitimar sua prática. Dito de outra maneira, a inserção da IESP no discurso político retrata as relações sociais da época, como também explicita a conjuntura legal de códigos e regras morais (imperativos e interditos) estabelecidos.

Por meio desse discurso, notamos que a IESP ocupa lugar no interior do Discurso Literário e um socialmente (de)marcado no *ethos* social. Esse lugar sociodiscursivo é apreendido pela conjuntura discursiva que constitui seu dizer; logo, a heterogeneidade discursiva e a diversidade de discursos que entrecruzam o dizer da IESP determinam a posição-sujeito que ela ocupa no interior da enunciatividade literária, resultando, dessa maneira, no desdobramento da forma-sujeito-judeu em forma-sujeito-desejante. Tal afirmação nos permite apreender a movência e a heterogeneidade de sua constituição enquanto sujeito no (e do) Discurso Literário e como determinação de suas práticas sociais, culturais, econômicas, políticas e discursivas. Ocupa-se, assim, um lugar sócio-histórico-ideologicamente determinado e os diferentes papéis desenvolvidos por ela (IESP) são legitimados.

Ao se inscrever na FDR e enunciar a partir da posição-sujeito ocupada no interior do DR, a IESP é interpelada por um discurso-outro e do outro (Antônio), bem como pela incidência do olhar do outro sobre ela e o olhar de si mesma pelo outro, por meio do qual constrói uma imagem de si mesma e enuncia-se a partir do discurso-outro que a subjetiva.

Dessa forma, ao evocar o discurso político na via do fio discursivo que realiza a tessitura shakespeariana (Discurso Religioso), a IESP se circunscreve no discurso do outro a fim de agir moralmente, pautada pela ética veneziana, de modo a fazer valer seu direito (fazer cumprir a cláusula contratual celebrada entre ela e Antônio). Para isso, ela se circunscreve ou ocupa um lugar momentâneo no discurso de outrem para que seu dizer seja validado pela comunidade social na qual ela enuncia e com a finalidade de se tornar credível ao olhar do outro e/para o outro, aderindo ao seu dizer, sutilmente, a valoração divina, conforme se pode

observar no **E66**: “Jurei por nosso santo Sabá que exigiria a *execução da cláusula penal* de meu contrato” (SHAKESPEARE, 2006, ato IV, cena I, p. 86).

Vemos, então, que o discurso político é o lugar de contradição, exclusão, identificação e desidentificação, pois ele denota a desarmonia do que é legalmente aceito: a assinatura de um contrato que coloca em perigo a integridade física de um cidadão cristão e veneziano e, em contrapartida, a veracidade contratual de um documento legal em mãos de um estrangeiro judeu. Essa relação dialético-dialógico-polifônica instaura o entrecruzamento das formas-sujeito (FS-judeu e FS-desejante) que constituem a eventualidade da constituição sujeitucional da IESP no interior do universo shakespeariano e demarcam o lugar social e discursivo ocupado por ela no interior da discursividade literária que se funda.

Destacamos que os discursos religioso, político, econômico e renascentista se imbricam e se fundam na tessitura artístico-literária.

Procuramos explicitar, nesta pesquisa, o processo de subjetivação de Shylock em IESP, a fim de compreendermos que tal processo “[...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo” (FOUCAULT, 2009, p. 10). Dito de outro modo, o processo subjetivo de Shylock em IESP se dá pela dialogia instaurada como fio condutor de sua sujeição (DR) com o entrecruzamento do discurso de outrem a interpelando; denota-se, assim, a *inconclusibilidade* (BAKHTIN, 2010, p. VI) do evento singular, único e irrepetível da constituição sujeitucional da IESP e a cosmovisão shakespeariana das relações humanas e sociais da sociedade veneziana do século XVI.

Em suma, neste capítulo, procuramos explicitar:

- i) Explicitar as vozes socioideológica, econômica, política, religiosa e estética que perpassam a constituição da tessitura literária shakespeariana;
- ii) Apreender os discursos-outros (econômico, socioideológico, religioso e político) que entrecruzam e entrecortam o processo de subjetivação de Shylock em IESP, em sua circunscrição no gênero discursivo tomado como *corpus* desta dissertação;
- iv) Evidenciar a dialogia que se instaura com o Pentateuco, tomado enquanto fio condutor das práticas sociodiscursivas da IESP, da construção macrodiscursiva da ação dramática shakespeariana e da instauração da discursividade literária que emerge a partir dessa dialogia materializada na

(e pela) opacidade do acontecimento enunciativo. Em consonância com Bakhtin e Volochinov (2004),

[...] o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc. Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma *fração* de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida, à literatura, ao conhecimento, à política, etc.) (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2004, p. 123 – grifo dos autores);

- v) Pontuar o efeito ideológico interpelativo que incide sobre a IESP, o qual se instaura por meio dos diferentes papéis sócio-histórico-ideológico-discursivos desempenhados pela IESP no interior da enunciatividade literária e balizado pelo entrecruzamento com o DR;
- vi) Instaurar um gesto de leitura outro acerca do efeito subjetivo da constituição sujeitudinal de uma instância-sujeito circunscrita numa obra literária. A esse respeito, gostaríamos de finalizar esta seção com um poema de João Cabral de Melo Neto, que explica e exemplifica nossa posição acerca do estudo aqui empreendido:

*Tecendo a Manhã*²⁹

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.

De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.

A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

²⁹ MELO NETO, João Cabral de. **Tecendo a Manhã**. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/joao-cabral-de-melo-neto/tecendo-o-amanha.php>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

Esse poema é a forma que encontramos para (de)marcar nossa posição em relação ao olhar-leitor outro sobre o evento subjetivo da constituição sujeitucional de Shylock em IESP no interior do universo shakespeariano e demonstrar os encaminhamentos teórico-metodológico-interpretativos empreendidos por nós a fim de traduzir nossa visão acerca do acobertamento ideológico de uma instância-sujeito circunscrita num acontecimento discursivo.

APONTAMENTOS FINAIS

No homem sempre há algo, algo que só ele mesmo pode descobrir no ato livre da autoconsciência e do discurso, algo que não está sujeito a uma definição à revelia, exteriorizante (BAKHTIN, 2010, p. 66 – grifos do autor).

Toda criação é concatenada tanto por suas leis próprias quanto pelas leis do material sobre o qual ela trabalha. Toda criação é determinada por seu objeto e sua estrutura, e por isso não admite o arbítrio e, em essência, nada inventa, mas apenas descobre aquilo que é dado no próprio objeto (BAKHTIN, 2010, p. 73 – grifos nossos).

Neste estudo, objetivamos analisar os atravessamentos (inter)discursivos que incidem sobre o processo de constituição da IESP. Para isso, adotamos a ação dramática shakespeariana – *O Mercador de Veneza* – enquanto base linguístico-discursiva e os enunciados da personagem Shylock como *corpus*.

Tomamos a rede conceitual da Análise do Discurso, enquanto aporte teórico-metodológico do exame do *corpus*, com a finalidade de deprendermos as vozes e os discursos que perpassam o processo de constituição sujeitudinal da IESP.

Desse modo, a reflexão empreendida foi construída a partir de um gesto de interpretação do processo de subjetivação do indivíduo (Shylock) em sujeito no interior do acontecimento discursivo. A partir disso procuramos escrutinar a materialidade linguística a fim de explicitarmos as vozes e os discursos que transpassam o acobertamento ideológico da IESP.

Dessa forma, a constituição da IESP se dá pelo conflito identitário que se instaura no interior da enunciatividade literária por meio da oscilação da forma-sujeito. É a partir desta que temos a tensão, a contraidentificação e a oscilação das formas-sujeito – FS-Judeu/FS-Desejante.

Nesse sentido, observamos que a IESP se constitui enquanto sujeito discursivo no interior da enunciatividade literária pelo desejo de se inscrever no lugar do outro e se constituir sujeito pelo outro. Esse desejo, ao nosso olhar, caracteriza-se pelo olhar do outro sobre si e pelo olhar de si para o outro.

Logo, esse desejo é apreendido por meio das *Representações Sócio-Históricas-Ideológicas-Concreto-Temporais* (RSHICT) que são materializadas na opacidade das manifestações enunciativas da IESP. Nesse sentido, temos a instauração da alteridade (des)contínua da constituição sujeitudinal da IESP, a qual é materializada na discursividade literária.

Diante disso, ao longo da ação dramática, a IESP se contraidentifica com a(s) outricidade(s) que a interpela(m), uma vez que a IESP resiste ou se opõe a ela(s), mas concomitantemente almeja ocupar e se inscrever, incluir-se no lugar do(s) outro(s). Dito de outra maneira, observamos que a IESP deseja ocupar o lugar sócio-histórico-ideológico das outricidades, as quais são evidenciadas pelos lugares sociais materializados no (e pelo) discurso. Esses lugares, por sua vez, correspondem à inserção do sujeito no interior de uma formação social por meio de sua circunscrição numa dada formação discursiva.

Dessa maneira, notamos que a *práxis* sócio-histórico-ideológica da IESP assevera a assimetria da FDR em que ela se inscreve, pois é no interior dessa formação discursiva que ela “mobiliza” seus enunciados, exerce uma tomada de posição e ocupa uma posição-sujeito no interior dela. Diremos que a IESP se subjetiva ao se inscrever nessa formação discursiva; portanto, depreendemos essa circunscrição pela (e na) opacidade linguística, em que evidenciamos uma diversidade de vozes e discursos que participam de tal processo.

Em suma,

[...] a *instância enunciativa sujeitudinal* envolve em sua constitutividade um *continuum* de inscrições discursivas em constante alteridade, além de uma memória de sentidos (conhecimentos, eventos, experiências, modelos e representações discursivas) que a perpassa enquanto manifestação-sujeito singularizada do e no processo interpelativo da realização languageira (SANTOS, 2009, p. 90 – grifos do autor).

Ressaltamos que o processo de subjetivação de Shylock em IESP se dá por meio do efeito ideológico instaurado no interior da enunciatividade literária, a qual depreendemos na (e pela) manifestação languageira.

Evidenciar o processo de constituição sujeitudinal da IESP foi possível, uma vez que tomamos a ação dramática enquanto gênero discursivo secundário. É no interior desse gênero que temos acesso à manifestação complexa dos signos ideológicos colocados em funcionamento no interior da discursividade literária.

Assim sendo, observamos que o processo interpelativo de Shylock em IESP se dá por meio da tensão instaurada pelo Sujeito. Esse processo, por sua vez, é representado na (e pela) relação do dever/fazer com o não dever/fazer – as práticas sócio-histórico-discursivas da IESP são balizadas pela relação assimétrica desta com o Sujeito, pois, ao se inscrever na FDR, suas ações, crenças e representações, bem como seus anseios e desejos estão intimamente ligados ao efeito e à causa, à ação e à reação do favor divino.

Assim, procuramos analisar, observar, interpretar os atravessamentos (inter)discursivos que subjazem o processo de constituição sujeitodal de uma dada instância-sujeito inserida na enunciatividade literária e a conjuntura que (co)habita na sua manifestação languageira, com o intuito de evidenciarmos as vozes e os discursos que corroboram na inserção de um sujeito na lógica discursiva, uma vez que

[...] ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer aos efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (ORLANDI, 2005, p. 50).

Por ora, finalizamos a reflexão aqui empreendida. No entanto, destacamos que ela não se esgota aqui, porque apresentamos apenas um dos seus fios discursivos constituintes, uma vez que “[...] a materialidade específica do discurso é a língua e o fato de que a língua funciona como funciona resulta de que o discurso é a materialidade específica da ideologia” (ORLANDI, 2007, p. 153). Portanto, a questão colocada não se fecha, pois a IESP encontra-se num (in)constante e (des)contínuo processo de (re)constituição. Logo, percebemos que essa é uma discussão em aberto e em constante gesto de interpretação.

Assim, esperamos que esta pesquisa contribua para a compreensão da eventualidade singular, única, irrepetível e individual de uma dada instância-sujeito inserida na causalidade estético-artística que se funda no interior de uma discursividade literária, bem como nas diversas práticas acadêmico-educacionais em que efeitos de sentidos são produzidos – discursos.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativas(s). In: **Caderno de Estudos Linguísticos** (19), Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, p. 23-42, jul./dez., 1990.

_____. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Trad. Marlene Teixeira. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2004.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro; Introdução Crítica de Jose Augusto Guilhon Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença Ltda., 1970.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução de LAHUD, M.; VIEIRA, Y. F. [et al]. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Tradução de BEZERRA, P. [et al]. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Questões de Literatura e de Estética**. 4. ed. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1998.

BARTHES, R. **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França. Trad. e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2007.

BRANDÃO, H. H. N. Discurso, gênero e cenografia enunciativa. In: MICHELETTI, G. (org.). **Enunciação e gêneros discursivos**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 28-43.

_____. Escrita, Leitura, Dialogismo. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora Unicamp, 2005. p. 265-273.

_____. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BLOOM, H. **O cânone ocidental**. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

_____. Por que ler?. In: **Como e por que ler**. Tradução de José Roberto O'Shea [et al]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

CATANI, A. M. **O que é capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. 139p.

CAZARIN, E. A. Posição-sujeito: um espaço enunciativo heterogêneo. In: INDURSKY, F; LEANDRO-FERREIRA, M. C. (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 109-122.

EAGLETON, T. **Marxismo e crítica literária**. Tradução de Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. O que é literatura?. In: **Teoria da literatura: uma introdução**. Tradução de Waltensir Dutra [et al]. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 1-24.

ELLISEN, S. A. **Conheça melhor o Antigo Testamento**. Trad. Emma Anders de Souza Lima. 2. ed. São Paulo: Vida, 1993. p. 13-56.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2009. 79 p.

_____. O ser da linguagem. In: MACHADO, R. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 85-116.

_____. Linguagem e literatura. In: MACHADO, R. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 137-174.

HALL, S. Nascimento e morte do sujeito moderno. In: HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 23-46.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michael Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michael Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani [et al]. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 11-38.

HELIODORA, B. **Porque ler Shakespeare**. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **Reflexões Shakespearianas**. Rio de Janeiro: Lacerda, 2004.

LE-GOFF, J. **As raízes medievais da Europa**. Tradução de Jaime A. Clasen. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Tradução de Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 52.

MAINGENEAU, **Discurso Literário**. Tradução de Adail Sobral. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Primado do interdiscurso. In: MAINGENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 31-45.

_____. D. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução de Freda Indursky [et al]. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ORLANDI, E. P. **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Pontes, 2007.

- _____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. Discurso e Argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, n. 1, p. 73-81, jul./dez. 1998.
- _____. O Discurso Religioso. In: ORLANDI, E. P. **Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** 2. ed. Campinas: Pontes, 1987. p. 239-262.
- PARADISO, S. R.; BARZOTTO, L. A. Shakespeare: antisemita? A imagem do Judeu em *O Mercador de Veneza*. **Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 111-114, jan./jun. 2008.
- PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi.** 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2011.
- _____. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michael Pêcheux.** Tradução de Bethania S. Mariani [et al]. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 59-106.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1982). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michael Pêcheux.** Tradução de Bethania S. Mariani [et al]. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 159-249.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória.** Tradução e Introdução de Nunes, J. H. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- _____. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi [et al]. Campinas: Unicamp, 1988.
- PROENÇA-FILHO, D. **A linguagem literária.** 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- QUEIROZ, T. A. P. **O renascimento.** São Paulo: EDUSP, 1995.
- SANTOS, J. B. C. A Análise do Discurso do Brasil: entre Pêcheux, Foucault e Bakhtin. In: PAULA, L.; STAFUZZA, G. (Orgs.). **Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas.** Uberlândia: EDUFU, 2010. p. 119-156.
- _____. A instância enunciativa sujeitodal. In: **Sujeito e Subjetividade**, Coleção Linguística *in Focus*, v. 6. Uberlândia: EDUFU, 2009, p. 83-101.
- _____. Reflexões metodológicas em torno da análise de discurso. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (Orgs.). **Análise do Discurso: Unidade e Dispersão.** Uberlândia: EntreMeios, 2004. p. 109-118.

_____. A polifonia no Discurso Literário. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (Orgs.). **Teorias Linguísticas: problemáticas contemporâneas**. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 45-50.

_____. **Por uma teoria do Discurso Universitário Institucional**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000. 331 p.

_____. Lugares discursivos: influências no ensino e na escrita. In: **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 15, n. 2, p. 37-51, jul./dez. 1999.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística geral**. Organizado por Carles Bally, Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger; prefácio da edição brasileira Isaac Nicolau Salum; Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SHAKESPEARE, W. **O Mercador de Veneza**. Trad. da Editora Martin Claret. São Paulo: Martin Claret, 2006.

SOARES, A. **Gêneros literários**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2007.

STAFUZZA, G. **As relações interdiscursivas e os processos heterotópicos entremeando polifonias: uma análise da obra de *Ulisses*, de James Joyce**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. 250 p.

VILLAÇA, A. C. A literatura no renascimento. In: FRANCO, A. A. M. et. al. **O renascimento**. Rio de Janeiro: Agir; Museu Nacional de Belas-Artes, 1978.